



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) –
BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) –
BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**São Luís
2022**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) –
BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) – BACHARELADO EM SEGURANÇA
PÚBLICA**

Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO PM/UEMA) – Bacharelado em Segurança Pública, apresentado aos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade Estadual do Maranhão para aprovação e homologação do processo tendo em vista a sua submissão ao Conselho Estadual de Educação (CEE/MA) para Renovação de Reconhecimento de Curso.

**São Luís
2022**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) –
BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) – BACHARELADO EM SEGURANÇA
PÚBLICA**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Portaria n° 001/2020

- 1) Profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos (UEMA)
- 2) Coronel QOPM Anderson Fernando Holanda Maciel (APMGD)
- 3) Profa. Dra. Irlane Regina Moraes Novaes (DEA-UEMA)
- 4) Prof. Ms. José de Ribamar Silva Moraes (DCS-UEMA)
- 5) Profa. Ms. Maria de Fátima Ribeiro dos Santos (DCS-UEMA)
- 6) Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes (DCS-UEMA)
- 7) Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Lima (DDEC-UEMA)
- 8) Prof. Ms. Gustavo Luís de Moura Chagas (DDEC-UEMA)
- 9) Prof. Dr. Iran de Jesus Rodrigues dos Passos (DEIL-UEMA)
- 10) Prof. Dr. Rodrigo Domingo de G. Borges Dias (DMATI-UEMA)
- 11) Maj. QOPM Rayfran Mota Cavalcante (APMGD)
- 12) Maj. QOPM Enoque Lima da Silva (APMGD)
- 13) Maj. QOPM Josemar Costa Pinto Júnior (APMGD)
- 14) Cap. QOPM Irwing Marcello de Araújo Ribeiro (APMGD)

**A NORMALIZAÇÃO GRAMATICAL E A FORMATAÇÃO SÃO DE RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO DE
ELABORAÇÃO DO PROJETO.**

São Luís
2022



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) –
BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) – BACHARELADO EM SEGURANÇA
PÚBLICA**

Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO PM/UEMA) – Bacharelado em Segurança Pública, apresentado aos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade Estadual do Maranhão para aprovação e homologação do processo tendo em vista a sua submissão ao Conselho Estadual de Educação (CEE/MA) para Renovação de Reconhecimento de Curso.

VALIDAÇÃO CTP

São Luís, de novembro de 2022

APROVAÇÃO CEPE

São Luís, de de 20

HOMOLOGAÇÃO CONSUN

São Luís, de de 20

São Luís

2022



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (CFO PM/UEMA) –
BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof. Dr. Walter Caneles Sant'ana
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof.^a Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antonio Roberto Coelho Serra
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dra. Rita Maria de Seabra Nogueira
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof. Dra. Fabíola de Oliveira Aguiar
PRÓ-REITORA DE INFRAESTRUTURA

Profa. Dra. Maria de Fátima Serra Rios
**COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA
DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Ms. Nicodemos Araújo
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos
**DIRETORA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLÍCIA MILITAR (CFO
PM/UEMA) – BACHARELADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Cel. QOPM Anderson Fernando Holanda Maciel
COMANDANTE DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL	11
1.1 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA UEMA	11
1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	13
1.2.1 Ensino.....	14
1.2.2 Pesquisa.....	15
1.2.3 Extensão	16
1.2.4 Apoio ao discente	16
1.2.4.1 Programas de auxílio.....	19
1.2.4.2 Educação inclusiva	19
1.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	22
1.3.1 Externa.....	23
1.3.2 Interna.....	23
CAPÍTULO 2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	27
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO CURSO.....	28
2.1.1 Justificativa para a renovação do reconhecimento do Curso.....	31
2.1.2 Aporte Legal e Normativo do Curso.....	33
2.2 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL	37
2.2.1 Competências e habilidades do profissional a ser formado.....	38
2.2.2 Objetivo Geral do Curso.....	41
2.2.3 Objetivos Específicos do Curso	41
2.2.4 Perfil Profissional do Egresso.....	41
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DISCENTE.....	43
2.3.1 Dados socioeconômicos.....	43
2.3.2 Dados de vagas, aprovação Paes, matriculados, readmissão, transferências interna e externa	46
2.3.3 Dados de evasão, reprovação, trancamento, cancelamento, concluintes.....	46
2.4 ATUAÇÃO DO CURSO	46
2.4.1 Pesquisa	47
2.4.2 Extensão.....	48
2.5 AVALIAÇÃO DO CURSO	49
2.5.1 Interna	49



2.5.2 Ações no âmbito do Curso pós avaliações internas e externas	49
CAPÍTULO 3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	50
3.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA.....	50
3.2 METODOLOGIA.....	51
3.2.1 Métodos, técnicas e recursos de ensino, aprendizagem e de avaliação nos componentes curriculares	52
3.2.2 Organização e funcionamento do Curso	54
3.2.2.1 Disciplinas presenciais.....	55
3.2.2.2 Estágio Supervisionado	55
3.2.2.3 Atividades complementares (AC)	56
3.2.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	56
3.3 ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES	57
3.3.1 Matriz Curricular.....	57
3.3.2 Áreas e Núcleos de formação.....	58
3.3.3 Estrutura Curricular periodizada	63
CAPÍTULO 4: CORPO DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DO CURSO	68
4.1 GESTÃO DO CURSO	68
4.2 CORPO DOCENTE.....	68
4.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	72
4.4 COLEGIADO DO CURSO	73
4.5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	74
4.6 ESTAGIÁRIOS E BOLSISTAS NO CURSO	75
CAPÍTULO 5 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES	76
5.1 ESPAÇO FÍSICO	76
5.2 MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	78
5.3 ACERVO.....	79
5.4 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	79
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES.....	82
APÊNDICE A EMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO..	83
APÊNDICE B – ALTERAÇÕES ENTRE COMPONENTES CURRICULARES.....	8
APÊNDICE C - ESTRUTURA EM VIGOR	11
ANEXOS	16



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 IMAGEM DO PORTAL DA UEMA	13
2 SERVIÇOS PRESTADOS PELA DAP	16
3 SERVIÇOS OFERTADOS PELA DSSM	17
4 SÍMBOLO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PM	25
5 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA APMGD	28



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO





APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira está em crise e o medo torna todos os cidadãos mais vulneráveis a toda sorte de vicissitudes tendenciosas e abrem espaços para sensação de medo, violência e avanço da criminalidade que pairam sobre o país, pois os sistemas de justiça e de segurança pública, engessados, não conseguem atender as demandas sociais. Os empreendimentos no setor público, especialmente na segurança pública visam otimizar a qualificação e valorização profissional dos policiais militares estaduais na busca de uma sociedade mais pacífica e valorar ações sociais que possibilitem o exercício pleno da cidadania.

A orientação geral do projeto pedagógico encontra-se em consonância com a busca de “atualização com possibilidades de expansão do estudo, ensino e aprendizagem no âmbito da instituição”, conforme recomendações da Portaria nº 40 de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação. Visto que, a educação é um processo de desenvolvimento humano.

A parceira de cooperação técnico-científica entre a Polícia Militar do Estado do Maranhão e a Universidade Estadual do Maranhão, busca capacitar profissionais para enfrentar os problemas de ordem social e atender às demandas da sociedade, criando condições objetivas de atualização e capacitação constante dos seus quadros, administrando crises periódicas por meio de instrumentos mais eficazes.

Os entraves que perpassam a sociedade maranhense são reflexos de problema da superestrutura socioeconômica, decorrentes das desigualdades, crises econômicas, culturais e sociais que comprometem o ordenamento social. Fazem-se necessários políticas efetivas, afirmativas para minimizar os impactos desses percalços, em prol do bem comum. E a universidade não se furta a essa ambiciosa missão de produzir conhecimentos, técnicas específicas e capacitação para o desenvolvimento das habilidades e no processo de mudança de atitude em relação às exigências prementes da sociedade.

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar – Bacharelado em Segurança Pública, oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão através de convênio de mútua cooperação técnico-científica com a Polícia Militar do Maranhão, tem por finalidade a formação de um profissional capacitado ao exercício de funções inerentes aos postos de Oficiais Subalternos (1º e 2º Tenentes PM) e Intermediários (Capitão PM), o que implica tanto no exercício de funções internas no âmbito da Corporação, como também na formação de um profissional Bacharel em Segurança Pública, devendo para isso estar apto a internalizar e dignificar o ideário da Instituição policial militar e, principalmente, administrar situações onde a prevalência da ordem e do estado de direito sejam mantidos e assim possa atuar detectando e



diagnosticando situações onde seja necessário atuar como interventor, mas também como pacificador e indicador de soluções e caminhos para o bom convívio em sociedade.

A implantação e operacionalização do projeto pedagógico do CFO-PMMA expressa um “comprometimento e compromisso de todos envolvidos no processo educacional, indistintamente, gestores, docentes, discentes e apoio administrativo” na certeza de que todos os esforços empreendidos contribuam para a mudança de paradigmas na segurança pública, calcando-se nas proposições dos direitos humanos e cidadania, conforme recomendações do Ministério de Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Visto que os oficiais militares devem estar aptos a enfrentar os desafios cotidianos no trabalho policial.

O Curso de Formação de Oficiais – Bacharelado em Segurança Pública da Polícia Militar do Maranhão integra o Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, pioneiro nessa modalidade. Conduzido pelo espírito de desprendimento entre as instituições envolvidas no processo de formação e qualificação profissional para a construção de uma sociedade mais pacífica.

O projeto pedagógico contempla a dimensão humanística na formação do profissional policial militar. É imperativo reconhecer o valor da articulação entre as várias da evolução humana (ação natural) e o correspondente progresso humano (ação científico-tecnológica) enquanto conceitos que se complementam e, por isso, não devem ser preteridos ou discriminados e sim potencializados na sua devida extensão de forma a atender as necessidades humanas.



CAPÍTULO 1 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

CTP, 2022

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar deriva de um convênio bastante exitoso firmado entre a Universidade estadual do Maranhão e Polícia Militar do Maranhão, com o objetivo de formar o corpo técnico-administrativo superior da instituição militar e por esta razão a base utilizada para moldar o curso foi a base do curso de Administração da Universidade, visto que o objetivo final era a formação de gestores da Polícia Militar do Maranhão.

1.1 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA UEMA

A UEMA teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias).

A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987.

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

Em 2020, a UEMA, instituição de ensino superior estruturada na modalidade multicampi, autarquia especial, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, gozando de autonomia didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, do art. 272 da Constituição do Estado do Maranhão, e do art. 2º da Lei Estadual nº 5.921, de 15 de março de 1994, que dispõe sobre o Ensino Superior Estadual, teve sua estrutura administrativa modificada nos termos da Lei Estadual nº 11.372, de 10 de dezembro de 2020.

Sua estrutura multicampi possibilitou que pudesse se fazer presente nas cinco mesorregiões do Estado pelos seus *campi* e polos, entretanto com a criação da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, por meio da Lei nº 10.525 de 3 de



novembro de 2016, foram desmembrados da UEMA os Centros de Estudos Superiores de Açailândia e Imperatriz.

A atuação da UEMA abrange:

- ✓ Cursos presenciais e a distância de graduação bacharelado, tecnologia e licenciatura;
- ✓ Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar);
- ✓ Programa de Formação Docente para atender a Diversidade Étnica do Maranhão (PROETNOS)
- ✓ Programa de Formação Profissional e Tecnológico – Profitec;
- ✓ Pós-Graduação *Stricto Sensu* (presencial) e *Lato Sensu* (presencial e a distância).

Hoje, a UEMA, com sede administrativa no *campus* Paulo VI, em São Luís, encontra-se em 60 (sessenta) municípios maranhenses com ensino presencial e a distância. Está organizada em 20 (vinte) *campi*, sendo um na capital e 19¹ no interior do Estado, nas cidades: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca.

Com educação a distância, a UEMA tem atuação em 42 (quarenta e dois) municípios, sendo 21 (vinte e um) Polos UAB fora dos seus *campi*. E no Programa Ensinar, a UEMA atua em 28 (vinte e oito) Polos, sendo 19 (dezenove) municípios fora de seus *campi*.

¹O campus Paulo VI conta com os centros: o CCA, na área das Ciências Agrárias; o CCT, nas áreas de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; o CCSA, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas; e o CECEN, na área de Educação e Ciências Exatas e Naturais.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Figura 1: Portal da UEMA



Fonte: Google Imagens, 2021.

A missão de uma instituição detalha a sua razão de ser. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão e se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da UEMA: “Produzir e difundir conhecimento, orientado para cidadania e formação profissional, comprometido com o desenvolvimento sustentável” (PDI 2021-2025).

A visão institucional é responsável por nortear a Universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma Visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Desse processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está, física ou virtualmente, inserida.

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS



O projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Será estimulada a inclusão e a valorização das dimensões ética e humanística na formação do estudante, desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. Tal formação também será assegurada por meio do vínculo institucional, das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Serão estimulados também no currículo os princípios de flexibilidade e integração estudo/trabalho.

1.2.1 Ensino

No âmbito da Universidade, existem políticas implementadas pela Pró-Reitoria de Graduação - PROG, tais como:

- O **Programa Reforço e Oportunidade de Aprender**. O PROAprender foi criado pela Resolução nº 990/2017 – CONSUN/UEMA com o objetivo de implementar ações pedagógicas para elevar o rendimento e desempenho acadêmico dos estudantes; aprimorar e desenvolver habilidades e competências dos estudantes relacionadas ao processo de aprendizagem de conteúdos básicos referentes aos diversos componentes curriculares dos cursos de graduação da UEMA; diminuir a evasão e a permanência de estudantes com índice elevado de reprovação.

- A **Monitoria** - de acordo com o Art. 73 do Regimento dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução 1.477/2021-CEPE/UEMA, a “monitoria tem como objetivo incentivar o estudante para a carreira docente da Educação Superior, devendo, para tanto, planejar, com o professor orientador, as atividades teórico-práticas, características dessa ação didático-pedagógica.” O processo seletivo ocorre semestralmente, mediante edital da PROG, em período fixado no Calendário Acadêmico.

- o **Programa Graduação 4.0** - a UEMA, face às transformações por que passa a sociedade, percebendo os movimentos do mundo do conhecimento e das TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação), ao abrir as portas do ensino superior para múltiplas pessoas e segmentos, expressa a importância de assegurar a formação docente permanente, especialmente para aqueles que não tiveram formação didática na graduação ou em uma pós-graduação, tendo em vista o empoderamento nas suas áreas. Assim se insere o Programa Graduação 4.0, um programa de inovação didático-tecnológica da UEMA que visa à atualização docente, com ênfase na articulação de metodologias ativas, práticas didático-pedagógicas inovadoras, além da utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), integradas no processo de ensino e aprendizagem na graduação.



1.2.2 Pesquisa

Nas políticas institucionais para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, desde 2016, há o Programa de Bolsa Produtividade em pesquisa, com as categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo à Publicação Científica Qualificada, paga por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio à tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

Por sua vez, é incentivada a participação de pesquisadores e alunos da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Além disso, existe o incentivo à participação dos estudantes nos programas de bolsas de iniciação à pesquisa, para que durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, sejam estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica. Atualmente, são promovidos: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo Fundo de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão – FAPEMA; e pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI, fomentado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – Ações afirmativas, fomentado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, todas essas bolsas possuem validade de 1 ano e mesmo valor. Além dessas, existe o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para os estudantes que ficam excedentes às vagas de bolsas e que desejam atuar na iniciação científica como voluntários.



1.2.3 Extensão

As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso.

Dentre as referidas políticas, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão – PROEXAE: Bolsa Extensão (PIBEX) - Resolução n. 1409 e valor atualizado pela Resolução n. 383/2022; e Bolsa Extensão para Todos - Resolução n.221/2017-CAD/UEMA. Tem como objetivo conceder bolsas de extensão a discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEMA, contribuindo para a sua formação acadêmico-profissional, num processo de interação entre a Universidade e a sociedade em que está inserido, por meio do desenvolvimento de projetos de extensão.

As bolsas são concedidas ao aluno da UEMA entre o segundo e o penúltimo período, indicado pelo professor coordenador do projeto, com vigência da bolsa de 12 (doze) meses. Para socialização desses projetos é realizado anualmente a Jornada de Extensão Universitária, promovida pela PROEXAE, na qual são apresentados os resultados obtidos na realização de projetos de extensão que envolvem docentes, discentes e comunidade, sendo obrigatória a participação de todos. Nela é concedida premiação aos melhores projetos desenvolvidos no período.

O **Programa Institucional Mais Extensão Universitária** visa fomentar ações extensionistas, para proporcionar a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Maranhão. Tem como medida estratégica atuar em consonância com as linhas de extensão do Plano Mais IDH e seus respectivos subeixos: 1. Educação; 2. Gênero, Raça e Juventude; 3. Produção e Renda; 4. Saúde e Saneamento; 5. Infraestrutura; e 6. Cidadania, Gestão e Participação Popular, com a finalidade de fortalecer e elevar o IDH dos referidos municípios.

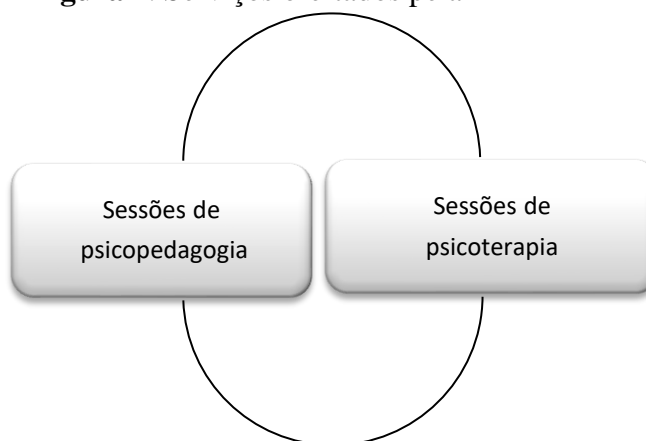
1.2.4 Apoio ao discente

A Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas-PROGEP, dispõe da seguinte estrutura administrativa para ofertar o apoio à comunidade acadêmica:

a) Divisão de Apoio Psicossocial (DAP)

A DAP é uma unidade que tem o compromisso de contribuir para o aumento da qualidade da estrutura de assistência aos alunos e alunas, professores e professoras e demais funcionários. Assim, oferece o Serviço de Orientação Psicológica e Psicopedagógica (SOPP) em caráter emergencial, por meio da psicoterapia. Prevê, pela abordagem cognitiva-comportamental, e oferece somente aos matriculados nesta IES (devido à grande demanda existente) 4 (quatro) sessões psicoterapêuticas, visando ajudar o paciente a utilizar seus recursos cognitivo-emocionais a seu favor para o seu reequilíbrio psicossocial.

Figura 1. Serviços ofertados pela DAP



Fonte: DAP, 2022

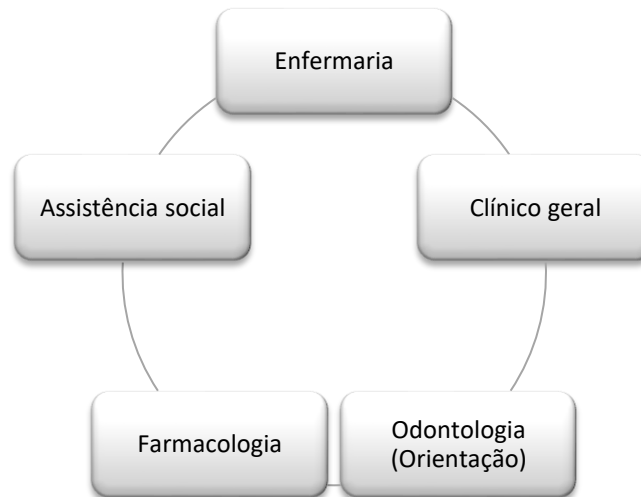
Esse trabalho é realizado por meio de levantamento de situações mais urgentes de necessidades de intervenções de acompanhamento emocional, ações protetivas e interventivas à comunidade acadêmica de maneira personalizada e coletiva, promoção de palestras, fóruns, simpósios sobre saúde emocional/mental, a fim de contribuir também com a comunidade em geral, por meio de parcerias internas e externas, como a Fapema, CNPQ; além de prestar o acolhimento ao ingressante quanto à organização de seus objetivos e organização de seu projeto pessoal pedagógico em sua vida acadêmica.

Atualmente, o SOPP/UEMA, por meio da psicoterapia com abordagem cognitiva-comportamental, funciona em caráter emergencial, oferecendo o serviço aos matriculados na UEMA (devido à grande demanda existente, com a pandemia da Covid-19) quatro sessões psicoterapêuticas, visando ajudar o paciente a utilizar seus recursos cognitivos-emocionais a seu favor para o seu reequilíbrio psicossocial.

b) Divisão de Serviço Social e Médico (DSSM)

A DSSM é uma unidade de saúde que atende à comunidade acadêmica (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço e comunidade) em regime de pronto atendimento, sem internação.

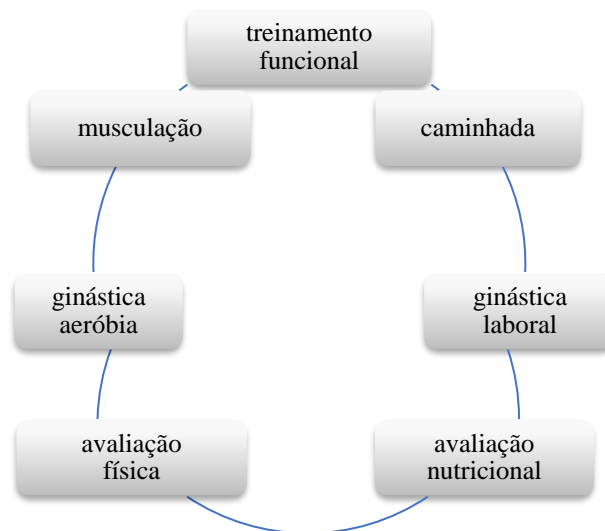
Figura 2. Serviços ofertados pela DSSM



Fonte: DSSM, 2022

No Campus Paulo VI, a UEMA conta com o Núcleo de Esporte e Lazer – NEL, ligado ao Departamento de Artes e Educação Física – DAEF/CECEN, do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais. O NEL é uma unidade que tem por missão contribuir para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da comunidade acadêmica. Nesse Núcleo, a UEMA oferece o Programa Supervisionado de Atividade Física que abrange: avaliação física, avaliação nutricional, musculação, ginástica aeróbica, treinamento funcional, caminhada e ginástica laboral. Essas atividades têm por finalidade combater o sedentarismo e favorecer um estilo de vida saudável de alunos, professores, funcionários e comunidade em geral.

Figura 3. Serviços ofertados pelo NEL



Fonte: NEL, 2022

1.2.4.1 Programas de auxílio

Outras políticas institucionais de apoio discente quanto à permanência implementada foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 – CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, com incentivo pecuniário mensal de caráter provisório nos *campi* em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos *campi* de vínculo (Resolução nº 230/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche, que disponibiliza ajuda financeira aos estudantes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD); o Auxílio para apresentação de trabalhos em evento (Portaria Normativa nº17/2018-GR/UEMA); a Bolsa Cultura (Resolução nº 1226/2016-CEPE/UEMA e nº 960/2016-COSUN/UEMA); a Bolsa apoio aos estudantes com deficiência (Resolução nº 346/2021-CAD/UEMA); e a Bolsa Acolher (Resolução nº 1409/2019 e valor atualizado pela Resolução nº 383/2022).

1.2.4.2 Educação inclusiva

NAU, 2022



As políticas de Educação Inclusiva são aquelas relacionadas aos alunos público-alvo da Educação Especial, com vistas à inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requerendo sistemas educacionais planejados e organizados, que deem conta da diversidade de alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. Uma política que pressupõe que todos os estudantes devem conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e aprendizagem, livres de discriminação injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto dos demais. Nesse sentido a política inclusiva valoriza as potencialidades de cada sujeito e dá condições para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente.

A UEMA acredita que as políticas de educação inclusiva proporcionam um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação total das pessoas com deficiências no processo de aprendizagem. O compromisso da UEMA com essas questões está explicitado no Programa de Apoio a Pessoas com Deficiências, desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/2000 – CONSUN/UEMA, de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial. A inclusão tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta instituição. Dentre outras ações afirmativas, essa Resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos campi/centros da Instituição para estudantes que possuem algum tipo de deficiência ou transtornos funcionais específicos.

No intuito de se alinhar ao disposto em Decretos-Leis, Leis e às resoluções do Conselho Nacional de Educação, tais como o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que orienta a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, bem como para fortalecer o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade, foi instituído pela Resolução nº 886/2014, de 11 de dezembro de 2014, o Núcleo de Acessibilidade da UEMA - NAU, vinculado à Reitoria.

O NAU faz o acompanhamento, a orientação aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Assim como os alunos que apresentam transtornos funcionais específicos. Todo o trabalho é realizado com a finalidade de remover todas as barreiras, visando a promoção da acessibilidade em todas as áreas.

Esse trabalho tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. Operacionaliza suas ações baseadas em diretrizes para uma política inclusiva, a qual



representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas público-alvo da educação especial.

O objetivo do NAU é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Mas, o NAU vai além da indicação de necessidades imediatas para o acesso. Trabalha no diagnóstico de demandas e elabora projetos, visando à ampliação desse acesso. Busca, também, fomentar a formação de egressos capazes de atender às demandas desse público e visando levar a inclusão para além dos portões da UEMA, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em cursos de Licenciatura, e é plenamente cumprido pela UEMA. A disciplina é optativa nos cursos de bacharelado. Para ampliar o alcance e potencializar a inclusão, além de capacitar e disponibilizar professores para o ensino da disciplina, o NAU oferece, regularmente, o curso de Língua Brasileira de Sinais a toda comunidade acadêmica e ao público em geral.

Para estudantes com deficiência visual, a UEMA pode proporcionar, caso seja solicitada ao NAU, sala de apoio contendo: a) sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a microcomputador ou máquina de datilografia Braille; b) gravador e fotocopadora que amplie textos; c) aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; d) *software* de ampliação de tela; e) equipamento para ampliação de textos para atendimento ao estudante com baixa visão; f) lupas, réguas de leitura; g) *Scanner* acoplado a microcomputador; e, a aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para estudantes com deficiência auditiva, a UEMA pode proporcionar, caso seja solicitado ao NAU: a) intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, completando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do(a) discente; b) flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; e, aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria do curso em que o(a) estudante estiver matriculado(a).

Para estudantes com deficiência física, a UEMA pode proporcionar: a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do(a) estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; c) rampas com corrimãos facilitando a circulação de cadeira de rodas; d) portas e banheiros com



espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos e bebedouros; e, profissional de apoio (educador físico adaptado).

Para estudantes com Transtorno de Espectro Autista - TEA (autismo, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno geral do desenvolvimento não especificado): a) acompanhamento pelo profissional de apoio, atendimento psicomotor, atendimento fonoaudiológico e outros.

Para estudantes com transtorno funcional específico: a) acompanhamento com equipe multidisciplinar do NAU (psicopedagogos/as, pedagogos/as, fonoaudiólogo/a, psicólogo/a).

Para o corpo docente e pessoal técnico-administrativo, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de: a) informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado de estudantes com deficiência; b) cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas; cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

Para comunidade em geral, a oferta de: a) campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças; b) parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.) com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil organizada para o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências sociais como direitos humanos universais; c) integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para discentes com deficiência.

Buscando contribuir para a efetivação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014), oferece o curso de Transtorno de Espectro Autista – TEA. Oferece, ainda, os cursos de Sistema Braille, Dificuldades de Aprendizagem, Intervenção Fonoaudiológica nas Alterações da Fala e Linguagem, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, Práticas Pedagógicas Inclusivas, Ecoterapia, Audiodescrição, Educação Inclusiva na Educação Infantil, dentre outros.

1.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a UEMA realiza avaliações institucionais por meio de Comissão Própria de Avaliação – CPA e da Divisão de Avaliação e Acompanhamento do Ensino – DAAE. Essas avaliações



abrangem o corpo discente, docente e técnicos-administrativos, com o intuito de melhorar a qualidade da educação superior que a UEMA oferece.

Segundo informações da CPA, a comissão coordena e conduz processos de autoavaliação e intermedia processos de avaliação externa relacionados à Universidade diante de avaliadores do INEP/MEC ou CEE/MA. Já a DAAE, por meio de seus relatórios, expõe que são aplicados questionários voltados para os discentes e docentes em relação ao curso e às disciplinas, e aos egressos em relação ao curso, desempenho, aspectos profissionais e condições oferecidas pela universidade.

1.3.1 Externa

No que diz respeito à avaliação externa, os Cursos de Graduação da UEMA são submetidos a dois tipos de avaliações:

- a) Avaliação para reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA);
- b) Avaliação de verificação de desempenho dos alunos ingressantes e egressos da UEMA pelo SINAES.

A avaliação pelo CEE/MA é norteada pela Resolução nº 109/2018 – CEE/MA, que estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências. Tal resolução especifica meios e mecanismos que os cursos deverão seguir para que seja efetivado seu reconhecimento ou sua renovação de reconhecimento.

O SINAES, por sua vez, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, avalia os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. O Sinaes avalia todos os aspectos do ensino, da pesquisa e da extensão, obtendo, assim, informações que servirão de orientação para as IES. Desse modo, o Sinaes traz uma série de instrumentos capazes de produzir dados e referenciais para uma melhor eficácia na análise ou avaliação de curso e da instituição. Dentre os mecanismos capazes de avaliar o ensino, destaca-se o Enade, que se caracteriza por ser um componente curricular obrigatório nos cursos de graduação (Lei 10.861/2004).

1.3.2 Interna



A UEMA conta com o compromisso da Administração Superior (Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Estudos, Direção de Cursos, Chefias de Departamentos) em adotar a avaliação como fator imprescindível para decisão em seu planejamento estratégico. Os diversos *campi*/centros que compõem a estrutura da UEMA devem assentar as suas atividades baseadas nas informações levantadas por meio da autoavaliação. Além disso, tem sido crescente o interesse da Comunidade acadêmica necessário ao alcance do sucesso a arregimentação de todos os atores para a responsabilidade e comprometimento com a efetividade e o prosseguimento do processo avaliativo.

O caráter formativo da autoavaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento tanto pessoal dos membros da comunidade acadêmica quanto institucional, pelo fato de fazer com que todos os envolvidos se coloquem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

O processo de autoavaliação desencadeado pela UEMA constitui-se em uma experiência de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica. No percurso da realização desse processo exige-se o estabelecimento de condições, algumas relacionadas abaixo, consideradas prerrogativas: Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Avaliação dos Cursos de Graduação (Avalgrad). Conta com as avaliações externas imprescindíveis à qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como as avaliações dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A CPA, com autonomia e condições para planejar, coordenar e executar as atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadoras.

A autoavaliação da UEMA constitui-se em uma experiência social significativa, orientada para a formação de valores e potencialização do desenvolvimento humano e institucional, pautada nos seguintes princípios:

a) Ética: a autoavaliação bem como todas as suas ações decorrentes deverá se pautar no respeito aos direitos humanos, na transparência dos atos e na lisura das informações, buscando permanentemente soluções para os problemas evidenciados. Portanto, deve fazer parte do cotidiano de todo processo avaliativo, construindo sua materialidade histórica e cultural, numa realidade concreta, pela intervenção de sujeitos sociais preocupados em defender um projeto de sociedade permeado por valores democráticos e de justiça social;

b) Flexibilidade: a autoavaliação deve ser aberta, de fácil compreensão dos seus procedimentos e resultados, além do respeito às características próprias de cada segmento. Fica



assegurada no processo avaliativo a observância aos ajustes sempre que necessários às peculiaridades regionais e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional. Assim, a autoavaliação propiciará oportunidades para aprender, criar, recriar, descobrir e articular conhecimentos, ou seja, criar perspectivas para educar e adaptar-se a uma realidade plural, contraditória e em constante processo de mutação;

c) Participação: o processo de autoavaliação deverá contar com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as suas etapas, abalizada no respeito aos sujeitos, considerando suas vivências e o seu papel no contexto da instituição. Constitui-se em um exercício democrático, com abertura de espaços para o diálogo com os diferentes interlocutores, assegurando a sua inserção desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos seus resultados;

d) Excelência: o compromisso da UEMA com a qualidade das suas ações, processos e produtos, estende-se, também à autoavaliação e aos seus resultados. Partindo da compreensão da avaliação como um processo sistêmico, a autoavaliação tem o propósito de entender o contexto institucional como um todo, buscando investigar a realidade concreta nos seus aspectos internos e externos, mediante coleta e interpretação de comportamentos sociais, garantindo que os seus resultados venham contribuir para a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados à comunidade;

e) Inovação: a autoavaliação deverá incentivar formas de enfrentamento de problemas que resultem em soluções criativas compatíveis com a realidade da instituição. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão sendo gradativamente incorporadas às práticas didático-pedagógicas da UEMA, buscando a promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias. Dessa forma, metodologias interativas devem ser estimuladas e difundidas no seio da autoavaliação para provocar a quebra de estilos ortodoxos ou de acomodação;

f) Impessoalidade: a autoavaliação não deverá tomar como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Não são as pessoas que são avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da UEMA.

Para contemplar a participação efetiva de todos os *campi*/centros, o processo de autoavaliação será realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação dos Centros de Estudos. As comissões Setoriais de Avaliação dos Centros têm a atribuição de desenvolver o processo avaliativo junto ao Centro, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade, respeitadas as orientações da CPA/UEMA.



As Comissões Setoriais de Avaliação dos Centros funcionarão como prolongamento da CPA/UEMA e devem criar estratégias adequadas à realidade local, no sentido de possibilitar a participação dos gestores, servidores docentes, servidores técnico-administrativos e de representantes da sociedade em todas as etapas da avaliação.

A Avaliação dos Cursos de Graduação é contemplada também pela Avalgrad, conforme a Resolução nº 1477/2021-CEPE/UEMA, Capítulo V - Da Avaliação, Seção II - Da Autoavaliação dos Cursos de Graduação, artigos 176 e 177 e envolve gestores, corpo docente, técnico-administrativos e discente.

Art. 176 A autoavaliação dos cursos de graduação é coordenada e supervisionada pela Prog, por meio da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Ensino (DAAE), vinculada à CTP, conforme Regimento das Pró-Reitorias.

§ 1º A autoavaliação dos cursos de graduação, no âmbito da Prog, será realizada por meio da Avaliação dos Cursos de Graduação (Avalgrad), semestralmente.

§ 2º A análise dos resultados da Avalgrad e as proposições de melhoria dos indicadores de qualidade de cada curso devem ser realizadas pelos seus NDE, Colegiado de Curso, e homologadas pelo Conselho de Centro.

§ 3º A análise dos resultados da Avalgrad e as proposições de melhoria dos indicadores de qualidade do curso são condições indispensáveis para a validação do PPC, pela CTP/PROG, quando do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

[...].

Art. 177 A autoavaliação dos cursos se faz com base no PPI, PDI e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, considerando o perfil estabelecido pela Uema para o profissional cidadão a ser formado por todos os cursos, bem como nos princípios e concepções estabelecidos neste Regimento.

A proposta para a reformulação do Projeto de autoavaliação - 2021-2025 da UEMA, em seu Manual de Orientações para as Comissões Temáticas, já apresenta caminhos para a continuidade das ações avaliativas institucionais, pretendendo expandi-las e consolidá-las em observância às diretrizes emanadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão - CEE, respeitada as peculiaridades institucionais e ao mesmo tempo se constitui numa experiência formativa.

CAPÍTULO 2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

NDE, 2022

O curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, devido a sua natureza *suis generis*, é de natureza integral. O aluno após se regularizar na Uema e na APMGD passa por um processo de internalização do mundo militar, de forma que estar suscetível ao aquartelamento nos alojamentos Quartel da Polícia Militar, além de cumprir escala de serviço.

Ao ingressar no Curso de Formação de Oficiais, o cadete passa à situação especial de aluno, ou seja, não poderá pedir trancamento do curso, nem tampouco solicitar aproveitamento de disciplina, também, poderá ficar reprovado apenas 01 (uma) única vez em todas as disciplinas do semestre inicial ou apenas em um único semestre letivo.

Figura 4: Símbolo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar



Fonte: APMGD, 32021.

Os concludentes do CFO-PM estão aptos a desempenhar as funções do posto de 2º Tenente a Capitão PM, para atribuições de comando, chefia e liderança sobre integrantes das respectivas corporações, no âmbito administrativo e operacional afetos, na gerência de pessoal e de meios no âmbito administrativo e; ainda em consonância com o Art. 144 da Constituição Federal de 1988 e, eventualmente, em atuações tipicamente militares.

O currículo pleno do Curso de Formação de Oficiais foi decorrente das Leis nº 5.657 de 26 de abril de 1993, que criou a Academia de Polícia Militar; § 3º do Artigo 6º da Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995 que altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que diz: “o ensino militar será regulado por lei especial”; Artigos 43, 44, 48 e 83 da Lei nº 9.394



que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e especialmente o Artigo 13 da Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999; Artigo 18 do Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 e o Artigo 9º do Decreto-Lei nº 667/69 que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO CURSO

O curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar funciona em dois ambientes, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Paulo VI em São Luís e na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), no Quartel da Polícia Militar, o bairro do Calhau. As disciplinas de núcleo comum ocorrem no CCSA e as disciplinas de núcleo específico acontecem na APMGD.

Em razão das peculiaridades do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, faz-se necessário resgatar sucintamente a memória da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD) cenário em que nasce e se mantém o referido curso. Segundo historiadores e conforme documentos existentes, a ideia de Polícia no Brasil nasceu em 1530 quando D. João III resolveu adotar o sistema de capitanias hereditárias, passando para Martim Afonso de Sousa a responsabilidade de promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor entendesse, nas terras que conquistasse.

A criação da Polícia Militar no Brasil foi resultado da situação sócio-político-militar, após a proclamação da independência do Brasil, quando Diogo Feijó criou em 18 de agosto de 1831 a Guarda Nacional, extinta em 1918, para substituir as antigas milícias, ordenanças e guardas municipais que foram extintas.

Com o efetivo do exército reduzido, a Guarda Nacional deficiente e ainda em fase embrionária, a Regência viu-se obrigada a propor à Assembleia a criação de uma Guarda Municipal Permanente cujo projeto foi à Câmara em 30 de agosto de 1831 e em 22 de outubro do mesmo ano foi lançado um documento regulando o Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, inspirado na Guarda Real de Polícia criada por D. João VI no Rio de Janeiro. Na época foi atribuído às Províncias, pelo ato adicional de 12 de agosto de 1834, entre outros poderes o de instituírem em suas circunscrições “Corpos de Polícia”.

No Maranhão, as atribuições do Corpo de Polícia, dentre outras, consistia em policiar os distritos, acabar com o roubo de gado, perseguir os negros fugidos e fazer respeitar as autoridades civis. Visando estabelecer medidas enérgicas para acabar em definitivo com as levadas de escravos fugidos, que às vezes se juntavam aos nativos, o Presidente da Província,



Antônio Pedro da Costa Ferreira, através da Lei Provincial nº 05, de 23 de abril de 1835, criou o Corpo de Polícia Rural e no ano seguinte, visando acabar com este estado de perturbação da ordem, foi criado através da Lei Provincial nº 021, de 17 de junho de 1836, o “Corpo de Polícia da Província do Maranhão” e, no século XIX recebeu várias denominações, tais como: “Corpo de Segurança Pública”, “Corpo de Infantaria”, “Corpo Militar do Estado”, “Batalhão Policial do Estado”, “Força Policial Militar do Estado”, “Brigada Auxiliar do Norte” e a partir de 1951 passou a chamar-se “Polícia Militar do Estado”.

Quando o Corpo de Polícia da Província do Maranhão foi criado, o efetivo constituía-se de quatrocentos e doze praças e de acordo com o artigo 9º da Lei, o ingresso neste Corpo de Polícia era voluntário, entretanto, decorrido o prazo de um mês após o início do alistamento e não tivesse completado o efetivo com a quantidade de voluntários prevista, o Presidente da Província mandava proceder ao recrutamento forçado, obrigando-os a permanecer por certo período de tempo. Assim sendo, quem não quisesse se alistar voluntariamente seria obrigado a servir no Corpo de Polícia por seis anos. Exigindo um bom comportamento moral e político, independentemente de ser analfabeto, visto que na época, não havia requisitos específicos ou treinamento especializado para integrar a Polícia.

Com o decorrer dos anos a situação do recrutamento e seleção se modificou até a fase do concurso público para admissão, culminado com uma série de requisitos e exigências para o pretense candidato a policial militar, além da submissão deste a um criterioso Curso de Formação Policial, dentro de uma visão didático-pedagógica coerente com a realidade atual.

A Polícia Militar do Estado do Maranhão tem a sua missão e competência definidas na Constituição Federal de 1988, no Decreto Lei nº 667, de 02 julho 1969 e na Lei Estadual nº 4.570, de 14 Junho 1984, onde estabelece que é uma Instituição organizada com base na hierarquia e disciplina e destina-se à manutenção da ordem pública e segurança interna na área do Estado, atuando de maneira preventiva e repressiva, em caso de perturbação da ordem.

De acordo com a realidade da missão da Corporação, garantida a tranquilidade do cidadão e preservação da ordem pública, através do policiamento ostensivo preventivo e/ou repressivo, de modo a reprimir os atos atentatórios à segurança, prevenindo e debelando as ameaças à ordem pública, materializando a segurança como fator do desenvolvimento econômico e social. Pois uma das funções e Estado é prover a segurança dos cidadãos.

Conforme dados da Direção de Ensino (s/d), a Academia da Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), foi criada em 26 de abril de 1993, através da Lei Estadual N.º 5.657, no governo de, instalando-se inicialmente na BR 135, Km 02, onde funciona o Centro de Formação

e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP. Em 1999 a Academia foi transferida para o Complexo Policial Militar do Calhau, em frente ao Hospital dos Servidores do Estado Carlos Macieira.

Figura 5: Mapa de localização da APMGD



Fonte: Site da APGD. Disponível: Google Maps

Antes de 1993, a formação profissional dos Oficiais da PMMA era feita em outras Academias de Polícia Militar das mais diversas Unidades da Federação, com número limitado de vagas, o que acarretava um déficit de pessoal no quadro organizacional da Corporação, onerando consideravelmente o Estado. Diante disso e da necessidade social dessa formação foi celebrado um **convênio de mútua cooperação técnico-científica**, entre a Universidade Estadual do Maranhão, a Polícia Militar do Maranhão e o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, visando à formação de Oficiais para ambas as Corporações.

Antes de 1993 a formação profissional dos Oficiais da PMMA era realizada em outras Academias de Polícia Militar das mais diversas Unidades da Federação, com consequente número limitado de vagas, o qual acarretava um déficit de pessoal no quadro organizacional da Corporação, onerando consideravelmente o Estado que arcava com despesas fora da Unidade Federativa, para beneficiar um pequeno número de policiais militares aptos ao oficialato.

Diante da necessidade social da formação dentro do contexto da realidade maranhense foi celebrado um convênio de mútua cooperação técnico - científica, entre a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, a PMMA e o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão – CBMMA, visando à formação de Oficiais para ambas as Corporações que ocorriam, ambas, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Dados constantes nos Projetos Pedagógicos de 1993 e 2017.



O processo seletivo de vestibular passou a ser a forma de ingresso no Oficialato da PMMA, de acordo com um conjunto de Normas Específicas para a abertura desse processo em conjunto com a UEMA. Após a aprovação no certame, o candidato ao CFO-PM passa à investidura em emprego público, conforme preceitua o inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Assim em 1993, foi criado pelo Conselho Universitário – CONSUN da UEMA, o CFO que passou a ser oferecido pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UEMA, com duração mínima de três e máxima de cinco anos, sendo instalado e passando a funcionar paralelamente no Campus Universitário Paulo VI em São Luís e na APMGD.

Em 30 de janeiro de 1998 foi constituída uma comissão verificadora para análise das condições de funcionamento do CFO, a referida comissão encaminhado no dia 30 de março de 1998, o relatório conclusivo, o qual subsidiou o Parecer nº 209/98-CEE, da Câmara de Ensino Superior, Legislação e Normas, que resultou na Resolução N° 161/98, do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, datada de 23 de abril de 1998, autorizando o funcionamento do referido curso superior, validando e regularizando ainda os estudos realizados em períodos anteriores à vigência desses documentos legais, em nível de graduação universitária.

Posteriormente o CFO-PM foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, através da Resolução nº 195/2000-CEE, de 25 de maio de 2000, tendo sido o primeiro Curso de Formação de Oficiais do Brasil a ser totalmente realizado por uma Universidade Pública, inclusive a seleção através do vestibular, sendo que os Aspirantes-a-Oficial PM, ao serem declarados, recebem a titulação de Bacharéis em Segurança Pública.

2.1.1 Justificativa para a renovação do reconhecimento do Curso

O Curso de Formação de Oficiais – Polícia Militar (CFO-PMMA) criado em 1993 é uma experiência pioneira e exitosa, resultante de um convênio entre a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Polícia Militar do Maranhão (PMMA), no processo que diz respeito à formação e qualificação de oficiais militares estaduais. O processo de educação está calcado nos princípios humanísticos, apoiados em direitos humanos e cidadania, na vanguarda das recomendações propostas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

A vanguarda do CFO-PMMA deve-se ao fato de que somente em dezembro de 1999 o Ministério da Justiça apresentou uma “**Proposta de bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão**” motivado pelas demandas culturais, políticas



e sociais no âmbito nacional e internacional, em busca de uma segurança com cidadania mais inclusiva, realçando a formação calcado nos princípios fundamentais dos direitos humanos.

Ao longo do tempo essa proposta se atualiza para atender às demandas de seu tempo, solidificando a necessidade premente de formação, valorização e aperfeiçoamento dos profissionais da segurança pública. O Ministério da Justiça propôs a criação de um referencial nacional, para a formação desses profissionais, denominado “**Matriz Curricular Nacional**”. O objetivo é de nortear uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo; isto significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas em Segurança Pública, permitindo a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre Eixos Articuladores e Áreas Temáticas.

A Matriz Curricular Nacional é um instrumento desenvolvido, desde 2003, pela Coordenação Geral de Ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que serve de um marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas pelas polícias guardas municipais, ao contribuir para subsidiar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em conformidade com o “Plano Nacional de Segurança Pública”.

A Segurança Pública no Brasil é alvo de grandes debates e discussões, na tentativa de buscar-se um modelo que atenda às demandas sociais no que se refere à garantia de direito à segurança, inerente a toda pessoa humana. Típica das sociedades democráticas que se preocupam com a reforma das corporações policiais em busca de minimizar a insegurança que assustam a todos os cidadãos e põe em risco a integridade do Estado, frente ao avanço da violência.

Há um consenso sobre investimentos no aprimoramento da formação em Segurança Pública em sua complexidade, que potencializa o compromisso com a cidadania e a educação para paz articulando-se, permanentemente, com os avanços científicos e o saber acumulado. A demanda prioritária é, sobretudo, identificar e propor modalidades concretas de realização e aprimoramento deste processo. Nesse sentido, a Matriz Curricular Nacional (2014) constitui referencial para fomentar a reflexão que vem ocorrendo em diversos locais sobre os currículos estaduais e municipais voltados à Segurança Pública.

O referencial busca orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade do ensino, bem como do desempenho profissional e institucional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, apoiando a prática docente, especialmente dos profissionais que se encontram mais isolada do contato com a produção científica e as técnicas atuais. Compreendendo-se que o aperfeiçoamento é uma necessidade constante.



Diante de todo esse contexto e levando-se em consideração a missão educacional da Polícia Militar de formar profissionais qualificados, por meio do processo do estudo, ensino e aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, capacitando-o a prestação de serviço de segurança social pública de qualidade. Sob a ótica da sociedade, garantir uma imagem positiva da instituição e com isso garantir sua manutenção. Após duas décadas de criação do curso com a parceria PMMA/UEMA, necessita-se de atualização permanente da estrutura curricular.

2.1.2 Aporte Legal e Normativo do Curso

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFOPMMA/UEMA) foi proposto e é executado em conformidade com leis e diretrizes do âmbito, federal, no que tange aos regulamentos das Forças Armadas e Segurança Pública; no âmbito estadual, nos respeito às normas e diretrizes militares estaduais e, nos regulamentos da Universidade, parceira na formação dos oficiais militares. Em última instância, visa favorecer a formação do oficial militar da PMMA reiterando a compreensão do exercício da atividade no âmbito da Segurança Pública, pautada nas ciências humanas e sociais aplicadas, estudos em segurança pública, direitos humanos, cidadania, profissionalização militar e política num Estado Democrático de Direito. A primeira turma do curso iniciou em 08 de março de 1993. O curso derivou de um convênio celebrado entre a PMMA e Universidade Estadual do Maranhão (Uema), com o objetivo de formar os Oficiais da PM que passariam a receber o título de Bacharel em Segurança Pública.

Com o intuito de adequar o profissional de polícia e atender a essa parcela da população, e através da qualificação e capacitação do Profissional de Segurança Pública, em especial a Polícia Militar, por estar diariamente nas ruas e ser o primeiro a chegar a qualquer ocorrência policial. Estabelecer a inclusão da Linguagem de Sinais como meio de comunicação essencial é de suma relevância para atender alguns nichos da população, tendo em vista que se trata da linguagem utilizada e eficaz por pessoas com deficiência auditiva.

Com isso, o surdo-mudo necessita de atendimentos que se adaptem as suas limitações de comunicação. (BARBOSA, 2021).

Os obstáculos na comunicação de um cidadão deficiente auditivo ainda são de difícil compreensão por grande parte da sociedade, pois criar diálogos e discussões com o surdo- mudo só é possível por meio da escrita ou com o uso da comunicação em Linguagem de Sinais. É necessário que existam políticas públicas de inclusão social com ênfase na segurança pública,



através da necessidade e obrigação de adequação às normas vigentes no sentido de oferecer às pessoas com deficiência, serviços especiais, com profissionais capacitados para o atendimento a este público. Além de difundir na organização a linguagem dos surdos e ajudar a compor para uma sociedade mais inclusiva garantindo direitos fundamentais para as pessoas com deficiência auditiva.

A inclusão do curso de Libras na matriz curricular do curso de formação de oficiais tem o intuito de melhorar a prestação do serviço, a promoção, a inclusão e o respeito aos direitos humanos, tanto nos aspectos que envolvem sua abordagem quanto ao conhecimento comunicativo para melhor interação entre policiais militares e a pessoa em questão. Nos diversos modelos da força a ser utilizada pelo policial militar é a sua presença e logo após a verbalização com ordens claras e incisivas para prevenir o uso da força física e até mesmo letal, evitando agravar a ocorrência. (AZEVEDO et al., 2018, p. 98).

A língua de sinais no Brasil (Libras) é a língua que as pessoas surdas utilizam naturalmente no Brasil, ela é definida como língua visual-motora, visual-espacial ou gestual-visual, usando os olhos e as mãos respectivamente, são os canais de recepção e produção. Devido a isso para produção de frases, as mãos combinam com as expressões corporais e faciais. Os usuários da libras trazem suas experiências visuais utilizadas naturalmente da comunidade surda. O surdo, em sua maioria, apresenta perfil amigável em se tratar de ensinar Libras, consequentemente mais familiares e variados profissionais aprendem essa língua. (AZEVEDO et al., 2018).

Quando o suspeito é um deficiente auditivo, o agente público deve tentar se comunicar de forma eficiente e clara. Caso o policial militar não possua habilidades com a Libras, condição necessária para comunicação com os surdos, como ele deve agir?! „Desse modo, com apenas o curso básico, o policial militar não estará preparado totalmente para lidar com situações e circunstâncias que envolvam os surdos“. (AZEVEDO et al., 2018).

É preciso criar uma proximidade e entendimento mútuo entre a população e a organização, partindo da premissa fundamental de que a responsabilidade pela segurança pública não é só da polícia, mas compartilhada entre o Estado e seus cidadãos. Assim, acrescente insatisfação experimentada pela sociedade ocasiona a mudança das organizações policiais. Aos poucos, por toda parte, observa-se a adoção, em caráter experimental, de estruturas descentralizadas e menos burocratizadas de aplicação da lei com novos conceitos de polícia como este (CEPIK, 2013).

Todos os policiais militares devem ter ciência de que o fato de a pessoa ser surda- muda não a faz melhor nem pior que as outras, tão pouco mais ou menos ingênuas e devem tomar as



mesmas medidas de segurança igualmente a todos os cidadãos. O deficiente auditivo pode até ter dificuldade para realizar algumas atividades, porém, poderá desenvolver outras como as pessoas sem deficiência. (AZEVEDO et al., 2018).

Como cita a Lei Federal n. 10.098, de 19 de dezembro, de 2000, regulamentada, pelo decreto presidencial n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Determina a obrigatoriedade atender as necessidades do surdo-mudo, que o policial militar, neste caso o soldado (praça), precisa ter a capacitação profissional com o objetivo de estabelecer contato. Para isso a necessidade de incluir LIBRAS na grade do curso de formação de soldados. (SANTOS, 2019, p.22).

A Constituição Federal impera no seu art. 144 que, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, [...]” onde, explicita que a corporação e toda a comunidade devem trabalhar em prol da “[...] preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas [...]” (BRASIL, 1988, p 48).

Âmbito Federal

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei Federal nº 12.711 de 2012 – estabelece que 50% das vagas das universidades federais dever ser destinadas alunos cotistas. A UEMA mesmo sendo uma universidade estadual, adota a Lei de Cotas no **Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior – PAES;**
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no ato da inscrição no sistema de vestibular PAES.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Estabelece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como disciplina curricular optativa nos cursos de educação superior e na educação profissional. Na estrutura do CFOPM é uma disciplina obrigatória;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Resolução nº 1 - CONAES, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE).



- Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Matriz curricular nacional: para ações formativas dos profissionais para a área de segurança pública, 2014.
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Âmbito Estadual

- Decreto nº 15.581, de 30 de maio de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.
- Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências.

Âmbito Institucional

- Resolução nº 886/2014 - CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 891 – CONSUN/UEMA, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências.
- Resolução nº 1233, de 6 de dezembro de 2016 - CEPE-UEMA. Dispõe sobre a regulamentação de hora-aula e dos horários nos cursos de graduação presenciais da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 1477 - CEPE/UEMA, de 06 de outubro de 2021. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.



- Resolução nº 1023 – CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão.
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2021-2025).

AMPARO LEGAL DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

- Resolução nº 110/2011 - CEE/MA, de 15 de setembro de 2011. Renova o Reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais – Bacharelado em Segurança Pública, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas CCSA da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.
- Resolução nº 1260/2017 - CEPE/UEMA, de 6 de junho de 2017. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO PM/UEMA) – Bacharelado em Segurança Pública, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Maranhão.
- Resolução nº 27/2019 - CEE/MA, de 7 de fevereiro de 2019. Renova o Reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO PM/UEMA Bacharelado em Segurança Pública), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, da Universidade Estadual do Maranhão.

2.2 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

O Curso de Formação de Oficiais (CFO-PM) visa favorecer ao oficial militar da PMMA a compreensão do exercício da atividade no âmbito da Segurança Pública, focalizado nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais Aplicadas, centrada nos estudos em segurança pública, direitos humanos, como prática de cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito.

O Bacharel em Segurança Pública, Oficial da Polícia Militar do Maranhão, estará apto para desempenhar atribuições de comando, chefia e liderança sobre integrantes militares, nos serviços operacionais afetos à gerência de pessoal e de atividades-meio no âmbito administrativo e em ações tipicamente militares. Além de atuar como gestores da segurança pública estadual. O trabalho em equipe é estimulado dado à pluralidade de atores envolvidos e o oficial militar precisa conhecer os procedimentos necessários para encaminhar



adequadamente as ocorrências policiais, de acordo com o cargo e função desempenhada, transmitindo segurança aos demais cidadãos.

Acrescenta-se a essas atividades desenvolvidas por oficiais militares, prestar assistência jurídica e religiosa; manter discrição e reserva; liderar equipes; trabalhar em equipe; manter equilíbrio emocional e condicionamento físico; atuar com ética profissional; exercer tolerância; comprometer-se com a legalidade; agir com humanidade; tomar decisões rápidas e coerentes; desenvolver relacionamento interpessoal; manter-se constantemente atualizado; demonstrar flexibilidade; e suportar situações de estresse. Isso ocorre pela diversidade sociocultural do estado do Maranhão.

O perfil profissiográfico deve obedecer ao artigo 144, § 6º da Constituição Federal 1998 para a qual os policiais militares são responsáveis pelo policiamento “ostensivo e a preservação da ordem pública”. Portanto, o oficial da polícia militar deve conhecer o contexto social onde atua e desenvolver habilidades comportamentais e atitudinais para resolução de conflitos, tomada de decisão, preservação da vida, mediação de conflitos, enfrentamento de crime e violência baseados nos princípios legais, éticos e morais. Deve ser o articulador político junto à sociedade, em prol da paz social, além de saber manusear armas e equipamentos necessários ao trabalho policial cotidiano, em prol da segurança social.

2.2.1 Competências e habilidades do profissional a ser formado

O Curso de Formação de Oficiais (CFO-PM) favorece ao Oficial da PMMA a compreensão do exercício da atividade no âmbito da Segurança Pública, focalizado nos direitos humanos e cidadania inerente a um Estado Democrático de Direito. Assim sendo, o processo de formação deve possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, em conformidade com os referenciais curriculares, tais como:

- a) Liderança – com finalidade de estimular, orientar e fiscalizar as ações de seus subordinados nas atividades pertinentes a Segurança Pública;
- b) Iniciativa e proatividade – visa a solução de conflitos e resolução de problemas, seja de forma isolada ou em conjunto com seus superiores e subordinados;
- c) Adaptabilidade: para poder gerenciar situações inusitadas e complexas;
- d) Ética: ter uma postura que respeite os valores definidos pela instituição e pela sociedade, sendo um referencial para seus subordinados;

- e) Senso de responsabilidade: consciência do impacto das ações no âmbito interno e externo à instituição policial; zelar pela manutenção e conservação dos equipamentos/materiais e instalações no seu ambiente de trabalho;
- f) Capacidade de comunicação: saber se expressar tanto na forma oral como escrita, com clareza e objetividade.

As atividades desempenhadas pelos Oficiais de Polícia envolvem o gerenciamento de recursos humanos e logísticos; participar do planejamento de ações e operações; desenvolver processos e procedimentos administrativos militares; coordenar iniciativas voltadas à comunicação social; promover estudos técnicos e capacitação profissional. Além de desenvolver inteligência emocional e ética para lidar com os problemas recorrentes das atividades policiais que ultrapassam as fronteiras do crime e da violência.

No que tange as competências recomendadas aos profissionais da área da Segurança Pública na Matriz Curricular da SENASP, Brasil (2014), para definir os objetivos específicos do Bacharelado em Segurança Pública, o Oficial PM necessita:

- a) Posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva em diferentes situações, utilizando o diálogo como instrumento de mediação de conflitos, na tomada de decisões;
- b) Perceber-se como agente transformador da realidade social, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual;
- c) Compreender a diversidade da sociedade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação culturais, sociais, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais;
- d) Conhecer e dominar diversas técnicas e procedimentos policiais e as tecnologias não letais para o desempenho da atividade, conforme preceitos legais;
- e) Utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para produzir conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação da corporação e de seus policiais militares;
- f) Oportunizar a produção de novos conhecimentos em relação à Segurança Pública, a partir do ensino e da pesquisa.

Em uma dimensão global, o processo de formação visa estimular a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (BRASIL, 2009, p. 14). O processo de ensino e aprendizagem é contínuo, dinâmico e complexo, contudo, na intenção de facilitar a elaboração de projetos e planejamentos pedagógicos que tomam como referência a teoria de aprendizagem baseada no desenvolvimento

de competências, apresentam-se definições com divisões meramente didáticas, na perspectiva de ampliar a capacidade de atuação do policial militar.

Sobre as competências cognitivas, os futuros Oficiais deverão ser capazes de:

- a) Analisar dados estatísticos que possibilitem compreender os cenários da realidade brasileira em relação à criminalidade, à violência e à necessidade da prevenção;
- b) Compreender a necessidade de uma gestão integrada e comunitária do Sistema de Segurança Pública;
- c) Estabelecer um panorama geral sobre o Sistema Jurídico vigente no país, essencialmente no que é pertinente aos ramos do Direito, aplicáveis à atuação do profissional de Segurança Pública;
- d) Relacionar a utilização da força e da arma de fogo aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade.

Competências operativas: ter condição de proteger pessoas; demonstrar segurança; manusear armas não letais e letais; dominar técnicas de abordagem; dominar técnicas de autodefesa e técnicas de primeiros socorros; dominar técnicas de negociação, resolução de conflitos e incidentes; transmitir mensagens via rádio; selecionar equipamento de acordo com o tipo de ocorrência; usar equipamento de proteção individual; manejar equipamentos com eficácia; praticar exercícios físicos; relacionar-se com a comunidade; prestar serviços assistenciais à comunidade; trabalhar em equipe; levantar informações sobre o local da ocorrência; isolar local de crime; prever socorro de vítimas; obter ou captar informações sobre a ocorrência; entrevistar pessoas; arrolar testemunhas; conduzir as partes envolvidas no crime; elaborar documentos pertinentes à ocorrência; elaborar relatórios; cumprir determinações judiciais; produzir estatística; e tipificar as condutas delituosas.

Quanto às competências atitudinais desenvolvidas no decorrer do processo de formação, os policiais deverão demonstrar: controle emocional; disciplina, desenvoltura, criatividade, paciência, perspicácia, lidar com fenômenos complexos, manter-se atualizado, resistência à fadiga física, firmeza de caráter, ética profissional; cumprir normas e regulamentos internos; agir com civilidade e respeito; manter boa apresentação; agir com descrição; manter condicionamento físico; agir com bom senso e imparcialidade.

Diante da complexidade expressa a respeito das competências desse profissional, a formação do Oficial de Polícia Militar precisa ser generalista mediante a extensão do seu âmbito de atuação, e ao mesmo tempo, precisa abordar questões mais específicas vinculadas a sua atividade, permitindo ação profissional que além de legal, seja crítica e consciente. Essa



formação requer um caráter amplo, de acordo com a multiplicidade de funções e atividades que os oficiais desempenham na Polícia Militar do Maranhão.

2.2.2 Objetivo Geral do Curso

Formar Bacharel em Segurança Pública, habilitando-o para o exercício das funções de 2º Tenente PM até o posto de Capitão PMMA, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias ao desempenho das funções de prevenção e/ou repressão ao crime e a violência, de acordo com os princípios da legalidade, da ética e do respeito aos direitos humanos.

2.2.3 Objetivos Específicos do Curso

- Proporcionar ao discente uma articulação dos conhecimentos teóricos apreendidos e a possibilidade de vivenciá-los na prática, mediante as atividades operacionais de polícia ostensiva nas quais os discentes participem constantemente.
- Estimular a pesquisa e a prática como consolidação dos princípios de uma educação universitária onde o saber é construído através da própria inserção na realidade, o que firma o seu compromisso com a sociedade e os princípios éticos da cidadania e da Segurança Pública.
- Desenvolver habilidade de gerenciamento eficaz das pessoas nas diversas formas de organização, com ênfase na comunicação e trabalho em equipe.
- Capacitar os cadetes para o exercício de atividades docentes nos cursos de formação e capacitação oferecidos na Polícia Militar ou instrução de tropa na Corporação.

2.2.4 Perfil Profissional do Egresso

O Curso de Formação de Oficiais (CFO-PM) visa favorecer ao oficial militar da PMMA a compreensão do exercício da atividade no âmbito da Segurança Pública e seus desdobramentos, posto que atuará com gestor. A estrutura curricular do curso se apoia nas ciências humanas e ciências sociais aplicadas, sobretudo nos saberes específicos centrados em segurança pública, direitos humanos, cidadania. Além de se voltar para a profissionalização dos oficiais militares atuantes em um Estado Democrático de Direito.

Para o Oficial QOPMMA converge toda a responsabilidade do dever policial militar, perante a sociedade. Se exige do Oficial PMMA um perfil generalista e polivalente para o exercício das suas atribuições. Com uma visão ampla, para analisar o todo, considerando



elementos diversificados ao tomar suas decisões ou definir prioridades. O policial militar tendo por base uma atuação profissional ética precisar compreender não só o ‘como fazer’, mas também o ‘por que’ fazer. Ao final do Curso, o Aspirante a Oficial receberá o diploma de conclusão no Curso de Formação de Oficiais PM, como Bacharel em Segurança Pública.

O Bacharel em Segurança Pública, Oficial da Polícia Militar do Maranhão, ao concluir curso na Universidade Estadual do Maranhão estará capacitado para desempenhar atribuições de comando, chefia e liderança sobre integrantes militares, nos serviços operacionais afetos à gerência de pessoal e de atividades-meio no âmbito administrativo e em ações tipicamente militares, na sociedade.

Em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os oficiais militares egressos do CFO-PM/UEMA, além das atividades policiais de mantenedor da paz e ordem social, estão aptos a gerenciar recursos humanos e logísticos; participar do planejamento de ações e operações; desenvolver processos e procedimentos administrativos militares; coordenar iniciativas voltadas à comunicação social; promover estudos técnicos e capacitação profissional.

Acrescenta-se a essas atividades desenvolvidas por oficiais militares, prestar assistência jurídica e religiosa; manter discricção e reserva; liderar equipes; trabalhar em equipe; manter equilíbrio emocional e condicionamento físico; atuar com ética profissional; exercer tolerância; comprometer-se com a legalidade; agir com humanidade; tomar decisões rápidas e coerentes; desenvolver relacionamento interpessoal; manter-se atualizado; demonstrar flexibilidade; e suportar situações de estresse. Isso ocorre pela diversidade sociocultural do estado do Maranhão, tanto que no tange a dimensão geográfica, mas também a diversidade cultural.

O CFO-PMMA/UEMA atribui ao seu egresso o título de Bacharel em Segurança Pública. Os alunos têm duas identidades e pertencimentos – uma de policial militar e outra, de universitário, com todas as incumbências a serem desempenhadas para a efetuação de uma graduação competente. De forma que, há uma dupla visão, uma “visão sistêmica”, que impõe a integração das várias áreas do conhecimento como forma de intervir na realidade, e outra, “visão processual” que exige ações contínuas por parte dos atores que têm a responsabilidade de conduzir a educação em suas múltiplas dimensões, pois só assim serão criadas condições objetivas que alicerçam esse Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais.

O perfil profissiográfico deve obedecer ao artigo 144, § 6º da Constituição Federal para a qual policias militares são responsáveis pelo policiamento “ostensivo e a preservação da ordem pública”. Sabendo-se de antemão que o trabalho do oficial militar transcende a esfera de



enfrentamento de situações de crime e violência. Para tanto, a estrutura curricular do curso é multiárea e possibilita uma abrangência de saberes.

Portanto, o oficial militar deve conhecer o contexto social onde atua e desenvolver habilidades comportamentais e atitudinais para resolução de conflitos, tomada de decisão, preservação da vida, mediação de conflitos, enfrentamento de crime e violência baseados nos princípios legais, éticos e morais. Deve ser o articulador político junto à sociedade, em prol da paz social, além de saber manusear armas e equipamentos necessários ao trabalho policial cotidiano.

De acordo com a Lei nº 6.513 de 30 de novembro de 1995, dentre as atribuições dos policiais militares também se insere, segundo os artigos abaixo:

Art. 3º - O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar relacionadas com o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

[...]

Art. 39 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

- I - o sentimento de servir à comunidade, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever e pelo integral devotamento à preservação da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida;
- II - o civismo e o culto às tradições históricas;
- III - a fé na elevada missão da Polícia Militar;
- IV - o espírito de corpo, o orgulho do militar pela organização militar onde serve;
- V - o amor à profissão militar e o entusiasmo com que é exercida; e
- VI - o aprimoramento técnico-profissional.

Trabalho em equipe deve ser estimulado devido a pluralidade de atores envolvidos e o oficial militar precisa conhecer os procedimentos necessários para encaminhar adequadamente as ocorrências policiais, de acordo com o cargo e função desempenhada, transmitindo segurança aos demais cidadãos.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DISCENTE

O corpo discente do CFOPM/UEMA deriva dos candidatos que se submetem e são aprovados no processo seletivo do PAES, que ocorre anualmente para ingresso de novos alunos nos cursos de graduação da UEMA. Cabe ressaltar que, embora o PAES estabeleça o quantitativo de vagas para ingresso de alunos pelo certame, em razão de demandas judiciais, as turmas de ingressantes tem uma entrada além das vagas disponibilizadas.

2.3.1 Dados socioeconômicos

Os candidatos que se submetem a vestibular para ingresso no curso, obedecem à mesma lógica dos demais candidatos que aspiram ingressar na UEMA. O diferencial aqui é que o CFO-PM constitui uma etapa de concurso público para ingresso na carreira de oficial militar, e, portanto, os alunos recebem salário, pois que ao mesmo tempo que são alunos, já se encontram na ativa no serviço policial, resguardada as suas peculiaridades.

Quadro 2.1 – Dados socioeconômicos por ano: sexo

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2016	40	05
2017	47	05
2018	42	07
2019	41	05
2020	48	05

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Em razão de determinação legal, as vagas para ingressantes no serviço policial tem diferencial sobre o quantitativo de vagas disponibilizadas para homens e mulheres. Restrição se deve a Lei nº 8382 de 18 de abril de 2018, que determina a disposição de apenas 10% de vagas para o sexo feminino. Apesar de várias contestações, o quadro se desequilíbrio de vagas para homens e mulheres é muito acentuado. Apesar disso, o quantitativo de candidatas é muito relevante para as vagas disponibilizadas.

Quadro 2.2 – Dados socioeconômicos por ano: estado civil

Ano	Estado civil				
	Solteiro	Casado	Separado judicialmente ou divorciado	Viúvo	Outro
2016	38	07	-	-	-
2017	44	08	-	-	-
2018	45	07	-	-	-
2019	39	07	-	-	-
2020	45	08	-	-	-

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 2.3 – Dados socioeconômicos por ano: faixa etária

Ano	Faixa etária				
	Abaixo de 18 anos	18 a 21 anos	22 a 25 anos	26 a 29 anos	Acima de 30anos
2016	-	03	30	10	02
2017	-	-	26	23	02
2018	-	08	15	19	07
2019	-	15	14	08	09
2020	-	10	24	13	06

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Um dado relevante a ser enfatizado é que há um grande percentual de jovens que disputam vagas no certame, PAES, para ingresso no curso e muitos deles já estão em outros cursos universitários ou já concluíram seus cursos e já em fase de pós-graduação. Portanto, são jovens, solteiros e constituem mão de obra qualificada.

Quadro 2.4 – Dados socioeconômicos por ano: faixa social

Ano	Faixa social				
	Até 1 salário mínimo	Mais de 1 até 3 salários mínimos	Mais de 3 até 5 salários mínimos	Mais de 5 até 10 salários mínimos	Mais de 10 salários mínimos
2016	-	05	10	30	-
2017	-	06	15	30	-
2018	-	03	13	33	-
2019	-	02	09	35	-
2020	-	04	20	29	-

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Os candidatos, reiterando os quadros supracitados, são de faixa socioeconômica intermediária. Alguns dos candidatos são policiais, praças militares, que aspiram se tornar oficiais na sua instituição, outros já atuavam no campo de trabalho em outras profissões. Alguns destes candidatos atuam em empresas privadas ou tinham seus próprios negócios, mas desejavam ingressar no serviço público em busca de estabilidade no emprego e status quo que o curso confere aos oficiais gestores da segurança pública.

Quadro 2.5 – Dados socioeconômicos por ano: cotas

Ano	Cotas			
	Negro	Indígena	Deficiente	Proveniente de escola pública
2016	-	-	-	28
2017	-	-	-	35
2018	12	-	-	33
2019	-	-	-	29
2020	-	-	-	38

Fonte: PAES, ano 2016 a 2020.

Esse quadro reflete a realidade do efetivo de alunos da Universidade Estadual do Maranhão que grande parte dos ingressantes são oriundos de escola pública. Sabendo-se que o curso oferta em média, 45 vagas anuais, desse percentual, mesmo com as singularidades dos candidatos, mais da metade deles derivam das escolas públicas.

2.3.2 Dados de vagas, aprovação Paes, matriculados, readmissão, transferências interna e externa

Conforme dados coletados, dentre as várias peculiaridades do CFO-PM, é a inexistência de transferências e readmissão de alunos que por ventura tenham se evadido. Não há transferência porque não há outro curso em outra instituição que seja equivalente.

Quadro 2.6 - Quantitativo de estudantes, por demanda e matrícula, segundo ocorrência acadêmica, por ano

Ano	Vagas no Paes	Paes		Transferência interna		Transferência externa		Readmissão	
		Demanda	Matrícula	Demanda	Matrícula	Demanda	Matrícula	Demanda	Matrícula
2016	45	2.110	45	-	-	-	-	-	-
2017	45	10.691	52	-	-	-	-	-	-
2018	45	6.463	52	-	-	-	-	-	-
2019	45	6.480	46	-	-	-	-	-	-
2020	45	6.703	53	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIGUEMA, ano 2016 a 2020.

2.3.3 Dados de evasão, reprovação, trancamento, cancelamento, concluintes

No CFO-PM não há registros de evasão, transferência interna ou externa. Mas, há registros de matrículas sub judicis, em atendimento aos recursos interpostos por candidatos que se julgam de algum modo prejudicados durante o processo do vestibular. Alguns recursos são julgados em prazos fora do calendário escolar, o que contribui para o atraso no ingresso do aluno no curso. Por vezes, por estar fora do prazo, os candidatos são matriculados e aguardam o início do período seguinte para ingressar no curso, até o julgamento final da demanda.

Quadro 2.8 – Quantitativo de estudantes, segundo ocorrência de permanência acadêmica, por ano

Ano	Matrícula	Trancamento	Cancelamento	Reprovação	Evasão	Transferência interna	Transferência externa	Sub judicis e	Concluinte
2016	45	-	-	-	-	-	-	00	2
2017	52	-	-	-	-	-	-	06	43
2018	52	-	-	-	-	-	-	06	31
2019	46	01	-	-	-	-	-	01	00
2020	53	01	01	-	-	-	-	08	50

Fonte: SIGUEMA, ano 2016 a 2020.

2.4 ATUAÇÃO DO CURSO

O curso tem uma forte conotação prática tendo em vista sua natureza sui generis que forma o bacharel em segurança pública e ao mesmo tempo prepara o profissional que atuará a linha de comando da Polícia Militar do Maranhão.

2.4.1 Pesquisa

Quadro 2.9 – Quantitativo de estudantes, segundo projetos de pesquisa, por vigência do PPC

Vigência	Professor Coordenador	Título do projeto	Programa	Número de alunos envolvidos	
				Bolsistas	Voluntários
2019/ 2020	Profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos	“Leviatã” adormecido: sobaótica da segurança pública do Maranhão	PIBIC-UEMA	2	2
2021/2022	Profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos	Mulheres nas polícias estaduais do Maranhão: inserção e reconhecimento profissional das mulheres policiais	PIBIC-UEMA	2	2

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

A pesquisa foi aprovada em edital interno, período 2019 e 2020, para bolsa no Programa de Iniciação Científica UEMA (PIBIC-UEMA), contemplando 2 alunos bolsistas, ambos indicados pela orientadora. Foram selecionadas duas alunas do curso de Ciências Sociais. Outros 02 alunos integraram a pesquisa como voluntários, ambos dos cursos de Formação de Oficiais, de modo que ingressou um cadete do CFO-PM e outro do CFO-BM, Programa de Iniciação Científica Voluntário (PIVIC): Damião César Lustosa Nogueira (aluno do CFO-BM) e Levi Rodrigues Santos (CFO-PM). Esses alunos voluntários não têm direito a bolsa de pesquisa, mas podem participar de todos os eventos acadêmicos com direito a certificados.

Em 2021, também foi aprovado novo projeto no Programa de Iniciação à Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-UEMA), com 02 cotas para alunos bolsistas e 02 cotas para bolsistas voluntários (PIVIC-UEMA), as quais foram distribuídas entre um aluno do CFO- BM, Reinaldo Vinicius Moraes Pereira e Neidiane Santos de Lima, aluna do CFO-PM, também ambos certificados pela universidade.

Os alunos do CFO-PM e CFO-BM não têm direito à bolsa porque recebem salário e têm vínculo empregatício. O que não inviabiliza a participação em atividades de pesquisa acadêmica e extensão universitária. Além disso, os alunos têm uma sobrecarga de atividades que inviabiliza a disposição de tempo necessário para leituras, pesquisas com coleta de dados. Porém, mesmo com essas limitações, alguns alunos buscam participar dessas atividades como forma de ampliar seus conhecimentos e aperfeiçoar as práticas no exercício profissional.

2.4.2 Extensão

Os projetos de extensão universitária foram propostos pelos professores junto à PROEXAE-UEMA e APMGD, no sentido de atender às demandas dos alunos que careciam de conhecimentos mais precisos dos conteúdos tratados para além das disciplinas ofertadas pela UEMA. Desse modo, o projeto de extensão sobre “Inglês Instrumental”, coordenado pelo professor Dr. José Haroldo Bandeira Sousa, atendeu a demanda dos alunos que se ressentiram da retirada das disciplinas Inglês Básico e Inglês Instrumental, antes ofertadas pelo Curso de Formação de Oficiais. Pois, nem todos os alunos tem acesso a cursos de línguas estrangeiras e foi uma oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos.

Em se tratando do curso de Libras, os professores Clívia Santana da Silva e Prof. Augusto Cezar Ferreira Baraúna, atendeu às demandas dos alunos que precisavam aprofundar seus conhecimentos acerca das Língua Brasileira de Sinais – Libras, para atender as ocorrências policiais que fazem parte da rotina de trabalho. Essa solicitação foi um desdobramento da disciplina Libras, ofertada pelo departamento de Letras da UEMA.

Soma-se ainda, ao projeto de extensão Trote Solidário, coordenados pela profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos e a bibliotecária Kátia Soares, responsável pela biblioteca setorial da Centro de Ciências Sociais da UEMA. A proposta tem duas vertentes: 1) atende às comunidades carentes no entorno da UEMA e, 2) Além de recepcionar os calouros, buscar angariar mantimentos para serem distribuídos entre as comunidades carentes para além do entorno da UEMA, priorizando, asilos, creches e abrigos para crianças sem situação de vulnerabilidade.

Quadro 2.10 - Quantitativo de estudantes, segundo projetos de extensão, por vigência do PPC

Vigência	Professor Coordenador	Título do projeto	Programa	Número de alunos envolvidos	
				Bolsistas	Voluntários
2019	Prof. Dr. José Haroldo Bandeira Sousa	Inglês instrumental para cadetes do CFOPM	Dept. Letras	-	6
2020	Profa. Ms. Clívia Santana da Silva; Prof. Dr. Augusto Cezar Ferreira Baraúna	Curso Básico de Libras	DDEC	-	60
2017/2020	Trote Solidário	Profa. Dra. Vera Lucia Bezerra Santos; Bibliotecária Kátia Soares; Roseane Maria do Nascimento Silva (Organizadoras)	PROEXAE	-	100

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 2.11 – Quantitativo de grupos de pesquisa e ações de extensão no Curso

Grupos de pesquisa no Curso	Alunos envolvidos	Professores envolvidos
Grupo de Estudo em Segurança Pública – GESP/UEMA	04	Vera Lucia Bezerra Santos

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 2.12 – Eventos promovidos pelo Curso

Evento	Alunos envolvidos	Professores envolvidos
Seminário de Segurança Pública IV	100	Vera Lucia Bezerra Santos Cel. QOPM Raimundo Nonato Sá

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

2.5 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação é um processo de contínuo de avaliação, compreendida como condição *sine qua non* para o êxito institucional e, por extensão, promove a excelência dos seus cursos. O CFO-PM não passa por avaliação externa, mas todos são chamados a participar da avaliação interna.

2.5.1 Interna

Quadro 2.13 – Avaliação do Curso no último triênio

Indicadores	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Avaliadores Avalgrad Discente(%)	62,39%	8,56%	2,55%	23,57%

Fonte: DAAE/CTP/PROG, ano 2019, 2020, 2021.

2.5.2 Ações no âmbito do Curso pós avaliações internas e externas

Após a divulgação dos resultados das avaliações internas, que ocorrem na Universidade, faz-se apresentação dos resultados nas reuniões de Colegiado e Curso e do Núcleo Docente Estruturante para todos tenham ciência. O objetivo é de fazer os aperfeiçoamentos nas práticas políticas, didáticas e pedagógicas que se fazem necessárias.

Reitera-se que por ser um curso de natureza singular, os alunos não são submetidos à avaliação do Enade ou qualquer outra externa de âmbito nacional. Por outro lado, os alunos passam por constante processo de avaliação na própria Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias.



CAPÍTULO 3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

NDE, 2022

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, por sua natureza sui generis, dado que o processo seletivo, mesmo ocorrendo por meio do vestibular do PAES, estão submetidos concomitantemente se submetendo a um processo de concurso público. Portanto, são policiais oficiais em fase de treinamento e para outros de aperfeiçoamento. Pois alguns dos ingressos, eram policiais praças militares. De todo modo, todos são submetidos ao processo didático-pedagógico, visto que as direções de curso, tanto na UEMA responsável pelas disciplinas de núcleo comum e quanto no comandante da APMGD, onde ocorre as disciplinas de núcleo específico, de natureza mais prática, se juntam para otimização dos conteúdos trabalhados com o corpo discente.

3.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O Curso de Formação de Oficiais foi instituído em 1993, resultante do convênio entre Polícia Militar do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão, com fito de qualificar o corpo técnico-administrativo para gerenciar a Polícia Militar do Estado do Maranhão, em seu bojo foi pensado calcado nos princípios básicos dos Direitos Humanos, Cidadania e paz social.

Em 2000 foi criado a Secretaria Nacional de Segurança Pública e posteriormente foi instaurado a Matriz Curricular Nacional em 2004 e 2014, para nortear todos os cursos de segurança pública, desde a atualização, treinamento, graduação e pós-graduação. E desde então, o CFO-PM utiliza esse padrão para organizar sua matriz curricular. A última atualização da Matriz Curricular Nacional é de 2014, sem muita alteração e portanto, adotada como parâmetro para a formação de oficiais militares do Maranhão e por esse motivo, a UEMA aparece no cenário nacional como uma universidade de vanguarda, porque consegue com êxito formar os futuros oficiais militares seguindo duas matrizes curriculares ambas apoiadas na matriz nacional. No caso, o curso segue as disciplinas acadêmicas de forte teor humanístico e legal, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas e, na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, segue as doutrinas militares.

A concepção pedagógica do CFO-PM se apoia em duas grandes vertentes que convergem para o mesmo objetivo, a formação dos oficiais aptos a atuar, de acordo com suas habilidades e competências, para que suas ações sejam centradas nos princípios fundamentais dos direitos humanos, cidadania e ética social.



3.2 METODOLOGIA

Os alunos aprovados e classificados em vestibular da UEMA para ingresso no Curso de Formação de Oficiais PM, conforme Edital da Universidade, devem observar que, por se tratar de curso *sui generis*, deve ser aprovado em todas as etapas do certame – testes físicos, de habilidades específicas, provas do vestibular e exames médicos – todos de caráter eliminatório. Quando aprovados e classificados dentro das vagas disponíveis, após a matrícula e apresentação à Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias” passarão a compor o quadro de funcionários públicos especiais, por essa razão, ao integralizar o curso, são declarados aspirantes da PMMA e bacharéis em Segurança Pública, pela UEMA.

O aluno classificado não poderá ter matrícula aberta em outra IES pública conforme normas do MEC. O CFO-PM é de natureza integral, envolvendo atividades na UEMA e APMGD, além de escala de serviço interno e externo à Polícia Militar. Considerando que esses alunos receberão proventos para se qualificar e ao final do curso integrarão o serviço público estadual.

A proposta do curso é de duração de 07 semestres letivos, ou seja, 03 anos e meio. Não podendo o aluno ficar reprovado por falta ou nota em todas as disciplinas no semestre de ingresso na UEMA, nem reprovar em 02 (dois) semestres consecutivos ou não na UEMA, mesmo havendo trancamento entre eles, sob pena de perda do curso.

O aluno aprovado em todos os processos do concurso do vestibular para o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar passará à investidura em emprego público, conforme preceitua o inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 2008. De forma que será acatar o regulamento do servidor público estadual.

Em razão do recebimento de proventos e vinculação funcional à Secretaria de Segurança Pública do Estado, os alunos só poderão participar de atividades de pesquisa e extensão universitária, como bolsistas voluntários, com cadastro efetuado pelo docente ao grupo de pesquisa na base de dados onde está vinculada. Esse aluno será considerado voluntário, tendo em vista que não terá direito ao recebimento de bolsa de pesquisa da Universidade devido o vínculo empregatício, porém são resguardados os demais incentivos aos bolsistas voluntários.

Os alunos do 1º ano estão suscetíveis ao regime de internato na APMGD para facilitar a inculcação da doutrina militar, absorção dos princípios da disciplina e hierarquia que caracterizam o regime militar. Os alunos dos anos seguintes se submeterão ao regime de semi-internato. Devendo cumprir escala de serviço que será apresentada ao final de cada semana pelo



xerife da sala de aula. Todos os alunos deverão acatar propostas pelos superiores, de forma que se concretize a ideia de que “quem obedece deve saber obedecer”.

Os alunos devem obedecer aos regulamentos da Universidade, conforme o Regimento dos Cursos de Graduação, aprovado pela Resolução 1.477/2021-CEPE/UEMA e das normas da APMGD, conforme regulamento militar visto que o curso é uma parceria interinstitucional. A promoção do aluno está condicionada ao êxito obtido ao longo de cada ano letivo e comportamento militar adequado. O curso tem duração mínima de 3 anos e meio, isto é, 7 semestres. Ao final do qual é promovido ao status de aspirante.

A matrícula é semestral, no período fixado pelo calendário universitário. Não é permitido cancelamento de disciplinas, nem matrículas em disciplinas que coincidam os horários no sistema acadêmico. O professor não poderá realizar qualquer tipo de avaliação ou fazer registros de notas para alunos não cadastrados no sistema, salvo quando houver amparado judicial, na condição de “sub judicie”.

O aluno deve obedecer às recomendações do Regimento dos Cursos de Graduação e demais Normas Acadêmicas que estão dispostas no site da UEMA. Devendo integralizar o curso em prazo máximo de sete anos, deduzido 02 anos de trancamento, se houver.

O aluno que ficar reprovado, por faltas ou notas, por mais de dois semestres letivos, consecutivos ou não, em qualquer disciplina será desligado do curso. Também não há aproveitamento de estudos. Além disso, o cadete deve seguir as normas estabelecidas pelo Regimento da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias”.

3.2.1 Métodos, técnicas e recursos de ensino, aprendizagem e de avaliação nos componentes curriculares

No que se refere à avaliação do aluno, atualmente, segue-se as determinações Regimento dos Cursos de Graduação, mediante da frequência e aproveitamento. São aplicadas três avaliações, sendo os resultados expressos em notas de zero a dez, admitindo-se 0,5 (meio ponto), devendo a média final ser expressa com, no máximo, uma casa decimal.

As avaliações de aprendizagem adotadas pelos professores do Curso de Formação de Oficiais Polícia Militar são diversificadas, envolvendo: avaliação individual, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisas, resenhas, artigos acadêmico-científicos, fóruns, oficinas, relatos de visitas técnicas, dentre outras.

Será considerado aprovado em cada disciplina o estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 7,0 (sete), totalizando 21 pontos na disciplina.



O estudante que obtiver média da disciplina igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete) e que tenha comparecido, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas, no ensino presencial, ou tenha realizado no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das atividades avaliativas virtuais na modalidade à distância, poderá ser submetido à avaliação final, conforme previsto na Resolução nº 1477/2021 – CEPE/UEMA.

De todo modo, o processo de avaliação adotado pelos docentes do Curso de Formação de Oficiais PMMA é o mesmo adotado pela Universidade. Os cursos em geral passam pelo processo de avaliação institucional implantada pela Pró-Reitoria de Graduação, em conformidade com o Regimento dos cursos de graduação.

Assim sendo, a UEMA constituiu desde 2015 uma comissão para avaliar o desempenho dos cursos inspirada no que orienta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com vista a ampliar a eficiência e eficácia dos cursos de graduação, no que tange a qualidade dos cursos, neste sentido, o CFO-PM, por ainda não ser avaliado pelo ENADE, tem ficado ao largo desse processo.

Entretanto, dão a especificidade do curso, a natureza militar da formação de oficiais como alunos cadetes. Percebe-se a necessidade de aprofundar os compromissos com a sociedade, bem como fortalecer a qualificação profissional dos futuros gestores da Polícia Militar do Maranhão. Para tanto, as reuniões do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de curso possibilitam maior interação entre universidade e comando da academia militar.

De acordo com as propostas de humanização das práticas policiais, policiamento da proximidade, *accountability* dos profissionais de segurança pública, políticas de valorização e de motivação dos policiais, com o reconhecimento das peculiaridades dos trabalhos desenvolvidos no atendimento ao público, requalificação profissional, entre outras ações a serem desenvolvidas estimulam os oficiais da Polícia Militar do Maranhão a primar pela formação dos futuros oficiais.

Reconhece-se que a educação continuada é condição necessária para o aprimoramento das práticas profissionais e lapida a qualidade dos serviços prestados à sociedade, bem como o reconhecimento interno à instituição e sua visibilidade no cenário sociopolítico. Nesse sentido, o papel da universidade mais uma vez se ressalta, tendo em vista as pesquisas acadêmicas, a formação de opinião na sociedade e, sobretudo, a competência dos profissionais que forma para atender às demandas da sociedade em questão.

3.2.2 Organização e funcionamento do Curso

Quadro 3.1 - Regime de Integralização Curricular

Prazo para Integralização Curricular	Mínimo	Máximo
	7 semestres (3,5 anos)	11 semestres (5,5 anos)
Regime	Semestral	
Dias anuais úteis	200	
Dias úteis semanais	6 (segunda a sábado)	
Semanas semestrais	18	
Matrículas semestrais / ano	02	
Semanas de provas semestrais	03	
Horário de Funcionamento	Diurno	
Manhã	07h00min às 12h00min	
Tarde	13h30min às 18h30min	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Monografia	
Total de créditos do Currículo do Curso	266	
o Créditos de Aulas teóricas	230	
o Créditos de Aulas práticas	36	
Hora-aula (min)	50 minutos	
Carga horária Total do currículo do Curso	5070	
Hora-aula do currículo do Curso	6084	
	Carga horária	Percentual
Núcleo Comum	1140	22,48%
Núcleo Específico	3810	75,14%
Sub Total	4950	97,62%
Núcleo Livre	120	2,36%
	Carga horária	Percentual
AC	90	1,77%
Estágio Curricular Supervisionado (obrigatório)	270	5,32%
TCC	90	1,77%

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 3.2 - Demonstrativo de conversão de carga horária em horas-aula no Curso

Categoria	A Carga horária por componente em horas	B Carga horária por componente em minutos	C Quant. horas/aula por componente	D Quant. de horários por componente, por semana	E Quant. de min. de aula por componente, por semana	F Quant. de compo nente	G Carga horária total	H Horas- aula total
Convenção	(h)	(min)	(h/a)	horários/s	(min/a/s)	(cc)	(h)	(h/a)
Base de cálculo	PPC	$B = A \times 60$ min	$C = B : 50$ min	$D = C : 18$ sem	$E = D \times 50$ min	PPC	$G = A \times F$	$H = C \times F$
Disciplinas	60	3.600	72	4	200	77	4620	5544
Estágio	90	5.400	108	6	300	3	270	324
AC	90	5.400	108	6	300	1	90	108
TCC	90	5.400	108	6	300	1	90	108
Total						82	5070	6084

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

3.2.2.1 Disciplinas presenciais

Após várias reuniões, chegou-se à conclusão de que ainda não é pertinente a oferta de disciplinas a distância. Essa modalidade deverá ser aceita apenas quando for determinação da Universidade e do Estado do Maranhão, a justificativa se deve à singularidade do curso, voltado para a profissionalização, capacitação continuada para prestação de serviço à sociedade.

Desse modo, todas as disciplinas, núcleo comum e núcleo específico, são presenciais, na Universidade e na Academia de Polícia Gonçalves Dias e campo de ação na prestação de serviço na sociedade.

3.2.2.2 Estágio Supervisionado

O estágio curricular será cumprido em 270 horas divididos em três momentos, cada um com 90 horas. O estágio é um momento escolar em que será oportunizado ao Aluno Oficial, a aplicabilidade dos conhecimentos teóricos adquiridos na APMGD e UEMA, o familiarizando com a tomada de decisões nas áreas operacional e administrativa, solidificando sua formação para o exercício das funções do oficialato.

O planejamento do estágio ficará a cargo da Divisão de Ensino da APMGD e será de responsabilidade do professor/instrutor todo o processo de ensino aprendizagem incluindo a avaliação do desempenho escolar e lançamento de notas no sistema eletrônico da UEMA. É o momento em que o cadete aplica os conteúdos didáticos-pedagógicos na sua ação prático-policial.

Quadro 3.3: Demonstrativo de Estágios Supervisionados

Ord.	Componente curricular	Local	CH
01	Estágio Curricular Supervisionado nas Unidades Operacionais da Capital do Estado	APMGD	90
02	Estágio Curricular Supervisionado nas Unidades Especializadas da Capital do Estado	APMGD	90
03	Estágio Curricular Supervisionado nas Unidades Operacionais do Interior do Estado	APMGD	90
TOTAL			270

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Os estágios curriculares supervisionados ocorrerão no ambiente interno à Academia e em Batalhões da Polícia Militar do Maranhão, localizados na capital e no interior do Estado.



Devendo os cadetes serem acompanhados por oficiais indicados pelos Comandantes das Unidades Policiais Militares.

3.2.2.3 Atividades complementares (AC)

As atividades complementares são executadas e acompanhadas pelos instrutores da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias. Constituem atividades que envolvem ações sociais, participação em eventos acadêmicos, e outras missões internas que ocorrem com a devida certificação e fiscalizado pela Direção de Ensino da APMGD, computadas as cargas horárias para integralizar o necessário estabelecido pelo PPC.

3.2.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Seguindo as recomendações das Normas Acadêmicas, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção científico-acadêmica vinculado à natureza do curso, de autoria do aluno, dirigido por um orientador, à escolha do aluno. Como requisito básico para conclusão do curso de graduação.

Os alunos deverão entregar o projeto de monografia no período designado pela Direção de Curso, devidamente assinado pelo orientador que serão homologados pelo Colegiado, conforme prescreve o Regimento dos Cursos de Graduação, da UEMA e depois encaminhado à Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias.

Após a entrega da monografia, 03 cópias em brochuras à direção de curso na APMGD, que as distribuirá aos professores que comporão a banca examinadora previamente indicados pelo Colegiado de Curso. A banca será composta por professores e instrutores, totalizando 03 professores – orientador (presidente) e 02 avaliadores, os quais serão responsáveis pela avaliação e lançamento de nota do TCC.

O cadete deve entregar as cópias da monografia na APMGD que fará a distribuição interna à instituição e enviar as demais cópias para a direção do curso na UEMA, a qual entregará ao professor que for indicado para ser avaliador.

Após ajustes no texto monográfico decorrente da solicitação banca avaliadora, o aluno deverá ser observado e feito as devidas correções em prazo hábil estabelecido pelo comando da APMGD. Após as correções, o aluno fará o depósito da monografia em duas vias, uma cópia encadernada com capa dura e uma cópia em CD, salva em PDF. Os documentos deverão ser entregues na Direção de Curso. O não cumprimento deste requisito implica na invalidação da



nota. Após o cumprimento dos protocolos o cadete estará apto a ser declarado aspirante, conforme calendário da APMGD.

Tendo em vista que a monografia é uma produção acadêmica produzida pelo cadete sob a orientação do orientador (professor/instrutor). Em caso que a banca examinadora identifique plágio no corpo monográfico, a situação deve ser relatada a direção de curso e comando da APMGD para que o Colegiado de curso seja acionado e solicite a reprovação do referido cadete.

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES

Em razão da natureza do curso, as disciplinas são distribuídas entre as de Núcleo Comum, todas ofertadas na Uema, as de Núcleo Específico na universidade e as de Núcleo Específico na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, as quais tem forte teor prático e são de natureza profissionalizante.

3.3.1 Matriz Curricular

Quadro 3.4 - Matriz Curricular do Curso

Ord.	Disciplinas	CH
01	Leitura e Produção Textual	60h
02	Introdução à Sociologia	60h
03	Introdução ao Direito	60h
04	Introdução à Administração	60h
05	Filosofia Aplicada à Segurança Pública	60h
06	Metodologia do Trabalho Científico	60h
07	Introdução à Educação Física	60h
08	Fundamentos da Defesa Pessoal Policial	60h
09	Ordem Unida	60h
10	Legislação Organizacional	60h
11	Armamento, Equipamento e Fundamentos de Tiro Policial	60h
12	Policimento Ostensivo Geral	60h
13	Sistema de Segurança Pública	60h
14	Ética e Cidadania	60h
15	Direito Constitucional	60h
16	Psicologia Social	60h
17	Direito Penal – Parte Geral	60h
18	Planejamento Estratégico	60h
19	Economia Brasileira	60h
20	Educação Física Militar Básica	60h
21	Tiro Policial – Armas Curtas	60h
22	Ordem Unida Especial	60h
23	Introdução Tática Policial Militar	60h
24	Policimento Ostensivo Especial	60h
25	Técnica de Abordagem	60h
26	Técnica de Redação de Documentos	60h
27	Estágio nas Unidades Especializadas da Capital	90h
28	Gestão de Talentos Humanos	60h
29	Direito Penal – Parte Especial	60h
30	Direito Processual Penal	60h
31	Ciência Política	60h
32	Administração Financeira e Orçamentária	60h
33	Inglês Instrumental	60h
34	Educação Física Militar Aplicada	60h

35	Atividade de Bombeiro Militar e Atendimento Pré-Hospitalar	60h
36	Defesa Pessoal Policial Intermediária	60h
37	Tiro Policial – Armas Longas	60h
38	Policciamento Ostensivo de Trânsito	60h
39	Direitos Humanos	60h
40	Tecnologia Aplicada à Segurança Pública	60h
41	Estatística Aplicada à Segurança Pública	60h
42	Geografia do Crime	60h
43	Gestão de Qualidade	60h
44	Estado e Políticas Públicas	60h
45	Direito Administrativo	60h
46	Sociologia do Crime e da Violência	60h
47	Educação Física Militar Integrada	60h
48	Tiro Policial – Pistas Policiais (Método Giraldi)	60h
49	Direito Penal Militar	60h
50	Proteção e Defesa Civil	60h
51	Policciamento Ostensivo Ambiental	60h
52	Inteligência e Segurança Pública	60h
53	Trabalho de Comando, Chefia e Liderança	60h
54	Estágio nas Unidades Operacionais da Capital	90h
55	Metodologia do Ensino em Segurança Pública	60h
56	Administração Pública	60h
57	Direito Civil	60h
58	Administração Estratégica	60h
59	Optativa I	60h
60	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	60h
61	Educação Física Militar e Organização de Eventos Esportivos	60h
62	Defesa Pessoal Policial Avançada	60h
63	Tiro Policial – Porte Velado	60h
64	Ações Antitumulto	60h
65	Direito Processual Penal Militar	60h
66	Criminalística Aplicada	60h
67	Direito Administrativo Disciplinar Militar	60h
68	Didática Aplicada à Segurança Pública	60h
69	Administração de Materiais e Patrimônio	60h
70	Gestão de Pessoas no Setor Público	60h
71	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60h
72	Projeto de Monografia	60h
73	Optativa II	60h
74	Educação Física Militar Interdisciplinar	60h
75	Gerenciamento de Crises	60h
76	Legislação Penal Especial	60h
77	Policciamento Comunitário	60h
78	Policciamento Ostensivo Montado	60h
79	Polícia Judiciária Militar	60h
80	Estágio nas Unidades do Interior	90h
81	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	90h
82	Atividades Complementares	90h
TOTAL		5070

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

3.3.2 Áreas e Núcleos de formação

Todas as disciplinas ofertadas no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar são ofertadas de modo presencial, a serem ministradas no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) na Uema, entre as quais estão as disciplinas de núcleo comum, as de núcleo específico da Uema e as de núcleo livre e as disciplinas do Núcleo Específico são ofertadas na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD).

Quadro 3.5 – Disciplinas por Área/Subárea CNPq

Área/Subárea/ Código CNPq	Disciplinas
Ciências Humanas - Filosofia 7.00.00.00-0	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia Aplicada à Segurança Pública - Ética e Cidadania - Deontologia Militar
Ciências Humanas - Geografia 7.06.00.00-7	<ul style="list-style-type: none"> - Geografia do Crime
Ciências Sociais Aplicadas - Administração 6.02.00.00-6	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Administração - Administração de Pessoal - Administração de Materiais e Patrimônio - Administração Financeira e Orçamentária - Administração Pública - Administração Estratégica - Gestão de Talentos Humanos - Planejamento Estratégico - Gestão de Qualidade - Gestão de Pessoas no Setor Público
Ciências Humanas - Sociologia 7.02.00.00-9	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Sociologia - Sociologia do Crime e da Violência - Representações Sociais da Violência
Ciências Humanas – Antropologia 7.03.00.00-3	<ul style="list-style-type: none"> - Antropologia Militar
Ciências Humanas – Psicologia 7.07.05.00-3	<ul style="list-style-type: none"> - Psicologia Social
Ciências Sociais Aplicadas – Direito 6.01.00.00-1	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução ao Direito - Direito Constitucional - Direito Administrativo - Direito Penal – Parte Geral - Direito Penal – Parte Especial - Direito Processual Penal - Direito Civil - Oratória
Ciências Sociais Aplicadas – Economia 6.03.00.00-0	<ul style="list-style-type: none"> - Economia Brasileira
Estatística 1.02.02.00-5	<ul style="list-style-type: none"> - Estatística Aplicada à Segurança Pública
Ciências Humanas – Educação 7.08.00.00-6	<ul style="list-style-type: none"> - Didática Aplicada à Segurança Pública - Metodologia do Ensino em Segurança Pública
Ciências Humanas – Ciência Política 7.09.00.00-0	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência Política - Estado e Políticas Públicas
Linguística- Letras e Artes 8.02.00.00-1	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e Produção Textual - Libras

	– Inglês Instrumental
Multidisciplinar 9.00.00.00-5	– Metodologia do Trabalho Científico – Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública – Projeto de Monografia – Tópicos Avançados em Segurança Pública

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 3.6 - Componentes curriculares de Núcleo Específico, segundo a área/subárea - APMGD

Núcleo Específico			
Ord.	Código	Área/Subárea	Disciplinas
01	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública
02	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Legislação Organizacional
03	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Ordem Unida
04	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Introdução à Educação Física
05	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Fundamentos da Defesa Pessoal Policial
06	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Armamento, Equipamento e Fundamentos de Tiro Policial
07	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Policciamento Ostensivo Geral
08	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Educação Física Militar Básica
09	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Tiro Policial - Armas Curtas
10	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Ordem Unida Especial
11	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Instrução Tática Policial Militar
12	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Policciamento Ostensivo Especial
13	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Direitos Humanos
14	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Tecnologia Aplicada à Segurança Pública
15	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Educação Física Militar Integrada
16	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Tiro Policial – Pistas Policiais (Método Giraldi)
17	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Direito Penal Militar
18	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Proteção e Defesa Civil
19	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Policciamento Ostensivo Ambiental
20	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Inteligência e Segurança Pública
21	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Educação Física Militar e Organização de Eventos Esportivos
22	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Defesa Pessoal Policial Avançada
23	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Ações Antitumulto
24	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Tiro Policial – Porte Velado
25	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Direito Processual Penal Militar
26	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Criminalística Aplicada

27	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Trabalho de Comando, Chefia e Liderança
28	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Direito Administrativo Disciplinar Militar
29	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Educação Física Militar Interdisciplinar
30	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Polícia Judiciária Militar
31	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Gerenciamento de Crises
32	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Legislação Penal Especial
33	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Policiamento Comunitário
34	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Policiamento Ostensivo Montado
35	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Introdução Tática Policial Militar
36	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Técnica de Abordagem
37	9.00.00.00-5	Defesa – Segurança Pública	Técnica de Redação de Documentos
38	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Educação Física Aplicada
39	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Atividade de Bombeiro Militar e Atendimento Pré-Hospitalar
40	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Defesa Policial Intermediária
41	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Tiro Policial – Armas Longas
42	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Policiamento Ostensivo de Trânsito
43	9.24.00.00-0	Defesa – Segurança Pública	Proteção e Defesa Civil

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 3.7 - Componentes curriculares de Núcleo Comum/UEMA, segundo a área/subárea

Núcleo Comum			
Ord.	Código	Área/Subárea	Disciplinas
01	7.01.00.00-0	Ciências Humanas - Filosofia	Ética e Cidadania
02	7.07.05.00-3	Ciências Humanas – Psicologia	Psicologia Social
03	7.02.01.00-5	Ciências Humanas – Sociologia	Introdução à Sociologia
04	7.09.00.00-0	Ciências Humanas – Ciência Política	Ciência Política
05	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Introdução à Administração
06	6.02.02.04-1	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Administração de Pessoal
07	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Administração de Materiais e Patrimônio
08	6.02.01.02-9	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Administração Financeira e Orçamentária
09	6.02.02.00-9	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Administração Pública
10	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Gestão de Talentos Humanos
11	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Planejamento Estratégico
12	6.01.00.00-1	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Introdução ao Direito
13	6.01.02.05-5	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Direito Constitucional

14	6.01.02.06-3	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Direito Administrativo
15	6.01.02.02-0	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Direito Penal – Parte Geral
16	6.01.02.02-0	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Direito Penal – Parte Especial
17	6.01.02.03-9	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Direito Processual Penal
18	6.01.03.01-9	Ciências Sociais Aplicadas – Direito	Direito Civil
19	8.02.00.00-1	Linguística – Letras	Libras
20	8.02.00.00-1	Linguística – Letras	Leitura e Produção Textual
21	9.00.00.00-5	Multidisciplinar	Metodologia do Trabalho Científico

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 3.8 - Componentes curriculares de Núcleo Específico/UEMA, segundo a área/subárea

Núcleo Comum			
Ord.	Código	Área/Subárea	Disciplinas
01	7.00.00.00-0	Ciências Humanas - Filosofia	Filosofia Aplicada à Segurança Pública
02	7.09.00.00-0	Ciências Humanas – Ciência Política	Estado e Políticas Públicas
03	7.06.00.00-7	Ciências Humanas – Geografia	Geografia do Crime
04	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Administração Estratégica
05	8.02.00.00-1	Linguística – Letras	Inglês Instrumental
06	7.02.07.00-3	Ciências Humanas – Sociologia	Sociologia do Crime e da Violência
07	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Gestão de Qualidade
08	6.02.00.00-6	Ciências Sociais Aplicadas – Administração	Gestão de Pessoas no Setor Pública
09	6.03.00.00-0	Ciências Sociais Aplicadas – Economia	Economia Brasileira
10	1.02.02.00-5	Estatística	Estatística Aplicada à Segurança Pública
11	7.08.00.00-6	Educação	Didática Aplicada à Segurança Pública
12	9.00.00.00-5	Multidisciplinar	Metodologia do Ensino em Segurança Pública
13	9.00.00.00-5	Multidisciplinar	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública
14	9.00.00.00-5	Multidisciplinar	Projeto de Monografia

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 3.9 - Componentes curriculares de Núcleo Livre, segundo a área/subárea

Núcleo Livre		
Ord.	Área/Subárea	Disciplinas
01	Ciências Humanas – Antropologia	Antropologia Militar
02	Ciências Humanas – Sociologia	Representações Sociais da Violência
03	Ciências Humanas – Filosofia	Deontologia Militar
04	--	Tópicos Emergentes em...

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Embora, seguindo os modelos recomendados para se evitar disciplinas consecutivas como pré-requisito de outras, o Curso de Formação de Oficiais, por sua natureza híbrida, envolvendo convênio firmado entre universidade e Polícia Militar, as disciplinas não são necessariamente encadeadas, mas os conteúdos, isto é, os componentes curriculares são interdependentes, por esta razão, segue-se o quadro abaixo que expõe a conexão entre as disciplinas básicas e seus desdobramentos que ocorrem ao longo do curso.

Quadro 3.10 – Pré-requisitos entre componentes curriculares

Disciplina Pré-requisito	Período	Disciplina dependente	Período
Introdução à Sociologia	1º	Ciência Política	3º
		Sociologia do Crime e da Violência	4º
Introdução ao Direito	1º	Direito Constitucional	2º
		Direito Penal – Parte Geral	2º
		Direito Penal – Parte Especial	3º
		Direito Processual Penal	3º
		Direito Administrativo	4º
		Direito Civil	5º
Introdução à Administração	1º	Administração Financeira e Orçamentária	3º
		Administração Pública	5º
		Administração Estratégica	5º
		Administração de Materiais e Patrimônio	6º
Metodologia do Trabalho Científico	1º	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	5º
		Projeto de Monografia	6º
Introdução à Educação Física	1º	Educação Física Militar Básica	2º
		Educação Física Militar Aplicada	3º
		Educação Física Militar Integrada	4º
		Educação Física Militar e Organização de Eventos Esportivos	5º
		Educação Física Militar Interdisciplinar	6º
Ordem Unida	1º	Ordem Unida Especial	2º
Tiro Policial – Armas Curtas	2º	Tiro Policial – Armas Longas	3º
		Tiro Policial – Pistas Policiais (Método Giraldi)	4º
		Tiro Policial Velado	5º
Fundamentos da Defesa Pessoal Policial	1º	Defesa Pessoal Policial Intermediária	3º
		Defesa Pessoal Policial Avançada	5º
Projeto de Monografia	6º	Monografia	7º

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

3.3.3 Estrutura Curricular periodizada

Os quadros que se seguem apresentam as disciplinas distribuídas ao longo do curso e seus respectivos núcleos de pertencimento, cargas horárias e créditos utilizados. Reiterando que na Uema são ofertadas disciplinas de Núcleo Comum, Núcleo Livre e Núcleo Específico da universidade.

Quadro 3.11 - Estrutura Curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR						
Vigência a partir de: 2023.1						
Ord.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Leitura e Produção Textual	NC	60h	04	-	04
02	Introdução à Sociologia	NC	60h	04	-	04
03	Introdução ao Direito	NC	60h	04	-	04
04	Introdução à Administração	NC	60h	04	-	04
05	Filosofia Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
06	Metodologia do Trabalho Científico	NE	60h	04	-	04
07	Introdução à Educação Física	NE	60h	01	01	02
08	Fundamentos da Defesa Pessoal Policial	NE	60h	01	01	02
09	Ordem Unida	NE	60h	01	01	02
10	Legislação Organizacional	NE	60h	04	-	04
11	Armamento, Equipamento e Fundamentos de Tiro Policial	NE	60h	01	01	02
12	Policiamento Ostensivo Geral	NE	60h	01	01	02
13	Sistema de Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
SUBTOTAL			780h	37	05	42
Ord.	2º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Ética e Cidadania	NC	60h	04	-	04
02	Direito Constitucional	NC	60h	04	-	04
03	Psicologia Social	NC	60h	04	-	04
04	Direito Penal – Parte Geral	NE	60h	04	-	04
05	Planejamento Estratégico	NC	60h	04	-	04
06	Economia Brasileira	NC	60h	04	-	04
07	Educação Física Militar Básica	NE	60h	01	01	02
08	Tiro Policial – Armas Curtas	NE	60h	01	01	02
09	Ordem Unida Especial	NE	60h	01	01	02
10	Introdução Tática Policial Militar	NE	60h	01	01	02
11	Policiamento Ostensivo Especial	NE	60h	01	01	02
12	Técnica de Abordagem	NE	60h	01	01	02
13	Técnica de Redação de Documentos	NE	60h	04	-	04
14	Estágio nas Unidades Especializadas da Capital	NE	90h	-	02	02
SUBTOTAL			870h	34	08	42
Ord.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Gestão de Talentos Humanos	NC	60h	04	-	04
02	Direito Penal – Parte Especial	NE	60h	04	-	04
03	Direito Processual Penal	NC	60h	04	-	04
04	Ciência Política	NC	60h	04	-	04
05	Administração Financeira e Orçamentária	NC	60h	04	-	04
06	Inglês Instrumental	NE	60h	04	-	04
07	Educação Física Militar Aplicada	NE	60h	01	01	02
08	Atividade de Bombeiro Militar e Atendimento Pré-Hospitalar	NE	60h	01	01	02
09	Defesa Pessoal Policial Intermediária	NE	60h	01	01	02
10	Tiro Policial – Armas Longas	NE	60h	01	01	02
11	Policiamento Ostensivo de Trânsito	NE	60h	01	01	02

12	Direitos Humanos	NE	60h	04	-	04
13	Tecnologia Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
SUBTOTAL			780h	37	05	42
Ord.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Estatística Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
02	Geografia do Crime	NE	60h	04	-	04
03	Gestão de Qualidade	NC	60h	04	-	04
04	Estado e Políticas Públicas	NE	60h	04	-	04
05	Direito Administrativo	NC	60h	04	-	04
06	Sociologia do Crime e da Violência	NE	60h	04	-	04
07	Educação Física Militar Integrada	NE	60h	01	01	02
08	Tiro Policial – Pistas Policiais (Método Giraldi)	NE	60h	01	01	02
09	Direito Penal Militar	NE	60h	04	-	04
10	Proteção e Defesa Civil	NE	60h	04	-	04
11	Policciamento Ostensivo Ambiental	NE	60h	01	01	02
12	Inteligência e Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
13	Trabalho de Comando, Chefia e Liderança	NE	60h	04	-	04
14	Estágio nas Unidades Operacionais da Capital	NE	90h	-	02	02
SUBTOTAL			870h	43	05	48
Ord.	5º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Metodologia do Ensino em Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
02	Administração Pública	NC	60h	04	-	04
03	Direito Civil	NC	60h	04	-	04
04	Administração Estratégica	NE	60h	04	-	04
05	Optativa I	NL	60h	04	-	04
06	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
07	Educação Física Militar e Organização de Eventos Esportivos	NE	60h	01	01	02
08	Defesa Pessoal Policial Avançada	NE	60h	01	01	02
09	Tiro Policial – Porte Velado	NE	60h	01	01	02
10	Ações Antitumulto	NE	60h	01	01	02
11	Direito Processual Penal Militar	NE	60h	04	-	04
12	Criminalística Aplicada	NE	60h	04	-	04
13	Direito Administrativo Disciplinar Militar	NE	60h	04	-	04
SUBTOTAL			780h	40	04	44
Ord.	6º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Didática Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
02	Administração de Materiais e Patrimônio	NC	60h	04	-	04
03	Gestão de Pessoas no Setor Público	NE	60h	04	-	04
04	Língua Brasileira de Sinais – Libras	NC	60h	04	-	04
05	Projeto de Monografia	NE	60h	04	-	04
06	Optativa II	NL	60h	04	-	04
07	Educação Física Militar Interdisciplinar	NE	60h	01	01	02
08	Gerenciamento de Crises	NE	60h	04	-	04
09	Legislação Penal Especial	NE	60h	04	-	04
10	Policciamento Comunitário	NE	60h	01	01	02
11	Policciamento Ostensivo Montado	NE	60h	01	01	02
12	Polícia Judiciária Militar	NE	60h	04	-	04
13	Estágio nas Unidades do Interior	NE	90h	-	02	02
SUBTOTAL			810	39	05	44
Ord.	7º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	

01	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	NE	90h	-	2	2
02	Atividades Complementares	NE	90h	-	2	2
SUBTOTAL			180	-	4	4
TOTAL			5070h	230	36	266

NÚCLEO ESPECÍFICO						
Ord.	DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Filosofia Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
02	Metodologia do Trabalho Científico	NE	60h	04	-	04
03	Introdução à Educação Física	NE	60h	01	01	02
04	Fundamentos da Defesa Pessoal Policial	NE	60h	01	01	02
05	Ordem Unida	NE	60h	01	01	02
06	Legislação Organizacional	NE	60h	04	-	04
07	Armamento, Equipamento e Fundamentos de Tiro Policial	NE	60h	01	01	02
08	Policciamento Ostensivo Geral	NE	60h	01	01	02
09	Sistema de Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
10	Direito Penal – Parte Geral	NE	60h	04	-	04
11	Educação Física Militar Básica	NE	60h	01	01	02
12	Tiro Policial – Armas Curtas	NE	60h	01	01	02
13	Ordem Unida Especial	NE	60h	01	01	02
14	Introdução Tática Policial Militar	NE	60h	01	01	02
15	Policciamento Ostensivo Especial	NE	60h	01	01	02
16	Técnica de Abordagem	NE	60h	01	01	02
17	Técnica de Redação de Documentos	NE	60h	04	-	04
18	Estágio nas Unidades Especializadas da Capital	NE	90h	-	02	02
19	Direito Penal – Parte Especial	NE	60h	04	-	04
20	Inglês Instrumental	NE	60h	04	-	04
21	Educação Física Militar Aplicada	NE	60h	01	01	02
22	Atividade de Bombeiro Militar e Atendimento Pré-Hospitalar	NE	60h	01	01	02
23	Defesa Pessoal Policial Intermediária	NE	60h	01	01	02
24	Tiro Policial – Armas Longas	NE	60h	01	01	02
25	Policciamento Ostensivo de Trânsito	NE	60h	01	01	02
26	Direitos Humanos	NE	60h	04	-	04
27	Tecnologia Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
28	Estatística Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
29	Geografia do Crime	NE	60h	04	-	04
30	Estado e Políticas Públicas	NE	60h	04	-	04
31	Sociologia do Crime e da Violência	NE	60h	04	-	04
32	Educação Física Militar Integrada	NE	60h	01	01	02
33	Tiro Policial – Pistas Policiais (Método Giraldi)	NE	60h	01	01	02
34	Direito Penal Militar	NE	60h	04	-	04
35	Proteção e Defesa Civil	NE	60h	04	-	04
36	Policciamento Ostensivo Ambiental	NE	60h	01	01	02
37	Inteligência e Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
38	Trabalho de Comando, Chefia e Liderança	NE	60h	04	-	04
39	Estágio nas Unidades Operacionais da Capital	NE	90h	-	02	02
40	Metodologia do Ensino em Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
41	Administração Estratégica	NE	60h	04	-	04
42	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
43	Educação Física Militar e Organização de Eventos Esportivos	NE	60h	01	01	02
44	Defesa Pessoal Policial Avançada	NE	60h	01	01	02

45	Tiro Policial – Porte Velado	NE	60h	01	01	02
46	Ações Antitumulto	NE	60h	01	01	02
47	Direito Processual Penal Militar	NE	60h	04	-	04
48	Criminalística Aplicada	NE	60h	04	-	04
49	Direito Administrativo Disciplinar Militar	NE	60h	04	-	04
50	Didática Aplicada à Segurança Pública	NE	60h	04	-	04
51	Gestão de Pessoas no Setor Público	NE	60h	04	-	04
52	Projeto de Monografia	NE	60h	04	-	04
53	Educação Física Militar Interdisciplinar	NE	60h	01	01	02
54	Gerenciamento de Crises	NE	60h	04	-	04
55	Legislação Penal Especial	NE	60h	04	-	04
56	Policciamento Comunitário	NE	60h	01	01	02
57	Policciamento Ostensivo Montado	NE	60h	01	01	02
58	Polícia Judiciária Militar	NE	60h	04	-	04
59	Estágio nas Unidades do Interior	NE	90h	-	02	02
60	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	NE	90h	-	02	2
61	Atividades Complementares	NE	90h	-	02	2
TOTAL			3810h	146	36	182

NÚCLEO COMUM						
Ord.	DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Leitura e Produção Textual	NC	60h	04	-	04
02	Introdução à Sociologia	NC	60h	04	-	04
03	Introdução ao Direito	NC	60h	04	-	04
04	Introdução à Administração	NC	60h	04	-	04
05	Ética e Cidadania	NC	60h	04	-	04
06	Direito Constitucional	NC	60h	04	-	04
07	Psicologia Social	NC	60h	04	-	04
08	Planejamento Estratégico	NC	60h	04	-	04
09	Economia Brasileira	NC	60h	04	-	04
10	Gestão de Talentos Humanos	NC	60h	04	-	04
11	Direito Processual Penal	NC	60h	04	-	04
12	Ciência Política	NC	60h	04	-	04
13	Administração Financeira e Orçamentária	NC	60h	04	-	04
14	Gestão de Qualidade	NC	60h	04	-	04
15	Direito Administrativo	NC	60h	04	-	04
16	Administração Pública	NC	60h	04	-	04
17	Direito Civil	NC	60h	04	-	04
18	Administração de Materiais e Patrimônio	NC	60h	04	-	04
19	Língua Brasileira de Sinais – Libras	NC	60h	04	-	04
TOTAL			1140h	76	0	76

NÚCLEO LIVRE						
Ord.	DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
01	Antropologia Militar	NL	60h	04	-	04
02	Representações Sociais da Violência	NL	60h	04	-	04
03	Deontologia Militar	NL	60h	04	-	04
04	Tópicos Emergentes em...	NL	60h	04	-	04
TOTAL				120h		

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

CAPÍTULO 4: CORPO DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DO CURSO

NDE, 2022

O Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar tem uma natureza multivariada porque envolve os departamentos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) – Departamento de Administração, Ciências Sociais e de Direito. Além dos Departamentos de Letras, de Filosofia e departamento de Matemática. Mesmo funcionando em dois ambientes, visto que, pela manhã ocorre na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, onde ocorre as disciplinas práticas e, pela tarde, no CCSA, onde acontecem as aulas teóricas, percebe-se que há empenho das direções em atender as demandas docentes e discentes.

4.1 GESTÃO DO CURSO

Quadro 4.1 – Gestão do Curso

Nome	Cargo	Regime			Formação	Titulação/ Área	Situação funcional	
		20 h	40 h	Tide			Contratado	Efetivo
Dra. Vera Lucia Bezerra Santos	Diretora/ UEMA	-	-	X	Filosofia Lic. Bel. Ciências Sociais	Dra. Administração	-	X
Cel. Anderson Fernando Holanda Maciel	Comandante da APMGD	-	-	X	Bel. Segurança Pública	Especialista em Direito	-	X

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

4.2 CORPO DOCENTE

Quadro 4.2 - Corpo docente e tutorial

CORPO DOCENTE DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS – APMGD									
Nome	Regime			Titulação	Situação funcional		Experiência Profissional do Docente	Exercício da docência educação superior	Disciplinas ministradas
	20h	40h	Tide		Contratado	Efetivo			
Cel QOPM Anderson Fernando Holanda Maciel			X	Especialista		X	15	15	-Educação Física VII -Estágio Supervisionado
Maj QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior			X	Especialista		X	15	15	-Introdução à Educação Física
Ten Cel QOPM Airton Fontinelle Torres			X	Especialista		X	15	15	- Defesa Pessoal Policial
1º Ten QOPM Tágora Gonçalves Araújo Teles			X	Especialista		X	20	20	-Ordem Unida I e II

TenCel QOPM Paulo Alfredo Donjie de Oliveira			X	Especialista		X	15	15	- Tiro Policial Defensivo
CelQOPM Nilson Marques de Jesus Ferreira			X	Especialista		X	20	20	-Armamento e Equipamento Policial
Maj QOPM Rayfran Mota Cavalcante			X	Especialista		X	10	10	-Policiamento Ostensivo Geral -Estágio Supervisionado
Cap QOPM André Felipe dos Santos de Carvalho			X	Especialista		X	5	5	-Sistema de Segurança Pública - Legislação Organizacional - Polícia Judiciária Militar
Maj QOPM Anselmo da Silva Azevedo			X	Especialista		X	10	10	- Educação Física Militar
Cap QOPM Luan Lenon Sousa Filgueiras			X	Especialista		X	5	5	-Ordem Unida I e II
Ana Carina Saraiva Castro	X			Especialista	X		2	2	-Direitos Humanos
Cap QOPM Nasser Bezerra Jádão Segundo			X	Especialista		X	5	5	-Defesa Pessoal Policial -
MajQOPM Onildo Osmar Sampaio Júnior			X	Especialista		X	10	10	-Tiro Policial Defensivo
Cap QOPM Gildson Márcio Leite Souza Júnior			X	Especialista		X	2	2	-Policiamento Ostensivo de Trânsito
CapQOPM Francisco José Cunha dos Santos Júnior			X	Especialista		X	2	2	-Tecnologia Aplicada à Segurança Pública - Tiro Policial Defensivo - Policiamento Ostensivo Especial
TenCel QOPM Nicolau Sauaia Júnior			X	Doutor		X	20	20	-Educação Física V
1º Ten QOPM João Carlos da Cunha Alves			X	Especialista		X	2	2	-Defesa Pessoal V
Ana Karolina Sousa de Carvalho Nunes	X			Especialista	X		2	2	-Direitos Humanos
Cap QOPM Anderson Márcio Rocha Lisboa			X	Especialista		X	5	5	-Direito Penal Militar - Direito Processual Penal Militar
João Luiz de Carvalho	X			Especialista	X		28	28	-Investigação Pericial Criminal
Maj QOCBM Fernando Fernandes de Almeida			X	Especialista		X	5	5	-Defesa Civil
TenCel QOPM Francisco Wellington Silva de Araújo			X	Especialista		X	15	15	-Ações Anti Tumulto
Cel QOPM Aritaná Lisboa do Rosário			X	Especialista		X	20	20	-Policiamento Comunitário
Raimundo Teixeira de Araújo	X			Especialista	X		28	28	-Atividade de Inteligência

Maj QOPM Aparecida Fernanda Albuquerque Pinto Veloso			X	Mestre		X	10	10	-Comunicação Organizacional -Técnica de Redação de Documentos
Maj QOPM Leonardo Mendes de Oliveira			X	Mestre		X	10	10	- Gerenciamento de Crises
MajQOPM Wermeson Pinheiro Barbosa			X	Mestre		X	10	10	-Polícia Judiciária Militar
CelQOPM Eurico Alves da Silva Filho			X	Doutor		X	20	20	-Processo de Tomada de Decisão Aplicado
1º Ten QOPM Daniel Holanda dos Santos			X	Especialista		X	15	15	-Policimento Ostensivo Ambiental
Maj QOPM José Soares Pereira de Sousa Júnior			X	Especialista		X	10	10	-Policimento Ostensivo Montado
MajQOPM Danyell Coutinho Vilas Boas			X	Especialista		X	10	10	-Tiro Policial Defensivo - Educação Física Militar
Maj QOPM Márcio Kemps de Oliveira Costa			X	Especialista		X	10	10	-Policimento Ostensivo Especial
MajQOPM Márcio Carlos Rodrigues de Oliveira			X	Especialista		X	10	10	-Instrução Tática Individual
Cap QOPM Jackson Flávio Santos Fonseca			X	Especialista		X	5	5	-Policimento Ostensivo Especial
1º Ten QOACBM Jodson Luís Diniz			X	Especialista		X	10	10	- Defesa Pessoal Militar
Ivônio Pinheiro Ribeiro Netto			X	Especialista		X	10	10	- Direito Processual Penal Militar
MajQOPM Antonio Mendes Leal Junior			X	Especialista		X	10	10	- Legislação Especial - Legislação Organizacional
Walter Carlito Rocha Junior	X			Mestre	X		5	5	- Criminologia Aplicada
Cel QOPM José Maria Honório Carvalho Filho			X	Especialista		X	20	20	- Tiro Policial Defensivo
Cap QOPM Elenilson Kléber Viégas Barros			X	Especialista		X	5	5	- Comunicação Organizacional
Cel QOPM Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis			X	Especialista		X	20	20	-Policimento Ostensivo Ambiental
Maj QOPM Francisca Solange da Silva Azevedo			X	Especialista		X	10	10	-Polícia Judiciária Militar
Cel QOPM Raimundo Andrade de Aguiar			X	Mestre		X	20	20	-Planejamento Operacional
MajQOCBM Ariosvaldo Campos da Silva Junior			X	Especialista		X	10	10	-Pronto Socorrismo e Atividade de BM
TenCel QOPM Rômulo Henrique Araújo Costa			X	Doutor		X	15	15	-Policimento Ostensivo de Trânsito

Cap QOPM Márcio José Nogueira de Oliveira		X	Especialista		X	2	2	-Medicina Legal
Cel RR Raimundo de Jesus Silva		X	Mestre		X	25	25	-Defesa Civil
Maj QOPM Fabiano Aurélio Barros Lobato		X	Especialista		X	10	10	-Ações Anti-Tumulto
Cel QOPM Edilene Soares da Silva		X	Especialista		X	20	20	-Comunicação Organizacional -Policiamento Ostensivo Ambiental
Maj QOPM Enoque Lima da Silva		X	Especialista		X	10	10	-Estágio Supervisionado
Ten. Cel. QOPM Wellington Pinheiro Chaves		X	Especialista		X	15	15	- Educação Física

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Quadro 4.3 - Corpo docente e tutorial

CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA									
Nome	Regime			Titulação	Situação funcional		Experiência no exercício da docência na educação Básica/ Experiência Profissional do Docente	Exercício da docência educação superior	Disciplinas ministradas
	20h	40h	Tide		Contratado	Efetivo			
Vera Lucia Bezerra Santos			X	Doutora		X	20 anos	25 anos	- Ciência Política - Ética e Cidadania - Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública - Sociologia do Crime e da Violência
Irlane Regina Moraes Novaes			X	Doutora		X	-	19 anos	- Introdução à Administração - Gestão da Qualidade - Planejamento Estratégico -Administração Pública
José Antônio Ribeiro de Carvalho			X	Mestre		X	-	30 anos	- Introdução à Sociologia
Marco Antônio Nogueira Gomes		X		Doutor		X	8 anos	26 anos	Estado e Políticas Públicas Ética e Cidadania Metodologia do Trabalho Científico
Maria de Fátima Ribeiro dos Santos			X	Mestre		X	-	22 anos	Projeto de Monografia
Clívia Santana da Silva			X	Mestre		X	-	15 anos	Direito Penal Parte Geral Direito Penal Parte Especial
Augusto Cezar			X	Doutor		X		30 anos	Direito Civil

Ferreira de Baraúna									
Laércio Marques do Nascimento Filho		X		Mestre		X	-	31 anos	Gestão Pública
José Haroldo Bandeira			X	Doutor		X	33 anos	28 anos	Língua Inglesa Instrumental
Carlos Henrique Rodrigues Vieira	X			Doutor		X	-	30 anos	Introdução ao Direito
Albiane Oliveira Gomes			X	Doutora		X	20 anos	18 anos	Metodologia do Trab. Científico
Gutemberg Pacheco Lopes Júnior		X		Doutor		X	-	8 anos	Adm. Financeira Orçamentária
Francisco Ferreira Lima		X		Especialista		X	-	16 anos	Direito Processual Penal
Wilson França Filho	X			Mestre		X	-	1 ano e meio	Economia Brasileira
Neuzeli Maria de Almeida Pinto			X	Doutora		X	-	21 anos	Psicologia Social
Gustavo Luís de Moura Chagas		X		Mestre		X	-	17 anos	Direito Administrativo
Fernanda Silva Brandão			X	Mestre		X	-	20 anos	Estatística Aplicada a Seg. Pública
William de Jesus Costa Freitas			X	Mestre		X	14 anos	29 anos	Filosofia Aplicada a Segurança Pública
Iran de Jesus Rodrigues dos Passos		X		Doutor		X	30 anos	28 anos	Comunicação Social Leitura e Produção Textual
Rodrigo Domingos de G. Borges Dias			X	Mestre		X		20 anos	Informática Aplicadas

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

4.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Em razão da composição do Colegiado de Curso do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar e do Núcleo Docente Estruturante ser a mesma, houve um consenso entre todos os membros para unificação das reuniões das duas instâncias. E os membros constituintes

recebem portarias referentes ao Colegiado e NDE.

Quadro 4.4- Núcleo Docente Estruturante

Portaria n° 001/2022.	
Nome do professor	Titulação
*Vera Lucia Bezerra Santos	Doutora
** Ten Cel QOPM Everaldo dos Santos Pereira Mendes	Especialista
Irlane Regina Moraes Novaes	Doutora
Marco Antônio Nogueira Gomes	Doutor
Airton Feitosa Cunha	Mestre
José Antônio Ribeiro de Carvalho	Mestre
Marcelo de Carvalho Lima	Doutor
Gustavo Luís de Moura Chagas	Doutor
Mayalu Moreira Felix	Doutora
Dolores Cristina Sousa	Doutora
Rodrigo Domingo de G. Borges Dias	Doutor
Maj. QOPM Josemar Costa Pinto Júnior	Especialista
Ten Cel Virgínia Lemos Ribeiro da Silva	Especialista
Maj. QOPM João Holanda Santos	Especialista
1º Ten. Tágora Gonçalves Araújo Teles	Especialista
Cap. QOPM José Ribamar Lima Oliveira	Graduado
*Vera Lucia Bezerra Santos	Doutora

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

*Presidente – Diretora do Curso

**Comandante da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias

4.4 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do CFO-PM é composto por professores indicados por seus departamentos e os instrutores indicados pela Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, suas atribuições são definidas pelo Estatuto da UEMA e regularizado desde a implantação do curso em 1993. As reuniões periódicas são motivadas quando se faz necessário atender a demandas das partes envolvidas e, sobretudo, dos alunos e acompanhamento da implantação do Projeto Pedagógico do Curso e assuntos relacionados às necessidades de regularização dos alunos em ambas as instituições envolvidas no processo de formação do cadete. De qualquer modo, a cada reunião do Colegiado e Núcleo Docente Estruturante se produza a Ata a qual é lida e assinada para todos para registro e acompanhamento das ações indicadas.

Quadro 4.5 - Colegiado do Curso

Portaria nº001/2022	
Nome	Representação
*Vera Lucia Bezerra Santos	Doutora
** Ten Cel QOPM Everaldo dos Santos Pereira Mendes	Especialista
Irlane Regina Moraes Novaes	Doutora
Marco Antônio Nogueira Gomes	Doutor
Airton Feitosa Cunha	Mestre
José Antônio Ribeiro de Carvalho	Mestre
Marcelo de Carvalho Lima	Doutor
Gustavo Luís de Moura Chagas	Doutor
Mayalu Moreira Felix	Doutora
Dolores Cristina Sousa	Doutora
Rodrigo Domingo de G. Borges Dias	Doutor
Maj. QOPM Josemar Costa Pinto Júnior	Especialista
Ten Cel Virgínia Lemos Ribeiro da Silva	Especialista
Maj. QOPM João Holanda Santos	Especialista
1º Ten. Tágora Gonçalves Araújo Teles	Especialista
Cap. QOPM José Ribamar Lima Oliveira	Graduado
*Vera Lucia Bezerra Santos	Doutora

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.

Após várias discussões entre docentes e instrutores da APMGD e devido a composição ser a mesma para tratar de questões referentes ao Curso de Formação de Oficiais, tanto que diz respeito ao trato das questões pedagógicas quanto didáticas, houve uma decisão unânime de unificação das atas e, conseguinte das reuniões de Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante. A periodicidade das reuniões depende das demandas apresentadas pelas partes envolvidas para deliberações necessárias. De modo que professores e instrutores recebem portarias emitidas pela direção de curso nomeando-os para as duas instâncias.

4.5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Quadro 4.6 – Corpo Técnico-Administrativo

Nome	Função	Tempo de serviço
Maria de Lourdes R.Castro Mota	Secretária	15 anos
Jéssica Liane Abreu Cantanhede	Assistente	05 anos
Roseane Maria do Nascimento Silva	Assistente de Projeto	08 anos

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.



4.6 ESTAGIÁRIOS E BOLSISTAS NO CURSO

Quadro 4.7 – Corpo Técnico-Administrativo

Tipo de Estágio	ALUNOS			Unidades concedentes		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Não obrigatório na comunidade	01	01	01	UEMA	UEMA	CEST

Fonte: NDE do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, 2022.



CAPÍTULO 5 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES

NDE, 2022

O curso funciona em dois ambientes distintos, pela manhã as aulas práticas (núcleo específico) são ministradas na Academia da Polícia Militar Gonçalves Dias (no Quartel da Polícia Militar – Calhau), à tarde, as disciplinas de Núcleo Comum, são ministradas nas salas de aula do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, (Cidade Universitária Paulo VI – Tirirical).

5.1 ESPAÇO FÍSICO

As salas de aula – CCSA e APMGD – são todas climatizadas e atendem as necessidades demandas pelos alunos e professores. Tanto no CCSA como na APMGD os alunos ocupam 04 salas onde ocorre o processo de ensino. Podendo os alunos disporem de sala de estudo, laboratório de informática e biblioteca setorial disponíveis na UEMA.

O Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) dispõe uma sala para professores que atendem a todos os departamentos. A sala dispõe de computadores, mesa de reunião, cadeiras, armários individuais e uma televisão e banheiro privativo.

O curso dispõe de duas direções de curso. Na UEMA, há uma sala exclusiva para atender às demandas técnico-administrativas do curso, contando com uma diretora, uma secretária, uma técnico-administrativa e uma estagiária da UEMA. A sala dispõe de dois computadores, uma impressora, mesas, cadeiras, 3armários. Existe, ainda, uma sala à disposição da Direção do Curso, com 32 m², pé direito 2,70 m, com ventilação e iluminação natural cruzada e instalação elétrica; equipada com aparelho de ar condicionado, soma-se ainda um balcão para atendimento ao público.

Na APMGD há uma seção específica (Divisão de Ensino), atende às demandas técnico-administrativas do curso, contando com o comandante da APMGD, o subcomandante que é um Major e dois Capitães além de técnicos administrativos.

Outros espaços utilizados pelos alunos do CFO-PM, na APMGD:

- **Stand de tiro** - a céu aberto, com barreiras de proteção de segurança, delimitado em todos os lados, ocupando uma área total de 5.000 m²;
- **Sala de armamento** - com 70 m², contendo 293 armas dos modelos necessários às habilidades de Formação de Oficiais, além de contar com uma máquina de recarga para estojos calibre.38;



- **Pista de circuito** - a céu aberto, com 80 m² destinada a sistematização do conhecimento na área de Educação Física I, II, III, IV, V e VI devidamente equipada;
- **Piscina semiolímpica** – 25 m²x 12,5 m²
- **Quadras polivalentes** - três quadras destinadas para a prática do desporto nas modalidades de Futebol de Salão, Basquete e Vôlei;
- **campo de futebol** - um campo de dimensão oficial para a realização das práticas de Educação Física convencional e da modalidade futebol de campo;
- **Pista de atletismo** - para o ensino de todas as modalidades desse gênero;
- **Ginásio poliesportivo** - um ginásio coberto para a prática de diversas modalidades;
- **Picadeiro** (pista hípica para ensino de equitação) - com instalações próprias conforme regulamentação legal, empregado na disciplina de Policiamento Ostensivo Montado.

Em caso de necessidades especiais são utilizadas também as instalações do Complexo Esportivo do Castelinho em São Luís, no bairro Outeiro da Cruz, mediante convênio firmado com a Administração do Complexo.

O Curso de Formação de Oficiais - Bacharelado em Segurança Pública, funciona em dois espaços físicos, o primeiro no Campus Universitário Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), onde utiliza 04 salas de aula com capacidade para 45 (quarenta e cinco) alunos, cada uma (8 m x 8 m), estas com pé direito de 2,70 m, piso cimentado liso, forradas em PVC e esquadria de madeira em toda sua extensão, devidamente equipadas com 40 (quarenta) carteiras escolares cada sala, com um quadro branco na parede da frente e um quadro verde na parede do fundo, mesa e cadeira do professor, todas as salas são climatizadas.

O Curso dispõe de auditório com 200 (duzentos) lugares de uso geral da Universidade Estadual do Maranhão, além de uma sala ambiente com capacidade para 100 (cem) pessoas, equipada com cadeiras acolchoadas e ar condicionado.

Na Polícia Militar o Curso dispõe de outro auditório com 120 (cento e vinte) lugares de uso geral da Corporação, equipada com cadeiras acolchoadas e ar condicionado. Dispõe ainda de quatro **salas de aula** com 64 m² cada uma (8,00x8,00m), com pé direito de 3,00 m, piso cimentado liso, forradas em PVC, janelas de elementos vazados em toda sua extensão, com capacidade para 50 (cinquenta) alunos cada uma, devidamente equipadas com 50 (cinquenta) cadeiras acolchoadas, data show com tela retrátil, som, computador, celotex, mesa e cadeira do professor, possuindo climatização e instalações elétricas.



Quatro **alojamentos** com 420 m² cada, com capacidade para 20 (vinte) alunos, equipados com camas e armários individuais, 10 (dez) vasos sanitários e 10 (dez) chuveiros e pias individuais, forrados em PVC, com ventilação e iluminação natural cruzada e instalações elétricas.

Além desses **alojamentos** existe um **específico** para as alunas do Curso, com 210 m², com capacidade para 20 (vinte) pessoas, equipado com camas e armários individuais, 10 (dez) vasos sanitários e 10 (dez) chuveiros e 05 (cinco) pias individuais, forrado em PVC. Ventilação e iluminação natural cruzada e instalação elétrica. Totaliza 05 (cinco) alojamentos na AOMGD.

Um pavilhão de 420 m² destinado a **Divisão de Ensino**, que coordena as atividades técnico-pedagógicas, de planejamento, orientação e controle das atividades de ensino, tendo este ventilação e iluminação natural cruzada, instalação elétrica equipada com um computador, armários e arquivos para guarda de material e documentos e uma linha telefônica.

- **Refeitório** – com 16,30 x 5,10 m e capacidade para 42 (quarenta e duas) pessoas. De uso geral dos cadetes e oficiais da corporação, equipado com uma cozinha industrial, com ar condicionado e televisão.
- **Diretório Acadêmico Gonçalves Dias (DAGD)** com 60 m², ventilação e iluminação natural cruzada, instalação elétrica, devidamente equipado.
- **Pavilhão de Administração da Academia**, com três salas com 300 m², com ventilação e iluminação natural cruzada, instalações elétricas e equipadas com ar condicionado, computador, sete mesas com cadeiras, forradas com madeira e armários de aço para arquivo.
- **Almoxarifado** com 150 m², com ventilação e iluminação natural cruzada e instalação elétrica equipada com mesas, cadeiras, armários e estantes, sob a responsabilidade do Chefe da Divisão Administrativa.

O Curso dispõe ainda de 01 (um) micro-ônibus, com capacidade para 38 (trinta e oito) pessoas, para locomoção dos alunos para as atividades extraclases quando se faz necessário.

5.2 MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Na UEMA, no prédio do CCSA, a sala de direção de curso, conta com um aparelho de ar condicionado, 03 mesas de trabalho, cadeiras, armários e um balcão. Além de 04 salas de aulas disponíveis onde são utilizadas para as aulas.

Na Academia, a direção de curso tem uma estrutura mais ampla, com sala do comandante, sala para o subcomando, sala para administrativos, todas equipadas com material



de escritórios, computadores, impressores. Além de 04 salas de aula equipadas, com ar condicionados para as aulas teóricas e espaço para as atividades físicas e práticas que se fazem necessárias.

5.3 ACERVO

Alunos e professores utilizam os materiais disponíveis nas bibliotecas da Uema, envolvendo a biblioteca Central e a biblioteca setorial. Somam-se aos livros físicos, as revistas e demais materiais disponíveis para consulta local ou on-line.

5.4 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Há a disponibilização de sala virtual por meio do SigUema, entretanto boa parte dos professores utiliza o *Google Meet*, (mais leve o carregamento de dados on-line para os alunos) para ministrar as aulas síncronas e usa o SigUema para disponibilizar aos alunos materiais de leitura e estudo, no porta arquivo.

Os docentes utilizam artigos extraídos do *Google Acadêmico*, revistas *on-line* especializadas em suas áreas de atuação e recomendam texto que são escaneados. O curso não dispõe de programas específicos ou dispositivos digitais para compartilhar com os discentes.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Douglas Rosendo Nunes *et al.* CURSO DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DESOLDADO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO: REFLEXO NO DESEMPENHO DO POLICIAL MILITAR. In.: **REVISTA CIENTÍFICA DE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA**, v.18, ed.1, 2018. Disponível em:

<http://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57659/a-incluso-do-curso-de-libras-na-formao-acadmica-da-polcia-militar-do-estado-do-amazonas>. Acesso em: 18 maio 2022.

BARBOSA, Wagner Teixeira. A inclusão do curso de libras na formação acadêmica da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Manaus- AM, In.: **EDUCAÇÃO**. 26 nov. 2021. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57659/a-incluso-do-curso-de-libras-na-formao-acadmica-da-polcia-militar-do-estado-do-amazonas>. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Planalto. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 18 maio 2022.

CEPIK, M. A. C. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57659/a-incluso-do-curso-de-libras-na-formao-acadmica-da-polcia-militar-do-estado-do-amazonas>. Acesso em: 18 maio 2022.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 110/2011-CEE, 15 setembro 2011.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 27/2019 CEE – Reconhecimento dos Cursos de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO-PM/UEMA) Bacharelado em Segurança Pública do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, da Universidade Estadual do Maranhão. 2019.

_____. Resolução nº 195/2000 CEE. Reconhece o curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão oferecido pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, 25 maio 2000.

_____. Termo de mútua cooperação técnico-científica que entre si celebram a Universidade Estadual do Maranhão, a Polícia Militar do Maranhão e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão visando a formação de oficiais para ambas as corporações, 1993.

POLÍCIAMILITARDOMARANHÃO. História da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias” e do curso de Formação de Oficiais da PMMA. Divisão de Ensino da APMGD, s/d.



UEMA. Convênio Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares e Bombeiros-Militares. Projeto Pedagógico, 1993.

____. Resolução nº 1477/2021-CEPE/UEMA. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão.

____. Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais Polícia Militar PM/UEMA Bacharelado em Segurança Pública, 2017.

____. Resolução nº 1260/2017 CEPE-UEMA. Renova o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO-PM/UEMA) Bacharelado em Segurança Pública do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, da Universidade Estadual do Maranhão, 06 junho 2017.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



APÊNDICES



APÊNDICE A EMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO

NDE, 2022

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CH – 60h
EMENTA	
Comunicação. Língua e linguagem. Texto e fatores da textualidade. Tipologia e gênero textuais.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Unia: leitura e produção textual. Editora Grupo A educação. 2015. 176p.2. BRITO, Eliana Vianna; MATTOS, José Miguel de. Língua Portuguesa no ensino superior: leitura, produção textual e análise linguística. CaBral Editora Universitária. 2009. 72p.3. KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual, São Paulo: Contexto, 2008.4. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gênero e compreensão, São Paulo: Parábola, 2016.5. MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Grazielle Rabuske. Produção textual na universidade, São Paulo: Parábola, 2010.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. GUEDES, Paulo Coimbra. Daretação à produção textual, São Paulo: Parábola, 2009.2. KÖCHE, Vanilda Salton. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.3. Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor, Petrópolis: Vozes, 2014.	



1º PERÍODO	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	CH. 60h
EMENTA Sociologia e modernidade. Principais correntes de pensamento sociológico. Indivíduo e sociedade. Abordagens sociológicas e cultura. Sociedade e comunidade. Questões sociais. Concepções de política na sociedade contemporânea.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BAUMAN, Zygmunt. Aprendendo a pensar com a sociologia, Rio de Janeiro: Zahar, 2015.2. BRYM, John et al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo, São Paulo: Thomson, 2006.3. CARMO, Paulo Sérgio. Sociologia e sociedade Pós-industrial. Paulus, 2007.4. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à Ciência da Sociedade. Moderna, 2011.5. FORACCHI, Marialice Mearini. Sociologia e sociedade, São Paulo: LTC, 2000.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico, São Paulo: Cultrix, 2005.2. NIZET, Jean. A sociologia de Anthony Giddens, Petrópolis: Vozes, 2017.3. SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: MARX, DURKHEIM e WEBER. Vozes, 2009.	



1º PERÍODO	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO DIREITO	CH. 60h
EMENTA Evolução histórica do direito. Fontes do Direito. Norma Jurídica. Ordenamento Jurídico. Aplicação do Direito. Direito Público e Direito Privado. Novos Direitos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Direito. Saraiva, 2015.2. BITTAR, Eduardo C.B. Introdução ao estudo do direito, São Paulo: Saraiva, 2019.3. DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo de direito, 8ed., São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2019.4. FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 8ed., Atlas, 2015.5. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. 5ªed., São Paulo: Atlas, 2007.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 38 ed. Forense, 2016.2. NUNES, Rizatto. Manual de introdução ao direito, 16ed., São Paulo: Saraiva, 2019.3. VON IHERING, Rudolf. Alutapelodireito. 23ªed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.	



1º PERÍODO	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	CH. 60h
EMENTA Aspectos fundamentais da Administração. Evolução de pensamento administrativo. Teorias e Escolas da Administração. Funções administrativas das organizações. Aspectos técnicos e dinâmicos da Administração. Administração contemporânea.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. BONOME, João Batista Vieira. Introdução à administração , São Paulo: Saraiva, 2018. 2. DRUCKER, Peter F. Introdução à administração , São Paulo: Authentic, 2018. 3. GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente. Administração: elementos essenciais para gestão das organizações . São Paulo: Atlas, 2009. 4. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . São Paulo: Atlas, 2011. 5. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Fundamentos da administração: conceitos e práticas essenciais . São Paulo: Atlas, 2009.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. Teoria geral da administração . 3ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização & Métodos: uma abordagem gerencial . 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. 3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. História da administração: Como entender as origens, as aplicações e as evoluções da administração . São Paulo: Atlas, 2012. 4. TEIXEIRA, Hélio J.; SALOMÃO, Sérgio M.; TEIXEIRA, Clodine J. Fundamentos de Administração: A busca do essencial . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.	



1º PERÍODO	
DISCIPLINA: FILOSOFIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Elementos característicos da Filosofia: unidade, universalidade, exigência crítica. Filosofia e outras formas de conhecimento. Reflexão e epistemologia. Princípios da lógica. Hermenêutica aplicada à segurança pública.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. ARENDT, Hannah. A condição humana , 12ed., São Paulo: Forense Universitária, 2014. 2. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso , São Paulo: Loyola, 2015. 3. NADER, Paulo. Filosofia do direito , São Paulo: Forense, 2016. 4. NUNES, Riazzo. Manual de filosofia do direito , 6.ed., São Paulo: Saraiva, 2015. 5. TASSI, Jorge. Introdução à filosofia da segurança pública , São Paulo: Suprema Cultura 2009.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência . São Paulo: Saraiva, 5ed., 2013. 2. REALE, Miguel. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 20 ed., 2002. 3. MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Filosofia do direito e filosofia política . São Paulo: Atlas, 2008.	

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	CH. 60h
EMENTA Conceito de cientificidade. A problemática do conhecimento e a construção científica. A pluralidade do método científico. Normas e uso da ABNT. Produção de textos acadêmicos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida (Org.). Método e Metodologia na Pesquisa Científica. 3ed., Yendis. 2010. 256p.KOCHE, José Carlos. Pesquisa científica: critérios epistemológicos, Petrópolis: Vozes, 2015.LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7ed., Atlas. 2010. 320p.MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Atlas, 2012.SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, São Paulo: Cortez, 2010.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais, São Paulo: Atlas, 2005.CARVALHO, Maria Cecília de. Construindo o saber – metodologia científica, 12ed., São Paulo: Papyrus, 2010.SANTOS, Ezequiel Estevamos. Manual de Métodos e Técnicas Científicas. 12ed., IMPETUS. 2016.	



1º PERÍODO	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO FÍSICA	CH. 60h
EMENTA Introdução à Educação Física. História da Educação Física. Avaliação prática do conhecimento físico individual de cada aluno. Introdução a fisiologia do exercício. Noções gerais de nutrição. Valência física. Prática de atividade de aeróbica e anaeróbica.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BARBOZA, C.H.; SANDES, W.F.; LINO, W.S. Manual de educação física militar: uma proposta de vida saudável. Cuiabá: PMMT, 2007.2. BRASIL. Ministério da Defesa: Manual de Campanha C20-20: treinamento físico militar. 3ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2002.3. CAMILO, Álvaro, Prof. Me Vagner Sá. Cinesiologia. Universidade Federal Castelo Branco-UCB, 20104. KONIN, Jeff G., Cinesiologia Prática para Fisioterapeutas. Guanabara Koogan.5. NORDIM, Margareta. Biomecânica Básica do Sistema Músculo Esquelético. Guanabara Koogan.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. COSTA, J.B. A Atividade física como instrumento de promoção de bem-estar e qualidade de vida dos policiais do 9º BPM. 2012. 85 f. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública)- Universidade Estadual do Maranhão, 2012.2. MATSUDO, S. M.; RODRIGUES, V. K. Envelhecimento. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde. v.5, n.2, p.40-78, 2000, p.40.3. MELO, V.A. de, História da educação física e do desporto no Brasil: panoramas e perspectivas. São Paulo: Ibrasa, 1999.	

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA DEFESA PESSOAL POLICIAL	CH. 60h
EMENTA Noções Fundamentais de defesa pessoal. Regras de segurança (posturas defensivas, quedas e rolamentos). Técnicas de projeção (utilizando as pernas). Técnicas de projeção (utilizando as mãos). Técnicas de projeção (utilizando os quadris). Bastão Tonfa, manobrabilidade, chave L com tonfa, contenção e estímulo de dor.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. KUDO, Kazuzo. Judô em Ação. 1ª ed. São Paulo – 1977.2. KUDO, Kazuzo. Nage-Waza. 1ª ed. São Paulo – 1977.3. BRASIL. Polícia Militar – Manual de Defesa Pessoal. São Paulo. 4ª ed. 1992.4. BRASIL. Polícia Militar – Manual de Ataque e Defesa. Minas Gerais. 2ª ed. 1986.5. POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA Manual de Defesa Pessoal Policial: teoria e fundamentos para uma Polícia Cidadã. Florianópolis, 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BIZZAR, Kauê. A história do jiu-jitsu brasileiro: do jujutzu ao jiu-jitsu, São Paulo: Digitaliza.2. BRASIL. Polícia Militar – Manual de Ataque e Defesa. Minas Gerais. 2ª ed. 1986.3. COSTA, Raimundo Pedro. Apostilado Curso de Formação de Policiais da Academia de Polícia Civil do Estado do Maranhão – Ano 2009	

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: ORDEM UNIDA	CH. 60h
EMENTA Conceito básico e objetivos da ordem unida. Termos militares. Execução por tempos. Métodos e processos de instrução. Regulamento de continência, honras e sinais de respeito. Instrução individual sem arma. Comandos e meios de comando. Procedimentos de apresentação pessoal e respeito como militar isolado e integrante de tropa. Instrução individual com arma (Espadim, Fuzil mosquetão 762mm, Metralhadora e Pistola).	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">BRASIL. Corpo de Bombeiros. Manual Básico. Rio de Janeiro. Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.BRASIL. Manual do Ministério da Aeronáutica MMA 50-4; Manual de Ordem Unida. Rio de Janeiro, 1990.BRASIL. Manual do Ministério da Aeronáutica MCA 37-62 PLANO DE UNIDADES DIDÁTICAS DA INSTRUÇÃO GERAL, MILITARE TÉCNICO ESPECIALIZADO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS TEMPORÁRIOS E DO ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA CAPELÃES. Rio de Janeiro, 2013.BRASIL. Exército Brasileiro. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar. Decreto nº 2.243 de 03 Jun 97. Brasília, 1997.BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 22-5 – ORDEM UNIDA. PORTARIA Nº 224-COTER, de 17/12/2019. 4ª Edição. Brasília, 2019.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Inspeções, revistas e desfiles – C22-6. 3ª Ed. Brasília, 2000.BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000. Aprova o manual de campanha C 22-5, Ordem Unida, 3. ed. 2000. Disponível em: http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/publicacoes/73-manuais/172-manual-de-campanha-ordem-unida-c-22-5 . Acesso em: 22 de jan. 2021.BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. GABINETE DO MINISTRO. Portaria Normativa nº 660 – MD, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/660_2009.pdf. Acesso em: 22 de jan. 2021	

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO ORGANIZACIONAL	CH. 60h
EMENTA	
<p>Dispositivos constitucionais aplicáveis aos militares estaduais. Decretos Federais que dispõem sobre a organização das Polícias Militares no Brasil. Organização Básica da Polícia Militar. Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão. Regulamento Disciplinar aplicável à Polícia Militar do Maranhão. Conselho de Justificação. Conselho de Disciplina. Concessão de pensão militar. Promoção de Oficiais. Plano de carreira das praças. Remuneração da Polícia Militar. Medalhas na Corporação. Regras de identificação do pessoal da Polícia Militar. Regulamento de Uniformes da Polícia Militar. Portaria e Diretrizes aprovadas pelo Comandante Geral da PMMA. Outras legislações pertinentes.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.2. .DECRETO No 4.346-DE 26 DE AGOSTO DE 2002- Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 2002.3. .DECRETO-LEI No 667-DE 2 DE JULHO DE 1969- Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1969.4. . DECRETO No 88.777 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1983 - Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Brasília, DF: Senado, 1983.5. MARANHÃO. Constituição (1989). Constituição do Estado do Maranhão. São Luís, MA: Assembleia Legislativa, 1989.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. MARANHÃO. Lei nº 4.570, de 14 de junho de 1974. Dispõe sobre a Organização Básica da PMMA. São Luís, MA: Assembleia Legislativa, 1974.2. . Lei nº 8.449, de 25 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação da Capelania da Polícia Militar do Maranhão. São Luís, MA: Assembleia Legislativa, 2006.3. . Lei nº 8.591, de 27 de abril de 2007. Dispõe sobre a fixação de subsídio para os membros da Polícia Militar do Maranhão e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. São Luís, MA: Assembleia Legislativa, 2007.	

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E FUNDAMENTOS DE TIRO POLICIAL	CH. 60h
EMENTA	
<p>História das armas de fogo. Classificação e nomenclatura das armas de fogo e munições. Legislação aplicada ao uso de armas de fogo. Balística: interna, transição, externa, terminal e forense. Blindagens. Equipamentos de Proteção Individual de emprego Policial. Armas de dotação da PMMA. Regras de Segurança com armas de fogo. Manuseio de armas curtas e longas de emprego na PMMA. Desmontagem e montagem de 1º escalão de arma curta de emprego da PMMA. Regras de segurança no Estande de tiro. Fundamentos do tiro policial de armas curtas. Disparo com armas curtas (pistola) de emprego da PMMA a curta distância.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira). 2. BRASIL. Decreto 5123 de 1º de Julho de 2004. 3. BRASIL. Instrução Normativa nº 111-DG/PF, de 31 de Janeiro de 2017. 4. BRASIL. LDB- Lei de Diretrizes Básicas nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. 5. BRASIL. Lei 10.826 de 22 de Dezembro de 2003- Estatuto de Desarmamento. 6. BRASIL. Lei de Ensino da PMMA nº 408 de 01 de Julho 2010. 7. BRASIL. Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública – MJ/SENASP. 8. BRASIL. Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino (NPCE), BG nº 111 de 14/06/2017 da PMMA. 9. OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico Marcelo. Tiro de Combate Policial: Uma Abordagem Técnica. Ed. São Cristóvão. Ano 2001. 10. BRASIL. Portaria nº 7508/2017 – ANP/DGP/PF, de 09 de Maio de 2017. 11. TOCHETTO, Domingos. Balística Forense Aspectos Técnicos e Jurídicos; 12. BRASIL. MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial – Volume I, Belo Horizonte, 2002. 	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. PMMG. Manual de treinamento com armas de fogo. Minas Gerais: Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011. 257p. 2. PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. Tiro de Combate Pistola: Fundamentos e Habilidades. Distrito federal. Ed. SHOBA. 2017. 3. ZACHARIAS, Mani Fetali, Dicionário de medicina legal. IBRASA- Champagnat. São Paulo. 1991. 	

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	CH. 60h
EMENTA <p>Conceitos básicos relacionados ao Policiamento Ostensivo Geral. Características e princípios do Policiamento Ostensivo. Variáveis do Policiamento Ostensivo. Armamento básico. Equipamento. Apresto. Condução e emprego. Peculiaridades do emprego do POG – Policiamento a pé. Montado. Motorizado. Com bicicleta e em embarcações. Patrulhamento: análise, importância, métodos e problemas administrativos. Atividade Prática. Poder de Polícia. Providências no local de crime. Atuação Policial militar frente a ocorrências policiais com pessoas que detêm prerrogativa de foro. Formas de empenho nas ocorrências. Importância e distinções entre as polícias Administrativa e Judiciária. Análise contextual da prevenção e repressão da criminalidade. Ações que envolvem as polícias Judiciária e Militar na repressão do crime. O papel da PM. Sua importância no contexto social e os princípios norteadores do poder de polícia e o enfoque operacional diante dos Direitos Humanos. O policiamento no patrulhamento diante da prevenção do delito.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Matriz Curricular Nacional, Ministério da Justiça. - Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2014.2. MANOEL, Éli de Oliveira. Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado. Curitiba. 1ª Edição. Editora Optagraf, 2004.3. BRASIL. POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Maranhão: São Luís. Boletim Geral nº 130, 16/07/2020 – Procedimento Operacional Padrão – Local de Crime.4. BRASIL, Lei nº 13.869/2019, de 05 de setembro de 2019 - ABUSO DE AUTORIDADE,5. MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 44ª ed. São Paulo. Malheiros Editores. 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Manual de abordagem, busca e identificação.2. BRASIL. IGPM. Manual básico de policiamento ostensivo. Curitiba: 1998.3. PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – Manual de Abordagem Policial – PMMA – São Luís 2005.	

1º PERÍODO

DISCIPLINA: SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CH.
60h

EMENTA

Segurança pública nas sociedades democráticas. Fundamentos constitucionais da Segurança Pública. Estrutura organizacional e funcional da segurança pública. Atribuições das instituições de segurança pública. Ordem Pública e Segurança Pública. A Polícia. O Poder de Polícia e poder da Polícia. Estado como Instituição Social. Papel do Estado enquanto provedor da ordem. A ideia de cidadania. Os limites de atuação do Estado. O contexto da provisão da ordem no regime democrático. Mudanças e novos desafios: segurança local e global. Compreensão de Operações interagências. Controle democrático interno e externo das instituições e do profissional da área de segurança pública. Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal e o Ministério Público. História da Polícia Militar do Maranhão: Conceitos Básicos e Teoria da História. Origens das Polícias Militares e da Polícia Militar do Maranhão. A Polícia Militar do Maranhão como força auxiliar. Polícia Militar do Maranhão Contemporânea.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
2. BAYLEY, David H. Criando a teoria de policiamento: padrões de policiamento. Coleção Polícias e Sociedade 1. São Paulo: EDUSP, 2001.
3. Padrões de policiamento: uma análise internacionalmente comparativa. São Paulo: EDUSP, 2001.
4. BECK, Ulrich, Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34, 2010, 1ª edição.
5. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crimes e sistemas policiais em países de novas democracias. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, vol. 9, n. 1, 1997.
6. BRASIL. POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Polícia Militar do Maranhão: Apontamentos para sua história. Maranhão: São Luís. SEGRAF, 2006.
7. ROCHA, Luiz Carlos. Organização policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Cíveis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Guardas Municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.
8. SAPORI, Luís Flávio. Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
8. BRASIL. SENASP/MJ. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [etal.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. CANO, Ignacio. DUTRA, Thais Lemos. As corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil. Rev. bras. segur. Pública | São Paulo v. 8, n. 2, 84-108, Ago/Set 2014.
2. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Entre a lei e a ordem: violência e reformas das Polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
3. FREIRE, Moema Dutra. Os paradigmas de Segurança Pública no Brasil: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 3 Edição 5 Ago/Set 2009.
4. KANT DE LIMA, R. et al. Constituição e segurança pública: exercício de direitos, construção de verdade e administração de conflitos. In: OLIVEN, R. et al. (Orgs.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Editora Hucitec Anpocs, 2008, p. 152-190.
5. LAZZARINI, Álvaro. A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil. In: Encontros dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros no Brasil, 1991, São Paulo. Tópico Temático. São Paulo, 1991.
6. LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. Quem vigia os vigias? Um estudo sobre o controle externo do policial no Brasil. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.
- LIMA, R. S. de; PAULA, L. de. (Orgs.). Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo



seu papel? São Paulo: Contexto, 2006.

8. PEREIRA, Luciana Baroni Santos "MULHERES FARDADAS": a participação feminina na polícia militar do Maranhão/Luciana Baroni Santos Pereira. – São Luís, 2009.
9. SAPORI, Luís Flávio. Como implantar o ciclo completo de policiamento Brasil? Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 10. Suplemento especial, 50-58. Fev/Mar 2016.
10. VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. O(s) saber(es) e a formação como nômicos de afirmação dos modelos constitucionais de polícia. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 9, n. 1, 34-49, Fev/Mar 2015.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: ÉTICA E CIDADANIA

CH.
60h

EMENTA

Construindo o conceito de ética. Ética e moral: dois conceitos que se interagem. Como é formada a ética pessoal. Ética e sociedade atual. Ética de grupos e ética corporativa versus ética cidadã. Ética e profissão policial. Deontologia. Conduta ética na atividade policial. Código de ética na atividade policial. Código de conduta dos encarregados de aplicação da lei. Princípios éticos que direcionam a conduta disciplinar na PMMA. Direitos humanos e o trabalho policial: reflexões sobre uma postura ética. Ética pessoal versus ética profissional: impasses possíveis entre a consciência e a obrigação. Qualidades indispensáveis a policial: vícios incompatíveis com a profissão policial. Ética e gestão de talentos humanos. Fatores organizacionais, fatores individuais e postura ética no exercício do poder e na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

1. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
2. CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis, Vozes, 1998.
3. SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 9ed., São Paulo: Atlas, 2009. 328p.
4. ZANETTE, Edgard V. Cacho. **Segurança Pública: ética e cidadania**, Curitiba: CRV, 2018.
5. FRIDMAN, Luiz Carlos. **Vertigens Pós-Modernas: Configurações Institucionais Contemporâneas**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**, São Paulo: Loyola, 2002.
2. SOUSA, Herbert de Sousa (Betinho); RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania**. 2. São Paulo: Moderna.
3. SPAEMAN, Robert. **Ensaio sobre ética**. SP: Ed. Loyola, 1996.

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL	CH. 60h
EMENTA Teoria Geral do Estado. Constituição: Conceito. Classificação. Poder Constituinte. Controle da Constituição. Classificação e eficácia das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Princípios e normas constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Estado Federação. Administração Pública; princípios e normas gerais. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Ministério Público. Advocacia Geral e Defensoria Pública. Defesa do Estado e das instituições democráticas.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. CANOTILHO, J. J. Direito Constitucional, Coimbra, Almedina, 2007.2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado, São Paulo: Saraiva, 2020.3. MESSA, Ana Flávia. Direito Constitucional. 4ed., Rideel. 2016.4. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 32ed., Atlas..5. PRADO, Luiz Regis. Direito constitucional: (a) desconstrução do sistema penal, São Paulo: UniJurídico Profissional, 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Constitucional. S. P., Saraiva, 2005.2. NUNES JÚNIOR, Flávio Martins. Curso de direito constitucional, 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2020.3. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 15ed., Método. 2016. 1328p.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: PSICOLOGIA SOCIAL	CH. 60h
EMENTA Conhecimentos sobre o campo da Psicologia Social, por meio de reflexão teórico-prática sobre as relações interpessoais, intragrupo e intergrupais. Buscar compreensão acerca dos processos de socialização primária e secundária, de construção da identidade de pessoa social, da natureza e poder, do preconceito e dos movimentos sociais.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. ARONSON, Elliot. Psicologia social . 8ed., Editora LTC, 2015. 448p. 2. ASCH, Solomon. Psicologia social , São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2016. 3. ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo; RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social . 30 ed., Vozes, 2012. 584p. 4. RODRIGUES, Aroldo et al. Psicologia social , Petrópolis: Vozes, 2018. 5. SAVOIA, Mariângela. Psicologia social , Rio de Janeiro: Makron Books, 2015.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. BLEDA, Consuelo Paterna. Psicologia social , São Paulo: Pirâmide, 2015. 2. BORRACHO, Carlos. Psicologia social: ambiente e espaço , São Paulo: Instituto Piaget, 2001. 3. TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. Psicologia social . Artmed, 2011.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL –PARTE GERAL	CH. 60h
EMENTA Evolução histórica. Conceito e inter-relacionamento com ciências afins. Fontes do direito penal. O direitopenal brasileiro. O princípio da reserva legal. A lei penal no tempo e no espaço. Conceito de crime e suas divisões. Sujeitos e objetos do direito penal. Crime consumado e tentativa. A conduta criminosa e o elemento volitivo: dolo e culpa. Culpabilidade. Antijuridicidade. Pena: conceito e classificação. Aplicação das penas e medidas de segurança. Ação penal e suas espécies. Extinção da punibilidade.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BUSATO, Paulo César. Direito penal – parte geral, v. 1, São Paulo: Atlas, 2020.2. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, v. 1, parte geral, São Paulo: Saraiva, 2020.3. ESTEFAM, André; JESUS, Damásio. Direito Penal 1 – parte geral – atualizado de acordo com as leis nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) e nº 13.964/2019, São Paulo: Saraiva, 2020.4. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal Esquemático: parte especial. 6ed., Saraiva. 2016. 912p.5. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial. 13 ed., v. 2, Impetus. 2016. 1096p.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patrícia. Manual de direito penal – parte geral, 6ed, São Paulo: Saraiva, 2020.2. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal 1, Parte Geral, Arts 1º a 120 do CP. 32ed., Atlas, 2016. 488p.3. PASCOAL, Janaina Conceição. Direito Penal: parte geral. 2ed., Manole, 2015.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	CH. 60h
EMENTA A empresa e o meio em que opera. Natureza, significado e evolução do planejamento. Missão e Filosofia. Políticas e Diretrizes. Objetivos e Metas. Estratégias e táticas empresariais. O planejamento na produtividade e suas demais variáveis empresariais. Modelo. Cenário e Matrizes do Planejamento Estratégico. Diagnóstico. Tendências futuras. Elaboração. Implementação e avaliação de Estratégias Empresariais nas diferentes organizações.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ANDRADE, Arnaldo Rosade. Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle, São Paulo: Atlas, 2017.2. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. 3ed., Campus, 2016.3. COSTA, Vagner Nascimento da. Planejamento estratégico puro e simples, São Paulo: Bibliomundi, 2019.4. LUCENA, Maria Diva da Salete. Planejamento estratégico de recursos humanos, São Paulo: Atlas, 2017.5. PEREIRA, Mauricio Fernandes. Planejamento Estratégico: teorias, modelos e processos. Atlas, 2010. 160p.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: da intenção aos resultados, São Paulo: Atlas, 2020.2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 34ed., Atlas, 2018.3. ORICOLLI, Adalberto Camargo. Planejamento estratégico, São Paulo: Visu, 2019. (Ebook)	



2º PERÍODO	
DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA	CH. 60h
EMENTA Agregados macroeconômicos. A economia colonial. Formação e expansão econômica. Transição para o trabalho assalariado. Origens da industrialização. Planos de metas e industrialização pesada. Milagre brasileiro e o IIPND. Crise dos anos 1980 e seus planos de combate.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. CARNEIRO, Ricardo el al. Para além da política econômica , São Paulo: Unesp Digital, 2018. 2. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil , 32 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. 3. GIAMBIAGI, Fábio et al. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010 , Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 4. GONÇALVES, Carlos Eduardp; GUIMARÃES, Bernardo. Introdução à economia , Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 5. RAGO, Maria Aparecida Paula (org.). Economia brasileira: crise e estagnação , São Paulo: Interm eios, 2018.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX , São Paulo: Unesp, 2010. 2. GREMAUD, Amaury Patrick et al. Economia brasileira contemporânea , 8. Ed, São Paulo: Atlas, 2021. 3. PIRES, Marcos Cordeiro (coord). Economia brasileira: da colônia ao governo Lula , São Paulo: Saraiva, 2009.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR BÁSICA	CH. 60h
EMENTA	
Introdução à Educação Física. História da Educação Física. Avaliação prática do conhecimento físico individual de cada aluno. Introdução a fisiologia do exercício. Noções gerais de nutrição. Valência física. Prática de atividade de aeróbica e anaeróbica.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. BARBOZA, C.H.; SANDES, W.F.; LINO, W.S. Manual de educação física militar: uma proposta de vida saudável, Cuiabá: PMMT, 2007.2. BRASIL. Ministério da Defesa: Manual de Campanha C20-20: treinamento físico militar. 3ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2002.3. CARVALHO, L. N. Níveis de composição corporal e risco cardíaco por perimetria de bombeiros militares na região do cariri cearense, Fortaleza: Anais do XXIV Congresso Nacional de Atividade Física e Fisioterapia, 2007.4. CAMILO, Álvaro, Prof. Me Wagner Sá. Cinesiologia. Universidade Federal Castelo Branco-UCB, 2010.5. NORDIM, Margareta. Biomecânica Básica do Sistema Músculo Esquelético. Guanabara Koogan.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. MELO, V.A.de, História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas. São Paulo: Ibrasa, 1999.2. SILVA, O.J.; SILVA, T.J.C. Exercícios e saúde: fatos e mitos, Florianópolis: UFSC, 1995.3. SILVA, Edésioda; ROSA, A.J.P.de. Manual de educação física da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis: DIOESC, 2013.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: TIRO POLICIAL-ARMAS CURTAS	CH. 60h
EMENTA Revisão de regras de manuseio de armas de fogo, regras de segurança e regras em estande de tiro. Fundamentos do tiro policial aplicado ao tiro com pistola. Habilidades de tiro: Saque, apresentação, recargas, disparos em alvos múltiplos a curta distância, tiro em posições não ortodoxas a curta e média distância, tiro abrigado a a média distância. Solução de epanes. Disparos comum a das mãos a curta distância. Disparos rápidos a curta e média distância. Disparos com estímulos e stressores. Pistade fundamentos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Instrução Normativa nº 111-DG/PF, de 31 de Janeiro de 2017.2. BRASIL. Lei de Ensino da PMMA nº 408 de 01 de Julho 2010.3. Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública – MJ/SENASP.4. BRASIL. Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino (NPCE), BG nº 111 de 14/06/2017 da PMMA.5. OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico Marcelo. Tiro de Combate Policial: Uma Abordagem Técnica. Ed. São Cristóvão. Ano 2001.6. BRASIL. PMMG. Manual de Prática Policial. MINAS GERAIS. Belo Horizonte, v.1, 2002.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. PMMG Manual de treinamento com armas de fogo. Minas Gerais: Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011. 257p.2. PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. Tiro de Combate Pistola: Fundamentos e Habilidades. Distrito Federal. Ed. SHOBA. 2017.3. SILVASOBRINHO, Benjamim da. Manual de Instrução de Tiro. 1991.4. Manual de Armamento Convencional. 1991.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: ORDEM UNIDA ESPECIAL	CH. 60h
EMENTA	
Instrução coletiva. Escolta de honra e salvas de gala. Guarda bandeira. Honras fúnebres. Passagem de comando. Cerimonial militar. Valores, deveres e ética militares. Instrução individual com arma (espada). Métodos e processos de instrução.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C22-5 – ORDEM UNIDA. PORTARIA Nº 224-COTER, de 17/12/2019. 4ª Edição. Brasília, 2019.2. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.3. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda de Honra (VM 01). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/100-guarda-de-honra>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.4. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Passagem de Comando (VM 02). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/103-passagem-de-comando>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.5. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Guarda-Bandeira (VM 04). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/99-guarda-bandeira>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Escolta de Honra e Salvas de Gala (VM 06). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/85-escolta-de-honra-e-salvas-de-gala>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.2. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Prática de Cerimonial Protocolo (VM 07). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/105-pratica-de-cerimonial-e-protocolo>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.3. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército Honras Fúnebres (VM 09). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/102-honras-funebres>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.4. BRASIL. Exército Brasileiro. Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10). Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/cerimonial/vade-mecum/106-valores-deveres-e-etica-militares>. Acesso em: 12 de novembro de 2020.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO TÁTICA POLICIAL MILITAR	CH. 60h
EMENTA	
<p>TÁTICAS POLICIAIS: Princípios táticos; Proteções no terreno; Deslocamentos táticos; Transição de armas; Técnicas de varreduras e entradas em edificações; PATRULHA POLICIAL: Patrulha Urbana; Patrulha Rural; Transposição de obstáculos e pontos críticos; Natação utilitária; ACAMPAMENTO MILITAR: Construção de abrigos; Nós e amarrações; Obtenção de fogo, água e alimentos; Orientação no terreno; Marcha e estacionamento.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">BRASIL, Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha. Instrução Individual para o Combate. 2ª ed. Brasília: EGGCF, 1986. (CI21-74)BRASIL, Ministério da Defesa. Comando de Operações Terrestres. Caderno de Instrução. Patrulhas. 1ª ed. Brasília, 2004. (CI21-75/1)SANTANA, Julival Queiroz de; NAPOLEÃO, Ricardo Ferreira. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Força Nacional de Segurança Pública, Instrução Tática Individual: Apostila. Brasília: CGTC.BETINI, Eduardo Maia; TOMAZI, Fabiano. COT: Charlie. Oscar. Tango: por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal. São Paulo: Ícone, 2010.LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. Alternativas táticas na resolução de ocorrências com reféns localizados. (Monografia de graduação). Universidade Anhembimorumbi. Gestão de Segurança Patrimonial e Empresarial São Paulo, 2002.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">BRASIL, Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha. Sobrevivência na Selva. 1ª ed. Brasília: EGGCF, 1998. (IP21-28)BRASIL, Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha. Leituras de Cartas e Fotografias Aéreas. 2ª ed. Brasília: EGGCF, 1986. (CI 21-26).BRASIL, Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha. Marcha a Pé. 2ª ed. Brasília: EGGCF, 1986. (CI 21-18)GRECO, Rogério. Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 3. ed. Niterói-RJ: Impetus, 2011.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLICIAMENTO OSTENSIVO ESPECIAL	CH. 60h
EMENTA Policiamento em eventos. Comportamento social em espetáculos públicos. Planejamento técnico de policiamento em espetáculos públicos. Técnica e tática de policiamento em espetáculos públicos. Técnica e tática de controle de distúrbios civis em espetáculos públicos. Fundamentos legais. Gerenciamento de crises em espetáculos públicos. Material bélico e equipamento de controle de distúrbios civis.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. POLÍCIA MILITAR. Controle de Distúrbios Civis. Apostila Curso Controle de Distúrbios Civis. 3º BPChq. Policiamento em Eventos. Apostila Curso Policiamento em Eventos. 2º BPChq;2. BRASIL. Lei Federal nº 9.099/95, de 26 set. 1995. (Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências), parcialmente alterada pelas Leis Federais nº 9.839, de 27 set. 1999, nº 10.455, de 13 maio 2002 e nº 11.313, de 28 jun. 2006.3. BRASIL. Lei Federal nº 10.671, de 15 maio 2003. (Estatuto de Defesa do Torcedor), com alterações da MENSAGEM nº 181, DE 15 maio 2003, vetando o art 4º e 38º;4. FOUREAUX, Rodrigo. Segurança Pública. São Paulo: SP. JUSPODIUM, 2020.5. BRASIL. Manual Técnico de Munição Química, Indústria Condor S.A. 2012.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. CUEVAS, César. Policiamento: planeación, inteligência y prospectiva aplicada a la seguridad. Kobo editions (Ebook).2. ROLIM, Rivail Carvalho. Policiamento e ordem, Londrina: Eduel, 2019.3. BRASIL. Lei Federal nº 10.826, de 22 dez. 2003. (Estatuto do Desarmamento), parcialmente alterada pelas Leis Federais nº 10.867, de 12 MAI 04 e 10.884, de 17 jun. 04.	

2º PERÍODO	
DISCIPLINA: TÉCNICA DE ABORDAGEM	CH. 60h
EMENTA	
<p>Aspectos conceituais da Abordagem: Introdução. Princípios da abordagem. Finalidades principais. Fases da abordagem. Técnica e Tática de abordagem: abordagem de pessoas (homens, mulheres, abordagem em veículos; abordagem em edificações – varreduras); cobertura e abrigo; e, progressão no terreno. Condução de presos.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Constituição do Estado do Paraíba: promulgada em 05 de Outubro de 1989. PARAÍBA: João Pessoa: Grafset, 1989. 193p.2. BRASIL. MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. Ministério do Exército – Estado Maior do Exército – Inspetoria Geral das Polícias Militares, João Pessoa: PB, 1990.3. CARDOSO, Edgar Eleutério, Capitão da PMMG. Condução de Presos e Escoltas Diversas. Polícia Militar de Minas Gerais, 7ª Ed., 1990.4. SILVA, Washington França da (Cap); JUNIOR, José Saleme Arruda C. (Ten). Manual de Doutrina de Polícia Ostensiva do CFSPM/BM. Vol. – Técnico. Seção Gráfico do CE. João Pessoa: 2000.5. CHAVES, Euller de Assis (Cap.). PMPB. Doutrina de Policiamento Ostensivo. João Pessoa, PB, 2000.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. COSTANETO, Antônio Elias da, (1º Ten); José Cavalcanti de Arruda (2º Ten). PMPB. Policiamento em Estabelecimentos Prisionais. João Pessoa - PB, 2000.2. CORRÊA, Ivon (Maj.) PMDF. Manual de Policiamento Ostensivo Geral e Técnica Policial. 1. Edição. Brasília: 1988.3. BRASIL. Polícia Militar de Minas Gerais. MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. Minas Gerais.	



2º PERÍODO	
DISCIPLINA: TÉCNICA DE REDAÇÃO DE DOCUMENTOS	CH. 60h
EMENTA Redação Oficial. Linguagem e regras de comunicação pública. Parte e Memorando. Comunicação Disciplinar. Queixa Disciplinar. Recurso Disciplinar. Reconsideração de Ato. Exposição de Motivos. Ofício e Ofício Circular. Ata. Certidão. Relatório. Requerimento. Nota de Serviço, Ordem de Operação, Ordem de Serviço, Plano de Operação e Nota de Instrução. Confecção de B.I.e.B.G. Boletim de Ocorrência Policial Militar, pareceres e relatórios para a área pública e outros documentos. Guia de Encaminhamento Médico. Estudos de situação.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. QUEIROZ, Maria Inez. Manual de Redação da Polícia Militar do Maranhão – São Luís: 2008.2. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: com a nova ortografia da língua portuguesa. Companhia Editora Nacional – São Paulo: 2010.3. HOLANDA, Aurélio Buarque de. Dicionário da Língua Portuguesa – São Paulo: 2010.4. BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República/Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002. 140p.5. FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o texto: Leitura e Redação. São Paulo: Ática, 2010.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Regulamento Disciplinar do Exército. 1. ed. Brasília: DF. 2002.2. BRASIL. Cadernos de Redação Oficial do Governo do Amazonas/Leidimar Fátima Brigatto – V.I. Manaus: Gráfica e Editora Raphaela, 2018. 116p.3. BRASIL. Polícia Militar do Distrito Federal. Portaria 657/09 - Dispõe sobre o Manual de Redação Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal. Brasília: DF.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: GESTÃO DE TALENTOS HUMANOS	CH. 60h
EMENTA Introdução a gestão de talentos humanos. Comportamento humano e comportamento organizacional. Grupos. Equipes. Comunicação conflito e negociação. Subsistema de provisão de recursos humanos: recrutamento e seleção de pessoal. Atração de competências para a organização. Subsistema de desempenho e avaliação por competências. Modelos inovadores de gestão de pessoas. Novas tendências de gestão. Funcionamento da diretoria de pessoal da PMMA. PMMA e ajudageral.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ARAÚJO, Luís César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional. 2ed., Atlas, 2014.2. BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações. Atlas, 2014.3. CEREJA, José Ricardo. Gestão de Pessoas nas Organizações Contemporânea. Série MBAGestão de Pessoas, 2014.4. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: gestão de talentos humanos, São Paulo: Atlas, 2020.5. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de competências e gestão de talentos, São Paulo: Pearson, 2007.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. ANDREOLA, Balduino A. Dinâmica de Grupo: jogo da vida e didática do futuro. 28 ed., Vozes, 2011.2. CRUZ, Lucineide; PONTELA, Juliana. Gestão de talentos, São Paulo: Senac.3. TALLARICO, Rafael; GOLINI, Vera Lúcia de Sousa. Aliberdade de expressão da opinião pública. Editora D'Plácido, 2013.	



3º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL	CH. 60h
EMENTA Crimes suas espécies: dos crimes contra patrimônio; dos crimes contra a incolumidade pública; dos crimes contra a fé pública; dos crimes contra a Administração pública. Crimes hediondos. Contravenções penais. Abuso de autoridade. Crimes contra a economia popular e de execução penal. Crimes eleitorais. Crimes tributários.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de direito penal , 14 ed., São Paulo: Saraiva, 2020. 2. AVENA, Norberto. Processo Penal: esquematizado . 7 ed., Método. 2015. 3. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte especial . 15 ed., v. 2015. 4. LENZA, Pedro; GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios. Direito penal esquematizado – parte especial , São Paulo: Saraiva, 2020. 5. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato. Manual de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 1 . 27ª ed. Rev. e atual. Brasília: atlas, 2013.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. v. 1 , 17ª ed., São Paulo, 2013. 2. CALLEGARI, Andre; PACELLI, Eugenio. Manual de Direito Penal. 2ed . 2016. 3. GREGO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. v. 1 , 15ª ed. Rio de Janeiro: Impetrus, 2013.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL	CH. 60h
EMENTA Dogmática processual penal. Organização judiciária. Processo criminal e política judiciária. Prisão e liberdade provisória. Prisão em flagrante e prisão preventiva. Citação e intimações. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Habeas corpus. Procedimentos das políticas ostensivas e judiciárias como instrumentalização do processo penal.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de processo penal. V. único. São Paulo: JusPodium. 2020.2. LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal, 18. ed., São Paulo: Saraiva, 2021.3. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal. São Paulo: Gen. 2020.4. REIS, Alexandre C. A.; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito processual penal esquematizado, 9 ed., São Paulo: Saraiva, 20195. TAVORA, Nestor. Cursos de direito processual penal: atualizado de acordo com novo CPC. 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. NUCCI, Guilherme de Souza. Direito processual penal, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.2. RANGEL, Paulo. Direito processual penal, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.3. PACHELLI, Eugênio et al (orgs). Direito penal e processual penal contemporâneos, São Paulo: Atlas, 2018.	



3º PERÍODO	
DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA	CH. 60h
EMENTA Conceito de política, poder e Ciência Política. Clássicos da Ciência Política. Formação e desconstrução do Estado moderno. Estado. Ideologias políticas. Opinião pública e poder. Poder midiático e ordenamento social.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ALMEIDA, Jorge. Marketing político: hegemonia política e contrahegemonia, São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Xamá, 2002.2. ARENDT, Hannah. O que é política, São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.3. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 23ed., Malheiros. 2016. 550p.4. DIAS, Reinaldo. Ciência política, São Paulo: Atlas, 2008.5. PERRUSO, Marco Antônio; Araújo, Mônica da Silva (Org). Ciência Política. Mauad. 2015.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.2. BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos, São Paulo: Elsevier, 2017.3. STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzande. Ciência Política e Teoria do Estado. 8ed., Livraria do Advogado. 2013. 224p.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	CH. 60h
EMENTA A administração Financeira e Orçamento Público: Evolução do Orçamento. Princípios. Elaboração do Orçamento. Programação Financeira. Receitas. Despesas. Suprimentos de fundo. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Execução Orçamentária.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BEZERRA, Filho, Joao Eudes. Orçamento Aplicado ao setor público: abordagens simples e objetiva, 2ed., São Paulo: Atlas, 2013.2. GIACOMODI, James. Orçamento público, 16.ed., São Paulo: Atlas, 2012.3. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária, São Paulo: Atlas, 2014.4. LUZ, Adão Eleutério da. Introdução à administração financeira e orçamentária, São Paulo: Intersaberes, 2015.5. RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Administração financeira e orçamentária, Rio de Janeiro: Vestcon, 2016.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. FONSECA, José Vladimir Freitas da. Administração financeira e orçamentária, São Paulo: Saraiva, 2011.2. ROBERTO, Marcos. Administração financeira e orçamentária e estudos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Série concursos descomplicado, 2 ed., Rideel, 2015.3. ROCHA, Denis. Administração financeira e orçamentária e contabilidade pública, São Paulo: Ferreira, 2008.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL	CH. 60h
EMENTA Usodastécnicasdeleitura:skimming/scanning;palavracognataseanglo-saxônicas,síglas,números,imagens;Leituradegênerostextuaisdistintos;Referenciação pronominal(Deixis);Elementosdecoesão textual;Estruturasbásicas.Práticadeleituraecompreensãootextual;Estrutura gramaticalsimples:ordemdosadjetivos;ordemdosadvérbios;pronomesrelativos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. HEWINGS,Martin. Advanced grammar in use: a self-study reference and practice book for advanced learners of English, Cambridge University Press, 2000.2. MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate students. Cambridge University Press, 1998.3. ROSSETI, Catarina Roberta. Inglês instrumental: técnica em administração, São Paulo: Clube de Autores, 2018.4. SOUZA, Adriana Grade Fiorietal. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental, São Paulo: Disal, 2005.5. SWAN, Michael. Practical English usage. Oxford University Press, 2005.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégia de leitura. Módulo I, São Paulo: Textonovo, 2000.2. NUNAN, David. Second language teaching & learning. Massachusetts: Heinle & Heinle Publishers, 1999.3. SOARS, Liz; SOARS, John. New headway: student's book. Oxford Press, 2019.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR APLICADA	CH. 60h
EMENTA Custoenergético. CalculodefrequênciacardíacaMax(Protocolo).Práticadeexercícioslocalizadosdeforçae resistência. Treinamentopráticodecircuito.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BARBOZA, C.H.; SANDES, W.F.; LINO, W.S. Manual de educação física militar: uma proposta de vida saudável. Cuiabá: PMMT, 2007.2. BRASIL, da Defesa: Manual de Campanha C20-20: treinamento de fôsi comilitar. 3ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2002.3. CAMILO, Álvaro, Prof. Me Vagner Sá. Cinesiologia. Universidade Federal Castelo Branco-UCB, 2010.4. KONIN, Jeff G., Cinesiologia Prática para Fisioterapeutas. Guanabara Koogan.5. NORDIM, Margareta. Biomecânica Básica do Sistema Músculo Esquelético. Guanabara Koogan.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. GUISELINE, Mauro. Aptidão física, saúde e bem-estar, fundamentos teóricos e exercícios práticos. São Paulo: Phorte, 2006.2. MATSUDO, S.M.; RODRIGUES, V.K. Envelhecimento. <i>Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde</i> e.v.5, n.2, p.40-78, 2000.3. SILVA, Edésioda; ROSA, A.J.P.de. Manual de educação física da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis: DIOESC, 2013.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: ATIVIDADE DE BOMBEIRO MILITAR E ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	CH. 60h
EMENTA O Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e sua atuação no Estado; Prevenção e Combate a Incêndio – Teoria do fogo, propagação de calor, métodos de extinção, materiais combustíveis, agentes extintores; Atendimento Pré-hospitalar: histórico, definição, obrigações e comportamento do socorrista; Atendimento Inicial: avaliação da cena, avaliação primária e avaliação secundária; Suporte básico de vida – ensinamentos das técnicas do suporte básico de vida: lactentes, crianças e adultos, caso de obstrução respiratória: com vítima consciente e inconsciente, caso de parada respiratória, caso de parada cardiorrespiratória; Traumatismos – ferimentos, fraturas, hemorragias: interna e externa, choque hipovolêmico; Emergências Clínicas – angina e infarto agudo do miocárdio, desmaio, acidente vascular encefálico, crises convulsivas; Outros casos – choque, afogamento, queimadura, parto de emergência, acidente envolvendo animais peçonhentos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. American Heart Association/American Stroke Association. RCP, Primeiros Socorros e Atendimento Cardiovascular de Emergência no Mundo.2. BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Curso de Emergencista Pré-Hospitalar da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília-DF. 20123. BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Curso de Emergencista Pré-Hospitalar da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília-DF. 2012.4. BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Manuais de Combate a Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar: Módulos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Brasília-DF. 2009.5. BRASIL. Manual Operacional de Bombeiros: Combate a Incêndio Urbano/Corpo de Bombeiros Militar. – Goiânia: -2017.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Protocolo para Suporte Básico de Vida 2011 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Goiânia-GO. 2011.2. BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar Pernambuco. Manual de Atendimento Pré-Hospitalar do Corpo de Bombeiros Militar. Recife-PE. 2013.3. BRASIL. Manual Técnico de Bombeiros nº 09 do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar: Salvamento Aquático. São Paulo: SP. 2012.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: DEFESA PESSOAL POLICIAL INTERMEDIÁRIA	CH. 60h
EMENTA Técnicas desoco (frontal, circular e ascendente). Técnicas de chute (frontal, lateral e circular). Defesas, esquivas e pêndulos. Simulação de combate com EPI (Kumitê). Técnicas de estrangulamento. Técnicas de imobilização. Técnicas de junta. Arremessos para a retaguarda e arremessos laterais. Simulação de combate NO-GI (Randori). Processos de controle e técnicas de condução de detidos (Algemação).	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ALVES A. L. O Treinamento de Defesa Pessoal “Uma necessidade mal compreendida” Artigo Publicado no Periódico „A CHAMA”. Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo – São Paulo, 2008.2. . Polícia Militar do Estado de São Pulo. Manual Policial Militar – Defesa Pessoal (M-3-PM). 2ª Edição. São Paulo. 1992.3. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 20-50-Treinamento Físico Militar-Lutas. 3ª Edição, 2002.4. ALVES, L. Mariano, A. Muay Thai-Boxe Thailandês- Coleção Artes Marciais. Editora OnLine. Riode Janeiro-RJ. 2007.5. LICHTENSTEIN, K. KRAVEMAGÁ: A Filosofia da Defesa Israelense. 2. Ed. Riode Janeiro: Imago. 2006.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. CERISIER, M. LASAVATE: Boxe Française. 1. Ed. Belgique: Marabout Flash, 1976.2. ALVES, L. Mariano, A. Muay Thai – Boxe Thailandês- Coleção Artes Marciais. Riode Janeiro: Ed. OnLine, 2007.3. Karate-Dô Shotokan – História, Princípios e Conceitos Básicos – Brasília/DF, 2011. Revisado em 2016.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: TIRO POLICIAL-ARMAS LONGAS	CH. 60h
EMENTA Revisão de regras de manuseio de armas de fogo, regras de segurança e regras em estande de tiro. Desmontagem e montagem de fuzil, carabina e espingardas. Fundamentos do tiro policial aplicado ao tiro com armas longas. Habilidades de tiro: apresentação, recargas, disparos em alvos múltiplos a média distância, tiro em posições não ortodoxas a média e longa distância, tiro abrigado a média e longa distância, técnicas de transição de armas. Solução de panes. Balística externa e terminal de munições de alta velocidade. Disparos rápidos a curta e média distância. Disparos com estímulos estressores. Pistola de fundamentos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Instrução Normativa nº 111-DG/PF, de 31 de Janeiro de 2017.2. BRASIL. Polícia Militar do Maranhão. Lei de Ensino da PMMA nº 408 de 01 de Julho de 2010.3. BRASIL. Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública – MJ/SENASP.4. BRASIL. Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino (NPCE), BGN nº 111 de 14/06/2017 da PMMA.5. OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico Marcelo. Tiro de Combate Policial: Uma Abordagem Técnica. Ed. São Cristóvão. Ano 2001.6. BRASIL. PMMG. Manual de Prática Policial – Volume I, MINAS GERAIS: Belo Horizonte, 2002.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. MINAS GERAIS. PMMG. Manual de treinamento com armas de fogo. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011. 257p.2. PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. Tiro de Combate Pistola: Fundamentos e Habilidades. Distrito Federal. Ed. SHOBA. 2017.3. SILVASOBRINHO, Benjamim da. Manual de Instrução de Tiro. 1991.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	CH. 60h
EMENTA Compreensão do Sistema Nacional de Trânsito e seus órgãos. Entendimento dos principais conceitos inerentes ao Código de trânsito Brasileiro. Conhecimento das infrações de trânsito, suas competências, medidas administrativas e penalidades. Execução do policiamento ostensivo de trânsito.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ARAÚJO, Jullyver Modesto de. Código de Trânsito Brasileiro – Anotado e Comentado. São Paulo: Letras Jurídicas, 2019.2. BRASIL. Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF. 1997;3. BRASIL. Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008. Brasília, DF. 2008.4. BRASIL. Resolução CONTRAN 160, de 22 de abril de 2004. Anexo II do código de Trânsito Brasileiro, Brasília, DF. 2004.5. BRASIL. Resolução CONTRAN 341, de 10 de dezembro de 2010. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Brasília, DF. 2010	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. NASSARO, Adilson Luís (org). Policiamento rodoviário: cenário e perspectivas, São Paulo: Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2014. 340 p.: Il.2. BRASIL. POLICIAMENTO RODOVIÁRIO. Resolução nº 432. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, para aplicação do disposto nos arts. 165, 276, 277 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – Brasília: CONTRAN, 2013. 9p.3. . Resolução nº 561. Aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Volume II – Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários – Brasília: CONTRAN, 2015. 17p.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS	CH. 60h
EMENTA	
<p>Conceito, origem e evolução histórica dos direitos humanos. Gerações de direitos humanos. Marco contemporâneo dos direitos humanos. Direito internacional dos direitos humanos (principais tratados internacionais e legislação nacional). Direito internacional humanitário. Sistemas nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. Os direitos humanos na constituição federal de 1988. Diferença entre direitos e garantias fundamentais. Conceitos fundamentais de fontes, sistemas e normas de direitos humanos no domínio da aplicação da lei. Tratados: pacto e convenções. Direitos e minorias: direitos humanos e sociais, construção da cidadania: infância, adolescência, mulheres, idosos, índios, afrodescendentes, deficientes e incapazes. Outros grupos. Ética geral: conceito de ética, ética pessoal, ética de grupo, ética profissional, ética policial e utilização da força.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: CAPEC, 2003.2. BRASIL. Constituição Federal de 1988. http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 26 abr 12.3. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.4. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.5. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1997.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. PINHEIRO, Paulo Sérgio. O sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições. Sur, Revista Internacional de direitos humanos. 2008, vol.5, n.9, pp. 76-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452008000200005&script=sci_abstract&tlng=es>2. ROVER, C. de. Para servir e proteger: direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança. 4. ed. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2005.3. ROTHEMBURG, Claudius. Princípios Constitucionais. Porto Alegre: Fabris, 1999.	

3º PERÍODO	
DISCIPLINA: TECNOLOGIAS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Conceitos básicos de Ciência da Computação; Tecnologias da Informação e Comunicação; Redes de computadores e internet. Meios de Comunicação e Segurança Pública: conceitos e aplicações. Sistemas de Informações; Tecnologias emergentes na Segurança Pública.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. Sistemas de Informação Gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.2. SPANHOL, Fernando J.; LUNARDI, Giovani M.; SOUZA, Márcio V. Tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e direitos humanos. 2. vol. São Paulo: Blucher, 2016.3. KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.4. SÊMOLA, Marcos. Gestão da Segurança da informação: uma visão executiva. Rio de Janeiro: Campus, 2003.5. MANING, Peter. As tecnologias de Informação e a Polícia. 7. vol. in Policiamento Moderno. Coleção Polícia e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 2003.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. O'BRIEN, J.A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2001.2. TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David. Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.3. COELHO, Flávia E.S.; ARAÚJO, Luiz G.S.; Gestão da Segurança da Informação: NBR 27001 e 27002. Rio de Janeiro: Escola Superior de Redes, 2013.	



4º PERÍODO	
DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Introdução à estatística. Fases do trabalho estatístico. Representação tabular. Representação Gráfica. Distribuição de Frequência. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão. Amostragem. Correlação Linear Simples. Regressão Linear Simples. Teoria da Probabilidade. Uso de software estatísticos aplicados à segurança pública.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BUSSAB, Wilton de O; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 484p.2. CUNHA, Gilda; MARTINS, M.ª do Rosário; SOUSA, Ricardo; OLIVEIRA, Felipa Ferraz de. Estatística aplicada às ciências sociais. Lisboa: Lidel. 2007. 179p.3. MARTINS, Gilberto de Andrade; Fonseca, Jairo Simon. da. Curso de Estatística. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320p.4. VIEIRA, Sonia. Estatística básica. 1.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. CRESWELL, John W. CLARK, Vicki L. Plano. Pesquisa de métodos mistos. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 288p.2. CUNHA, Gilda; MARTINS, M.ª do Rosário; SOUSA, Ricardo; OLIVEIRA, Felipa Ferraz de. Estatística aplicada às ciências sociais. Lisboa: Lidel. 2007. 179p.3. REIS, Elizabeth; MELO, Paulo; ANDRADE, Rosa; CALAPEZ, Teresa. Estatística aplicada. V. 2. 4.ed. rev. Lisboa: Sílabo. 2008. 322 p.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO CRIME	CH. 60h
EMENTA Concepções básicas do estudo em Geografia. Geografia do Crime e Criminologia Ambiental. Geotecnologias para mapeamento e análise criminal.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. HARRIES, K. Mapeamento da Criminalidade – princípio e prática. Diane Pub Co, 1999.2. IBGE-Diretoria de Geociências. Noções Básicas de Cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.3. MELO, S. N. Geografia do Crime: análise espacial da criminalidade no município de Campinas – SP. Campinas: Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2017.4. MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. Annablume, 2003.5. SOUZA, M. J. L. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Bertrand Brasil, 2008.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. ANDRESEN, M. A. Environmental criminology: Evolution, theory, and practice. Routledge, 2019.2. CHAINEY, S.; RATCLIFFE, J. GIS and crime mapping. John Wiley & Sons, 2013.3. SANTOS, R. B. Crime analysis with crime mapping. Sage publications, 2016.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: GESTÃO DE QUALIDADE	CH. 60h
EMENTA Escopo e História da Qualidade. Indicadores de Desempenho. Ciclo PDCA. Qualidade em Serviço. ISO 9000:2000. Ferramentas da Qualidade. Técnicas Japonesas.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. AMBROZEWICZ, Paulo H. L. Gestão da qualidade na administração pública. São Paulo: Atlas, 2015.2. CAMPOS, Vicente Falconi, Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Editora de Desenvolvimento Gerencial-EDG, Belo Horizonte, 2002.3. GARVIN, D. A. Gerenciando a qualidade: A visão estratégica e a competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2001.4. LAS CASAS, A. L. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios e casos práticos. São Paulo: Editora Atlas, 2020.5. WERKEMA, Cristina. Métodos PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. AGUIAR, Silvio. Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao programa seis sigma. Belo Horizonte: Editora do Desenvolvimento Gerencial, 2006.2. ALBERTIN, M; GUERTZENSTEIN, Viviane. Planejamento avançado da qualidade. Sistema de gestão, técnicas e ferramentas. AltaBooks, Rio de Janeiro, 2018.3. CARPINETTI, Luiz César Ribeiro. Gestão de qualidade: conceitos e técnicas, São Paulo: Atlas, 2017.4. CORRÊA, H. L. CORRÊA, C. A. Administração de produção e operações. Manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	CH. 60h
EMENTA Concepções e tipos de novos paradigmas de políticas públicas. Configuração das políticas de segurança pública. Estado contemporâneo e formação de políticas de segurança. Estado e Sociedade Civil. Esfera pública. Governança, cidadania e participação. Agenda de segurança pública. Implementação e avaliação das políticas de segurança pública.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">LUCAS, Charles da Fonseca. Segurança Pública: onde está a política que nós queremos?, São Paulo: Juruá, 2014.OLIVEIRA Jr., Clóvis. Gestão Administrativa em Segurança Pública. Editora All Print, 2011. 42p.PASTORINI, Alejandra; GALIZIA, Silvínia V. (Org). Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas no Brasil Contemporâneo. Editora FGV, 2012. 248p.SUXEBERGER, Antonio Henrique Graciano. Ministério Público e Política Criminal: uma segurança pública compromissada com os direitos humanos. Juruá editora, 2010. 284p.VILLELA, Jorge Mattar. Ordem pública e segurança individual: política e segurança individual: política e polícia no sertão de Pernambuco. EdufSCar, 2011.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">AMENDOLA, Paulo. Segurança Pública: a proposta de como aumentar a capacidade preventiva da polícia, São Paulo: Ciência Moderna, 2002. 128p.FREITAS, Vladimir Passos; TEIXEIRA, Samantha Ribas (Coord.). Segurança Pública: das intenções à realidade. São Paulo: Juruá, 2014. 190p.OLIVEIRA Jr., Clóvis de. Gestão Administrativa em Segurança Pública. São Paulo: All Print, 2011. 42p.	



4º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO	CH. 60h
EMENTA Conceito de Direito Administrativo. Relações com outros ramos do Direito. Evolução histórica do Direito administrativo. Fontes. Conceito de Administração Pública. Elementos e Poderes do Estado. Natureza da Administração: Princípios Básicos, Poderes e Deveres do Administrador. Contratos Administrativo. Domínio Público. Intervenção na Propriedade. Licitação e Contrato. Concessão e Permissão da Prestação de Serviço Público.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo, direitos fundamentais, democracia e constitucionalização, 2ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.2. CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. Direito Administrativo Inovador, São Paulo: Juruá, 2015.3. COSTA, Andrea. Direito administrativo, São Paulo: Elsevier: Método, 2018.4. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo, 10ed., São Paulo: Saraiva, 2020.5. MORAES, Isaias Fonseca. Manual de Direito Administrativo. 12ed., Juruá, 2014.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. HORVATH, Miriam Vasconcelos Fiaux. Direito administrativo, São Paulo: Manole, 2010.2. PESSOA, Robertsonio. Direito administrativo, São Paulo: RT, 2013.3. SCHIRATO, Vítor Rhein. As empresas estatais no direito administrativo econômico atual, São Paulo: Saraiva, 2016.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA	CH. 60h
EMENTA Abordagens de criminalidade e violência como fenômenos sociais. Polícia e sociedade civil. Insegurança criminalidade na sociedade contemporânea. Cultura policial. Perspectivas históricas e dialéticas do crime e da violência no Brasil. Violência policial. Questões de segurança pública – entre o global e o local.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ANDRADE, Márcio Pereira de et al. O que é violência social?. Editora Escolar, 2014.2. ARENDT, Hannah, Sobre violência, São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.3. BOTELHO, Nelson Arteaga. Sociologias da violência, Mexico: Facultad Latinoamericana de Ciencias, 2021.4. GONÇALVES, Vanessa Chiari. Tortura e cultura policial no Brasil Contemporâneo. Lumen Juris, 2014.5. SOARES, Barbara Musumeci. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades, São Paulo: Garamond, 2011.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. LEMGRUBER, Julita et al. Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil, Rio de Janeiro: Record, 2003.2. RAIME, Adrian. A anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade. Artmed, 2015. 496p.3. SANTOS, José Vicente Tavares dos et al (orgs). Violência cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais, Porto Alegre: Sulina: Ed. UFRS, 2011.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR INTEGRADA	CH. 60h
EMENTA Noções de análise fisiológica individual por anamnese e protocolos de percentual de massa magra e gordura. Recreação. Manutenção e evolução das valências físicas através das atividades práticas diversas.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BARBOZA, C.H.; SANDES, W.F.; LINO, W.S. Manual de educação física militar: uma proposta de vida saudável. Cuiabá: PMMT, 2007.2. BRASIL. Ministério da Defesa: Manual de Campanha C20-20: treinamento físico militar. 3ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2002.3. CAMILO, Álvaro, Prof. Me Vagner Sá. Cinesiologia. Universidade Federal Castelo Branco-UCB, 20104. KONIN, Jeff G., Cinesiologia prática para fisioterapeutas. Guanabara Koogan.5. NORDIM, Margareta. Biomecânica Básica do Sistema Músculo Esquelético. Guanabara Koogan.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. GUISELINE, Mauro. Aptidão física, saúde e bem-estar, fundamentos teóricos e exercícios práticos. São Paulo: Phorte, 2006.2. MATSUDO, S.M.; RODRIGUES, V.K. Envelhecimento. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde. v.5, n.2, p.40-78, 2000, p.40.3. SILVA, Edésia da; ROSA, A.J.P. de. Manual de educação física da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis: DIOESC, 2013.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: TIRO POLICIAL-PISTAS POLICIAIS (Método Giraldi)	CH. 60h
EMENTA Revisão dos fundamentos de tiro. Revisão das habilidades de tiro (saque, tiro comum a das mãos, solução de panes). Giros estacionários. Tiro em movimento. Pista policial de instrução Método Giraldi com armas Curtas e longas. Pista policial de aplicação com armas curtas e longas. Técnicas policiais em dupla em ambiente confinado.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BARBOSA, Cláudio & WAB, Hermano. Tiro de Defesa. 1993.2. CAVALCANTI, Ascendiro. Criminalística Básica. Ed. Raiz. Pernambuco. 1985.3. GIRALDI, Nilson – Cel RRP MESP. Manual de Tiro defensivo na preservação da vida: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1997.4. Manual de pistolas semiautomática: Curso para professores e usuários. Tiro defensivo na preservação da vida. Método Giraldi. São Paulo-SP, 2005.5. BRASIL. Instrução Normativa nº 111-DG/PF, de 31 de Janeiro de 2017.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. MINAS GERAIS. PMMG Manual de treinamento com armas de fogo. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011. 257p.2. PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. Tiro de Combate Pistola: Fundamentos e Habilidades. Distrito Federal. Ed. SHOBA. 2017.3. SILVASOBRINHO, Benjamim da. Manual de Instrução de Tiro. 1991.	



4º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO PENAL MILITAR	CH. 60h
EMENTA Evolução Histórica do Direito Penal Militar(DPM), Fontes do Direito Penal Militar, Princípios do DPM, Aplicação da Lei Penal Militar no Tempo e no Espaço, Crimes Militares, Das Penas Principais e Acessórias.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ASSIS, Jorge César de. ; Comentário São Código Penal Militar. Parte Geral. 10ª edição. Curitiba: Ed Juruá, 2018.2. ASSIS, Jorge César de. Crimemilitare processo- comentários à Lei nº 13491\2017. Curitiba: Ed Juruá, 2019.3. BRASIL. Decreto Lei nº 1.001. Código Penal Militar. Brasília, 19694. ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Código Penal Militar Comentado. Ed Líder, 2019.5. ANGHER, Anne Joyce, organização, Vade Mecum. Acadêmico de Direito. Constituição da República Federativa do Brasil. 6.ed. São Paulo: Rideel, 2019.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. GALVÃO, Fernando, Direito Penal Militar- Teoria do Crime. Ed. D'Plácido, 2016.2. FARIA, Marcelo Uzedade. Direito Penal Militar- Sinopses. 6ª edição. Ed Juspodivm 2019.3. NEVES, Cícero Coimbra. Manual de Direito Militar. 3ª Edição. São Paulo. Ed Saraiva Jur, 2018.	

4º PERÍODO

DISCIPLINA: PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

**CH.
60h**

EMENTA

Histórico da Defesa Civil, Estrutura e Organização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, Conceituação Doutrinária, Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Gestão de Riscos de Desastres, Gerenciamento de Desastres, Noções Básicas sobre Planos, Sistema de Comando de Operações – SCO, Sistema Integrado de Informações sobre Desastres e Noções Básicas sobre Recursos Federais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Prevenção e Preparação. Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos: livro base / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/gestao-risco-livro-base.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. Módulo de formação: elaboração de plano de contingência: livro base / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/II---Plano-de-ContingenciaLivro-Base.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Gestão de Desastres, Decretação e Reconhecimento Federal e Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil - Livro Base. Brasília: DF. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/reconstrucao-livro-base.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Reconstrução: Gestão de Recursos Federais em Proteção e Defesa Civil para Reconstrução - Livro Base. Brasília: DF. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/reconstrucao-livro-base.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.
- LOPES, Daniela da Cunha. Et al. Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia - em Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil / [Textos: Janaína Furtado; Marcos de Oliveira; Maria Cristina Dantas; Pedro Paulo Souza; Regina Panceri]. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivoPDF/publicacoes/Capacitao-Bsica-em-Defesa-Civil---Livro-do-curso-em-Ambiente-Virtual-de-Ensino-Aprendizagem---5-Edio.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Desastres Naturais - PROJETO GIDES, Acordo de Cooperação Internacional Brasil – Japão. Brasília: DF, 2018. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/c8h0vm000001w9k8-att/volume3.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.
- BRASIL. Governo Federal. Manual sobre o Cartão de Pagamento de Defesa Civil. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/CPDC_MANUAL_2020_ATUALIZADO.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.



file:///C:/Users/Philco/Downloads/resposta-instrutor.pdf.Acessoem:18maio2022

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLICIAMENTO OSTENSIVO AMBIENTAL	CH. 60h
EMENTA Estruturas, Funcionamento e Parcerias do BPA. Noções Básicas do Sistema Ambiental Brasileiro – SISNAMA. Legislação Ambiental Brasileira. Ações de Polícia Militar Ambiental. Noções básicas de Geotecnologias. Noções de Policiamento Náutico. Operações de Fiscalizações Ambientais Urbanas e Rurais. Aplicação de Procedimentos administrativos ambientais. Licenciamento ambiental. Principais Crimes Ambientais (Pesca, Fauna, Flora, Atividades poluidoras). Educação Ambiental.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Vade Mecum. 17 ed. São Paulo: Rideel, 2014.2. Leinº 12.651. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 Vade Mecum. 17 ed. São Paulo: Rideel, 2014.3. Decreto nº 6.938/1981, Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Vade Mecum. 17 ed. São Paulo: Rideel, 2014.4. Decreto nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.5. Decreto nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Decreto nº 11.610 de 09/04/1991 - Dispõe sobre a criação do BPFLOR.2. Decreto nº 20.375 de 29/03/2004 - Dispõe sobre a criação do Batalhão Ambiental.3. LEI ESTADUAL Nº 5.405 DE 08.04.92 - do Nº 077/92 Dispõe sobre o Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão.	

4º PERÍODO	
DISCIPLINA: INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Histórico da Atividade de Inteligência. Sistema Brasileiro de Inteligência, Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, Sistema de Informações da PMMA. Inteligência e Inteligência de Segurança Pública: ramos, conceitos, princípios e valores. Contra-inteligência: Conceito, segmentos: Segurança Orgânica, Segurança de Assuntos Internos, Segurança Ativa: Contra-propaganda; Contra-espionagem; Contra-sabotagem, Contraterrorismo. Metodologia de Produção de Conhecimento: tipos de conhecimento, fases. Operações de Inteligência: Ações de Buscas e Técnicas Operacionais, administração e emprego das Operações de Inteligência na PMMA. Documentos de Inteligência. Bancos de Dados utilizados no Sistema de Segurança Pública. A Inteligência de Segurança Pública e sua influência no combate à criminalidade.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Conselho Consultivo do Sisbin. Manual de Inteligência: doutrina nacional de inteligência: bases comuns. Brasília, 2004.2. BRASIL, Ministério da Justiça. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública DNISP. Brasília, 2015.3. .Decreto nº 10.445, de 30 de Julho de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência. Diário Oficial da União: p. 024. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. DNAISP/ Organização; Adonival Coelho de Souza Júnior, Antônio Edgard Santos Jesus, Clecimar Santos Rabelo de Sousa – 2ed – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria de Operações Integradas, Diretoria de Operações, 2019.5. HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. Inteligência de Segurança Pública, contribuições doutrinárias para o cotidiano policial – Série inteligência, estratégia e defesa social. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de Junho de 2016. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Brasília, 2016.2. . Decreto-lei nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Brasília, 2000. CEPIK, Marco Aurélio. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.3. .Decreto nº 10.445, de 30 de Julho de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência. Diário Oficial da União: p. 2.	



5º PERÍODO	
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA O papel da Educação. História da educação no Brasil: Educação Militar. Didática: pressupostos teóricos e objetivos do Ensino. Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 – LDB: análise pedagógica. Abordagens do processo ensino-aprendizagem: humanística; cognitivista; sociocultural. Docência e compromisso político-pedagógico. Planejamento de ensino: conceito; planejamento da disciplina e da aula. Métodos e técnicas de Ensino: referencial teórico e prático. Laboratório didático-pedagógico: apresentação e avaliação das aulas elaboradas. Elaboração de Planejamento de aulas. Regência.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BAPTISTA, Ana Maria Haddad et al. Metodologia de ensino: entre a reflexão e a pesquisa, São Paulo: Pico Editorial, 2014.2. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96. 5ed., Editora Avercamp, 2015.3. GARCIA, Andrea Costa. Metodologia e didática do ensino superior, São Paulo: Senac, 2020.4. KALIL, Suzeley. A militarização do burocracia: a participação militar na administração. Unesp, 2004. 226p.5. NERICI, Imideo Giuseppe. Metodologia de ensino: uma introdução, São Paulo: Atlas, 2018.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênio (Orgs). Temas e textos em metodologia do ensino superior, São Paulo: Papyrus, 2013.2. GRAÇA, Márcio. Metodologia de ensino, São Paulo: Madras, 2000.3. PHILIPPIJR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. Manole, 2014.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Estado e Governo. Escopo da Administração Pública. Princípios da Administração Pública. Modelos da Administração Pública. Reformas da Administração Pública. Gestão das Políticas Públicas. Ética na Administração Pública. Tópicos emergentes em Administração Pública.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. COSTIN, Claudia. Administração pública , São Paulo: Authentic, 2018. 2. MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública : foco nas instituições e ações governamentais. 5ª ed. rev. atual. – São Paulo: Atlas, 2018. 3. MAXIMIANO, Antonio C. A. NOHARA, Irene P. Gestão Pública : Abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo. 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2021. 4. SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. Políticas Públicas : conceitos, casos práticos. 3ª ed. São Paulo: CENGAGE, 2020. 5. BORGES, Cyonil; SÁ, Adriel. Administração Geral e Pública : teoria contextualizada em questões. Ed. JUSPODIVM. 2020. p. 1008.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda 109/2021. São Luís: TJMA, 2021. 2. FALEIROS JR., José Luiz de Moura. Administração pública digital : proposições para o aperfeiçoamento do regime jurídico administrativo na sociedade de informação, São Paulo: Foco, 2020. 3. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea . 6ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2020.	



5º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO CIVIL	CH. 60h
EMENTA Parte geral do Direito civil. Obrigações. Empresa. Direitos das coisas. Direito da família. Direito das sucessões.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 13 ed., Saraiva, 2015.2. Direito Civil Esquematizado (Parte geral, obrigações, contratos). 6 ed., v. 1. Saraiva, 2016.3. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações, v. 2, 16 ed., São Paulo: Saraiva, 2020.4. LÔBO, Paulo. Direito civil (parte geral), 9 ed., São Paulo: Saraiva, 2020.5. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. 16 ed., v. 1. Atlas, 2016.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil esquematizado, v. 3, 7 ed, São Paulo: Saraiva, 2020.2. PIMENTEL, Ademir Paulo; PIMENTEL, Fernando Pontes. Contratos, Editora Impetus, 2003.3. TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. (volume único). 6 ed., Editora Método, 2016. 1744p.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA	CH. 60h
EMENTA Principais conceitos e ferramentas para entender o contexto empresarial e desenvolver estratégias bem-sucedidas; análise do macroambiente e do setor; análise dos recursos e competências organizacionais; processo de formulação e implementação de estratégias em organizações; introdução às estratégias corporativas.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ABDALLA, Márcio Moutinho et al. Administração estratégica, São Paulo: Atlas Humanas, 2019.2. FERNANDES, Bruno H. Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. Administração estratégica, São Paulo: Saraiva, 2005.3. IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.; HITT, Michael A. Administração estratégica: tradução da 10ª edição americana. 3ed., Cengage Learning, 2015. 488p.4. SERRA, Fernando A. Ribeiro; FERREIRA, Portugal Manuel; TORRES, Maria Candida Sotelino; TORRES, Alexandre Pavan. Administração estratégica. 3ed., Elsevier, 2014. 256p.5. VANIN, Jorge Alexandre; RANCICH FILHO, Nestor Alberto. Administração estratégica, São Paulo: Intersaberes, 2013.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. CORRÊA, Henrique Luiz; GIANESI, Irineu Gustavo Nogueira. Administração estratégica deserviços: operações para experiência e satisfação do cliente, São Paulo: Atlas, 2018.2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração estratégica prática. 3ed., Atlas, 2013.3. THOMPSON JÚNIOR, Arthur A. et al. Administração estratégica, São Paulo: McGraw Hill, 2008.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Fundamentos teóricos da pesquisa e os novos paradigmas da análise dos problemas de segurança pública. Métodos de pesquisa quantitativa. Elaboração de pesquisa em criminologia. Policiologia e análise dos novos modelos de pesquisa em segurança pública. Regras do trabalho acadêmico.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <hr/> <ol style="list-style-type: none">1. BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Guiaparaapesquisadecampo: produzireanalisardadosetnográficos, Petrópolis: Vozes, 2002.2. DIELH, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisaemciênciassociaisaplicadas: métodos e técnicas, São Paulo: Pearson Universidade, 2018.3. LADRIERE, Jean. Éticaepensamentocientífico: abordagem filosófica da problemática bioética, São Paulo: Letras & Letras.4. MAY, Tim. Pesquisasocial: questões, métodos e processos, 3ed., Porto Alegre: Artmed, 2004.5. PEROVANO, Dalton Gean. Manual de Metodologia Científica para a segurança pública e defesa social. Juruá. 2014. 230p. <hr/>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social, 7ed, São Paulo: Atlas, 2019.2. RICHARDSON, Roberto Jarry, Pesquisasocial: métodos e técnicas, São Paulo: Atlas, 2015.3. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica, São Paulo: Impetus, 2018.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	CH. 60h
EMENTA Noções de análise fisiológica individual por anamnese e protocolos de percentual de massa magra e gordura. Recreação. Manutenção e evolução das valências físicas através das atividades práticas diversas. Organização de eventos esportivos na PMMA.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. BARBOZA, C.H.; SANDES, W.F.; LINO, W.S. Manual de educação física militar: uma proposta de vida saudável. Cuiabá: PMMT, 2007.2. BRASIL. Ministério da Defesa: Manual de Campanha C20-20: treinamento físico militar. 3ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2002.3. CAMILO, Álvaro, Prof. Me Vagner Sá. Cinesiologia. Universidade Federal Castelo Branco-UCB, 20104. CARVALHO, L. N. Níveis de composição corporal e risco cardíaco por perimetria de bombeiros militares na região do cariri cearense, Fortaleza: Anais do XXIV Congresso Nacional de Atividade Física e Fisioterapia, 2007, p.9.15.5. COSTA, J.B. A atividade física como instrumento de promoção de bem-estar e qualidade de vida dos policiais do 9º BPM. 2012. 85 f. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública)- Universidade Estadual do Maranhão, 2012.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. MELO, V.A. de. História da educação física e do desporto no Brasil: panoramas e perspectivas. São Paulo: Ibrasa, 1999.2. SILVA, O.J.; SILVA, T.J.C. Exercícios e saúde: fatos e mitos, Florianópolis: UFSC, 1995.3. SILVA, Edésio da.; ROSA, Aurélio José Pelozato da. Manual de educação física da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis: DIOESC, 2013.	



5º PERÍODO	
DISCIPLINA: DEFESA PESSOAL POLICIAL AVANÇADA	CH. 60h
EMENTA Uso das mãos livres para defesa e ataque. Uso do bastão policial (tonfa) para defesa. Variações de golpes. Contra-ataques. Técnicas de aperfeiçoamento (utikomi). Tipos de defesa com tonfas a agressões mais usuais. Processos de controles e técnicas de condução de presos, com o bastão tonfa. Avaliações de domínio das técnicas (Randori e Shiai).	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. CARTAXO, C.A. Jogos de Combate: atividades recreativas e psicomotoras: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.2. CORREIA, W.R.; FRANCHINI, E. Produção Acadêmica em Lutas, artes marciais e esportes de combate. Motriz, Rio Claro, v.16, n.01, p.01-09, 2010.3. NEIRA, M.G. & NUNES, M.L.F. Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas. São Paulo: Phorte, 2006.4. NETO, JOÃO BASTISTA DE ANDRADE. Defesa Pessoal & Bastão Tonfa; Taquarituba, Ed. Gril, 2009.5. OLIVIER, Jean-Claude. Das Brigas aos Jogos com Regras: enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. NEIRA, M.G.; CANO, M.R. (org.) Educação Física. Coleção: A reflexão e a prática no ensino. São Paulo, Bluncher, 2011.2. REID, H. & CROUCHER, M. O Caminho do Guerreiro: o paradoxo das artes marciais. São Paulo: Cultrix, 2003.3. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 20-50-Treinamento Físico Militar-Lutas, 3ª Edição, 2002.	

5º PERÍODO

DISCIPLINA: TIRO POLICIAL-PORTE VELADO

CH. 60h

EMENTA

Planejamento e antecipação do confronto. Fundamentos Técnicos de Sobrevivência Policial. Técnicas desobrevivência em situação de risco. Exercícios simulados com disparos reais de situações vivenciadas no cotidiano, quando defolga. Treinamento real de tiro no interior do veículo em situação de ameaça.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

1. BRASIL. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO. Lei de Ensino da PMMA nº 408 de 01 de Julho 2010.
2. BRASIL. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública – MJ/SENASP.
3. BRASIL. PMMG. **Manual de Prática Policial** – Volume I, MINAS GERAIS: Belo Horizonte, 2002.
4. BRASIL. Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino (NPCE), BG nº 111 de 14/06/2017 da PMMA.
5. OLIVEIRA, João Alexandre Voss de; GOMES, Gerson Dias e FLORES, Érico Marcelo. **Tiro de Combate Policial: Uma Abordagem Técnica**. Ed. São Cristóvão. Ano 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. BRASIL. Instrução Normativa nº 111-DG/PF, de 31 de Janeiro de 2017.
2. BRASIL. PMMG **Manual de treinamento com armas de fogo**. MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2011. 257p.
3. PELLEGRINI, Marcel; MORAES, Edimar. **Tiro de Combate Pistola: Fundamentos e Habilidades**. Distrito federal. Ed. SHOBA. 2017.

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: AÇÕES ANTITUMULTO	CH. 60h
EMENTA <p>Considerações básicas sobre o Policiamento de Antitumulto. Conhecimento das fases comportamentais do coletivo social. Fatores psicológicos e causas dos distúrbios civis. Amparo legal das Ações antitumulto. Competência da PMMA frente aos distúrbios. Ações legais por ocasião de eventos diversos. Movimentos grevistas reivindicatórios. Diversos eventos do CDC. Conceitos, características, tipos, classificação e emprego dos equipamentos, munições e armamentos utilizados pelo tático de choque. Métodos de descontaminação. Manutenção, armazenamento dos equipamentos, munições e armamentos. Agentes químicos. Formações básicas, ofensivas e defensivas. Constituição básica de um pelotão de choque para pronto emprego. Princípios de um pelotão de antitumulto e de operações. Comandos (Exercício prático em conjunto). Emprego Tático de ações de antitumulto.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. Operações de Choque estudos sobre a tropa de restauração da paz em contextos democráticos. Oliveira, Steevan Soares de. – vol. 1. – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. 486p.2. MARANHÃO. Polícia Militar. Comando – Geral. Manual de Operações de Choque. Regula as ações de Controle de Distúrbios Civis no Batalhão de Choque. São Luís: PMMA, 2018. 262p.3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/principal.html;4. BRASIL. Lei 13.060 de 2014, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo pelo agente de segurança pública, em todo território nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113060.htm.5. BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de Segurança Pública. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2011. Disponível em: https://normas.gov.br/materia/-/asset_publisher/NebW5rLVWyej/content/id/34637403;	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996. Código Tributário Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm.2. PAIM, Carlos Renato Machado. Manual de Operações de Choque: M-2-PM. 2. ed. Brasília: 2012. 161p.3. BRASIL. Polícia Militar do Pará. Manual de Operações de Choque. PARÁ: Belém, 2005.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	CH. 60h
EMENTA	
<p>Lei de processo penal militar e sua aplicabilidade. Polícia Judiciária Militar. Inquérito Policial Militar. Autode Prisão em Flagrante. Processo Ordinário. Processos Especiais. Lei de Organização judiciária militar. Emenda Constitucional nº 45 (Reforma do Judiciário – alterações na Justiça Militar). Estudo da Lei 13.491, de 13 de outubro de 2017, que ampliou o conceito de crime militar, constituindo norma de natureza material, mas também ampliou, por via reflexa, a competência da Justiça Militar, o que constitui matéria de natureza processual.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. COIMBRANEVES, Cícero Robson. Manual de direito processual penal militar. Volume único. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2021.2. MIGUEL, Cláudio Amin; COLDIBELLI, Nelson. Elementos de direito processual penal militar. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2020.3. ASSIS, Jorge César de. Código de Processo Penal Militar Anotado. 1º Volume. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2020.4. DE ASSIS, Jorge César. Direito Militar – Aspectos penais, processuais e administrativos. 3. ed., 2. tir. Curitiba: Juruá, 2012.5. LOBÃO, Célio. DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR. Rio de Janeiro: Forense, 2ª edição, 2011.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.2. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>.3. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1002.htm>.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: CRIMINALÍSTICA APLICADA	CH. 60h
EMENTA	
<p>Criminalística básica (noções). Histórico; O trabalho da criminalística. Local de crime. Atuação do policial de rua no local de crime. Levantamento do local de crime. Importância do isolamento e da preservação do local. Exame do local de crime. Materiais e peças que exigem exame pericial. Objetivos da criminalística nos locais de crimes contra a pessoa. Objetivo da criminalística nos locais de crime contra o patrimônio. Exames em locais de bombas e de incêndio. Técnicas desenvolvidas. Objetivos da criminalística nos locais de acidente de trânsito. Procedimentos criminalísticos nos locais de acidente de trânsito. Balística forense. Papioscopia. Sistema <i>uচিত</i>. Fórmula datiloscópica. Datilograma. Teoria da coleta de impressões digitais; Técnica de coleta de impressões digitais. Produzir uma ficha individual datiloscópica, com datilogramas colhidos de um membro da equipe e estabelecer sua fórmula.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. CARVALHO, João Luiz. “INVESTIGAÇÃO PERICIAL CRIMINAL & CRIMINOLOGIA”, registrada no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, no dia 3 de agosto do ano de 2000 sob nº 207138 – Livro 259 – fls: 298. A referida obra foi editada pela Gráfica Universa I-S. Luis/Ma em janeiro de 2002.2. . “Investigação Pericial Criminal”, editada e publicada pela BOOKSELLER Editora e Distribuidora de Livros – Campinas São Paulo-2006.3. . “Fundamentos da Perícia Criminal” editada e publicada pela BOOKSELLER Editora e Distribuidora de Livros – Campinas São Paulo-2006.4. STUMVOLL, Victor Paulo. Criminalística, 7. ed., São Paulo: Authentic, 2017.5. TOCCHETTO, Domingos. Criminalística: procedimentos e metodologias, São Paulo: Alumnus, 2018.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. VELHO, Jesus Antonio.; GEISER, Gustavo Caminoto.; ESPINDULA, Alberi (Orgs). Ciências forenses: uma introdução às principais áreas da criminalística moderna. 3. ed. Campinas, SP: Millennium Editora, 2017.2. BUQUET, Alain. Manual da criminalística moderna, São Paulo: Kobo Editions, 2018. (Ebook)3. REIS, Albani Borges dos. Retrato falado e desenho para criminalística, São Paulo: Alumnus, 2018.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: TRABALHO DE COMANDO, CHEFIA E LIDERANÇA	CH. 60h
EMENTA	
<p>Princípios doutrinários. Conceitos básicos. Princípios gerais do estado-maior. Funções do estado-maior. Normas e técnicas de ação de estado-maior. Teoria geral da decisão. Níveis de decisão. Sequência de procedimentos na tomada de decisões e sua execução. Identificação do clima para uma tomada de decisão. Técnicas gerais de redação de documentos de estado-maior. Categoria dos documentos de estado-maior. Aspectos formais substanciais de elaboração de documentos de estado-maior. Documentos de planejamento. Conceitos relativos à chefia militar. Conceitos relacionados à liderança. Legislação existente sobre chefia e liderança militar. Teorias sobre liderança. Tipos de liderança. Traços e princípios de liderança. Níveis de liderança. Fatores e requisitos de liderança. Atributos de um líder. Papel do líder.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. ADAIR, John. <i>Estratégia para Tomada de Decisões e Solução de Problemas</i>: tradução de Henrique Amar Rêgo Monteiro. Clio, 2008.2. BASTOS, Manoel de Jesus Moreira – Cel PMMA. <i>Nota de Instrução 001: elaboração de plano e ordens na Polícia Militar do Maranhão</i>. Maranhão, 2000.3. BERRY, Stephen. <i>Estratégia em Uma Semana</i>: tradução de Ana Paula Peicher Lisboa. Figurati, 2004.4. BRASIL. <i>IP20-10 Liderança Militar: Instruções Provisórias</i>. Estado-Maior do Exército. 1.ª ed. Brasília: EGGCF, 1991.5. BRASIL. Ministério do Exército. <i>Estado-Maior Ordens: Instruções Provisórias (IP101-5)</i>, 1ª Parte. 1.ª Ed. Brasília: EGGCF, 1971.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. ROMÃO, William – Cel PMMA. <i>Portaria n.º 030, de 15 de agosto de 2005: aprovação Manual de Redação da Polícia Militar do Maranhão</i>. Maranhão, 2005.2. SEBASTIÃO, Elmo Oliveira – Maj PMMG. <i>M – II Trabalho de Comando: Organização e Estruturado Estado-Maior – Módulo III</i>. Minas Gerais, 1987.3. TZU, Sun. <i>A Arte da Guerra: adaptação e prefácio de James Clavell</i>; tradução de José Sans. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.	

5º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR MILITAR	CH. 60h
EMENTA Administração Pública e princípios constitucionais aplicáveis. Poderes Hierárquicos e disciplinar. Ato administrativo e punição disciplinar. Processo administrativo disciplinar. Limites do ato disciplinar. Controle jurisdicional do ato disciplinar e análise de mérito administrativo. Espécies de processos administrativos disciplinares militares. Investigação Preliminar. Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar. Sindicância. Conselho de Disciplina. Conselho de Justificação. Peças práticas. Nulidades no processo administrativo disciplinar.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. 2. . Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de Outubro de 1969. Código Penal Militar. Brasília, DF: Senado, 1969. 3. . DECRETO Nº 4.346-DE 26 DE AGOSTO DE 2002 - Aprovação Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e outras providências. Brasília, DF: Senado, 2002. 4. MARANHÃO. Lei n. 6.513, de 30 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e das outras providências. São Luís, MA: Assembleia Legislativa, 1995. 5. . Lei nº 3.699, de 26 de novembro de 1975. Dispõe sobre o Conselho de Justificação da Polícia Militar do Maranhão. São Luís, MA: Assembleia Legislativa, 1975.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. ASSIS, Jorge Cesar de. Cursos de direito disciplinar militar: das simples transgressões ao processo administrativo . 5ª ed. rev. e atualiz. Curitiba: Juruá, 2018. 2. DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 33ª ed. Rev. Atu. Ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 3. SILVA, James Ribeiro. Legislação básica da Polícia Militar do Maranhão . 7ª ed. Ampliada e atualizada. – Recife: Linceu, 2019.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: DIDÁTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA	CH. 60h
EMENTA Didática e a questão da gestão do ensino. Planejamento e organização do trabalho pedagógico. Projetos, planos de ensino: níveis, etapas e elementos constitutivos. A questão da aula e o processo de ensino. Transposição didática. A sновastecnologias em mediação pedagógica. Criatividade e inovação pedagógica.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marcos. (Org.) Inteligência de segurança pública: teoria e prática a no controle da criminalidade. Impetus, 2013. 2. CARDAU, Vera Maria (org). Didática em questão , Petrópolis: Vozes, 2014. 3. IENNACO, Rodrigo. Inteligência criminal: denúncia anônima . Arraes editores, 2011. 4. MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática geral , São Paulo: LTC, 2019. 5. SIMÃO NETO, Antonio. HESKETH, Camile Gonçalves. Didática e design instrucional , São Paulo: IESDE, 2009.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. FONTANA, Roseli A. Cação. Mediação pedagógica na sala de aula . 3ed. Editora Autores Associados E . 2010. 186p. 2. GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior , São Paulo: Atlas, 2018. 3. LUCK, Heloisa. Gestão Educacional: uma questão paradigmática . Vozes, 2006.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO	CH. 60h
EMENTA Estoque. Demanda, consumo. Classificação de estoques. Políticas e princípios de estoques. Métodos de previsão de estoques. Custos de estoques: aquisição, armazenagem e total. Curva de tendência. Parâmetros de estoque: mínimo, estoque médio, tempo de suprimento, ponto de pedido, estoque máximo, lote de compra. Lote econômico de compra e fabricação. Curva abc. Avaliação de estoques. Armazenagem e controle. Distribuição física e transporte.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de materiais, Rio de Janeiro: Campus, 2005.2. FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Florianodo Amaral. Administração de recursos materiais e patrimoniais. 2ed., Cengage Learning, 2014. 432p.3. GURGEL, Florianodo Amaral; FRANCISCHINI, Paulino G. Administração de materiais e patrimônio, São Paulo: Cengage: CTP Nacional, 2003.4. HARA, Celso Minoru. Administração de recursos materiais e patrimônio, São Paulo: Alínea, 2012.5. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2016. 224p.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. ARNOLD, J.R. Tony. Administração de materiais, São Paulo: Atlas, 1999.2. FENILI, Renato. Administração de recursos materiais e patrimoniais para concursos. 3 ed., Editora Método, 2014.3. GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais, Rio de Janeiro: Campus, 2014.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	CH. 60h
EMENTA Políticas e práticas de gestão de pessoas. Grupo e Dinâmica de Grupo. Gestão de pessoal. Gestão de pessoas por competências. Competências para as organizações. Fenômenos Grupais. Relações interpessoais. Formação profissional e desenvolvimento de pessoas. Avaliação de performance e qualidade de vida.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ARAÚJO, Luís César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de Pessoas: estratégia e integração organizacional. 2ed., Atlas, 2014.2. BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas Organizações. Atlas, 2014.3. BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão estratégica de pessoas no setor público, São Paulo: Atlas, 2013.4. CEREJA, José Ricardo. Gestão de Pessoas nas Organizações Contemporânea. Série MBAGestão de Pessoas, 2014.5. SILVA, Ana Cristina M. de Andrade. Gestão de pessoas no setor público: uma estratégia do poder judiciário, Quebec: Kobo Editions, 2020. (Ebook).	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BRASIL. Decreto no 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União/Poder Executivo, n. 218, 24 fev. 2006. Seção 1. p.3.2. CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral pública, 2.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.3. DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinéraire Théorique en Psychopathologie du travail. Revue Prévenir: v. 20, p.123-157, 1º semestre 1990.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	CH. 60h
EMENTA Língua brasileira de sinais: histórico e fundamentos legais. A singularidade linguística da LIBRAS e seu uso sobre a aquisição da linguagem e aquisições culturais. Noções práticas de LIBRAS: gramática, vocabulário e conversação.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi; DUARTE, Patrícia Moreira. Atividades ilustradas em sinais da libras . REVINTER. 2ed., 2013. 2. BARROS, Adriana Luci de Escobar de. Libras em diálogos: interface com as políticas públicas , São Paulo: Authentic, 2015. 3. HONORA, Marcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais 2 (capa laranja) . São Paulo: Ciranda Cultural. 2015. 4. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais , São Paulo: Pearson, 2017. 5. SMITH, Adam. A mão invisível: grandes ideias , São Paulo: Companhia das Letras, 2013.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. GESSER, Andrei. Libras? Que língua é essa? , São Paulo: Parábola, 2009. 2. LACERDA, Cristina Brogli de et al. Libras – aspectos fundamentais , São Paulo: Intersaberes, 2019. 3. PEREIRA, Cristina da Cunha; CHOL, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; NAKASATO, Ricardo. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: PEARSON. 2011. 176 p.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: PROJETO DE MONOGRAFIA	CH. 60h
EMENTA Planejamento de pesquisa. Problema de pesquisa. Pressupostos epistemológicos da pesquisa científica. Metodologia da pesquisa. Estrutura e elaboração do projeto de pesquisa.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. ABNT. NBR 6023: informação e documentação – Referências – elaboração: Rio de Janeiro, 2018.2. CRESWELL, Jonh W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.3. MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.4. QUIVY, Raymond; VANCAMPENHOUDT, Luc. Manual de investigação em ciências sociais. 7. ed. Lisboa: Gradiva, 2017.5. RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.2. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.3. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.	



6º PERÍODO	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR INTERDISCIPLINAR	CH. 60h
EMENTA Manutenção de qualidades básicas do condicionamento físico do aluno (resistência, força, resistência muscular localizada, velocidade, coordenação). Cinesiologia. Construir a interdisciplinaridade entre a Educação Física Militar e as áreas de Saúde e da atividade policial militar.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. BARBOZA, C.H.; SANDES, W.F.; LINO, W.S. Manual de educação física militar : uma proposta de vida saudável. Cuiabá: PMMT, 2007. 2. BRASIL. Ministério da Defesa: Manual de Campanha C20-20: treinamento físico militar . 3ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2002. 3. CAMILO, Álvaro, Prof. Me Wagner Sá. Cinesiologia . Universidade Federal Castelo Branco-UCB, 2010. 4. GUISELINE, Mauro. Aptidão física , saúde e bem-estar, fundamentos teóricos e exercícios práticos. São Paulo: Phorte, 2006. 5. MATSUDO, S.M.; RODRIGUES, V.K. Envelhecimento . Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde. v.5, n.2, p.40-78, 2000.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. MELO, V.A.de, História da educação física e do esporte no Brasil : panoramas e perspectivas. São Paulo: Ibrasa, 1999. 2. SILVA, O.J.; SILVA, T.J.C. Exercícios e saúde : fatos e mitos, Florianópolis: UFSC, 1995. 3. SILVA, Edésioda; ROSA, A.J.P.de. Manual de educação física da Polícia Militar de Santa Catarina . Florianópolis: DIOESC, 2013.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: GERENCIAMENTO DE CRISES	CH. 60h
EMENTA <p>A crise e o seu gerenciamento: conceitos fundamentais; Doutrina de gerenciamento de crises: aspectos conceituais, princípios básicos e dimensionamento da crise; As fases do gerenciamento de crises; Aspecto operacional do gerenciamento de crises; Processos de negociação e negociadores; Procedimentos operacionais para a primeira intervenção em ocorrências de crises; Administração das ocorrências de alta complexidade e Cenários de crises policiais; Gabinete de Gerenciamento de Crises; Implementação e organização do posto de comando; Processos de interação com outras instituições para resolução da crise; Política governamental básica e a sua legislação voltada para atuação em ocorrências de alta complexidade.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais 1/1992 a 105/2019. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2019.. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Poder Executivo, Brasília, 21 de outubro de 1940.MARANHÃO. Decreto nº 19.499, de 08 de abril de 2003: Regulamentação do Gabinete Dirigente de Gerenciamento de Crises - GDGC, e dá outras providências. Poder Executivo. São Luís, 2003.MONTEIRO, Roberto das Chagas. Manual de Gerenciamento de Crises. Ministério da Justiça. Academia Nacional de Polícia, 7. ed. Departamento de Polícia Federal, Brasília, 2004.SILVA, Marco Antônio. Primeira Intervenção em crises policiais: teoria e prática. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2015.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">COTTA, Francis Albert. Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco. Revista Brasileira de Segurança Pública, v.3, n.2, 2009.BRASIL. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Resolução nº 13, 05 de fevereiro de 2010, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo: Disciplina o procedimento para atendimento de ocorrências com referência no Estado de São Paulo por parte das Polícias Militares Civil de 5-2-2010. Poder Executivo. São Paulo, 2010.DÓRIA JÚNIOR, Irio.; FAHNING, José Roberto da Silva. Curso de Gerenciamento de Crises. Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, mod 1. Brasília: 2008.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	CH. 60h
EMENTA Crimes de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019). Leis de Drogas (Lei 11.343/2006). Crimes de tortura (Lei 9.455/1997). Crimes de trânsito (Lei 9503/97). Estatuto de desarmamento (Lei 10.826/2003). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Contravenções Penais (Lei 3.688/41).	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada. Volume único. 9.ed. rev. atual. e ampliada. Salvador: Juspodivm, 2020.2. CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista; SOUZA, Renee do Ó (Coord.). Leis penais especiais comentadas. 3.ed. rev. atual. e ampliada. Salvador: Juspodivm, 2020.3. RIOS, Vitor Eduardo Gonçalves. Legislação Penal Especial Esquematizado/Vitor Eduardo Rios Gonçalves e José Paulo Baltazar Júnior. 6.ed.- São Paulo: Saraiva, 2020 (Coleção Esquematizado/coordenador Pedro Lenza).4. ROQUE, Fábio; TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Legislação Criminal para Concursos. 6. ed. rev. atual. e ampliada. Salvador: Juspodivm, 2021.5. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais Processuais Penais Especiais Comentadas. Volume 1. 13.ed. rev. atual. São Paulo: Forense, 2020.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. SAVI, Jéssica Campos – Procuradora do Estado do Consultivo (Elaboração do Conteúdo) e Revisão: Fabiola Marquetti Sanches Rahim – Procuradora-Geral do Estado, Ivanildo Silva da Costa – Procurador-Geral Adjunto do Estado Consultivo e Márcio André Batista Arruda – Procurador-Geral Adjunto do Estado Contencioso. Manual Prático Sobre a Nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13869/19), http://www.pge.ms.gov.br/. Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso do Sul.2. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Lei 2848/1940- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18 maio 2022.3. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 maio 2022.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	CH. 60h
EMENTA	
<p>Conceito de Policiamento Comunitário; O Processo de Planejamento: Um Enfoque de Policiamento Comunitário para a Mudança; Compreensão e Engajamento da Comunidade; Preparação do Departamento; As funções de Policial Comunitário; Supervisão e Avaliação dos Policiais Comunitários; Polícia Comunitária e a Sociedade; Estruturação Comunitária e dos conselhos comunitários e Solução de Problemas; Estratégias Institucionais de policiamento; Filosofia do Policiamento Comunitário; Policiamento Orientado para o Problema, Mobilização e engajamento da comunidade; Policiamento Comunitário no Maranhão.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<ol style="list-style-type: none">1. GOMES, Heraldo. Vestígios da Inteligência Policial. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2000.2. GREENE, Jack R. Administração do Trabalho Policial. São Paulo, Edusp, 2002.3. LYRA, Rubens Pinto (Org). Direitos Humanos Os Desafios do Século XXI. Brasília, Brasília Jurídica, 2002.4. MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. Polícia Comunitária: evoluindo para o policiamento do século XXI. Florianópolis, Insular, 2005.5. MARIANO, Benedito Domingos. Por um novo modelo de polícia no Brasil: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<ol style="list-style-type: none">1. HUGGINS, Martha Knisely. Polícia e Política. São Paulo, Cortez, 1998, Kahn, Túlio. Velha e Nova Polícia: Polícia e Políticas de Segurança Pública no Brasil Atual. São Paulo, Sicurezza, 2002.2. LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. Quem Vigia os Vigias?. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.3. PALMIERI, Gustavo (et alii). Segurança Cidadã e Policiamento Democrático. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2003.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLICIAMENTO OSTENSIVO MONTADO	CH. 60h
EMENTA Surgimento da Cavalaria no Mundo até os dias atuais; contenção e transporte; higiene e profilaxia; hipologia; arreoio se e cilhagem; ordem e unidade a cavalo; técnica de policiamento montado; equitação básica; tiro montado (teoria); Controle de Distúrbios Cívicos (CDC) à cavalo.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. LLULL, Ramon. O Livro da Ordem de Cavalaria. São Paulo: Giordano, 2000.2. MARQUES, Geraldo Lauro. Era uma vez na Cavalaria. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1999.3. BRASIL. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual básico de policiamento ostensivo. São Paulo, 1992.4. BRASIL. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual de Procedimentos Operacionais Padrão. Goiás, 2004.5. RINK, Bjarke. Desvendando o enigma do Centauro: como a união do homem e do cavalo acelerou a história e transformou o mundo. 1. ed. São Paulo: Equus, 2018.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. BAYLEY, David H. Padrões de policiamento, São Paulo: Edusp, 2000.2. FLORI, Jean. Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média, São Paulo: Masdra, 2010.3. ROLIM, Evail Carvalho. Policiamento e ordem, Londrina: Eduel, 2019.	

6º PERÍODO	
DISCIPLINA: POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR	CH. 60h
EMENTA AutodePrisãoemFlagranteDelito.InquéritoPoliciaIMilitar.Técnicasdeentrevistaeinterrogatório.Medidascautelares(preventivaseassecuratórias).Instruçãoprovisória deDeserção.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS 1. ASSIS, Jorge César de. Código de processo penal militar anotado . Curitiba: Juruá Editora, 2004. 2. Comentários ao código penal militar : comentários, doutrina, jurisprudência dos tribunais militares e tribunais superiores. Curitiba: Juruá, 2005. 3. Lições de direito para a atividade policial militar . Curitiba: Juruá Editora, 1999. 4. Manual de polícia judiciária militar/Ministério Público Militar, Ministério da Defesa, Comandada Marinha, Comando do Exército e Comandada Aeronáutica. – Brasília, DF: MPM, 2019. 59p 5. MELO, Felipe Pereira et al. Técnicas de entrevista e interrogatório . Curitiba: Intersaberes, 2019.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES 1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Brasília, DF: Senado, 1988. 2. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de Outubro de 1969 . Código Penal Militar. Brasília, DF: Senado, 1969. 3. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de Outubro de 1969 . Código de Processo Penal Militar. Brasília, DF: Senado, 1969. 4. GARCIA, Ismar Estulano. Procedimento policial : inquérito. Goiânia: AB-Editora, 1998.	



NÚCLEO LIVRE – OPTATIVAS

DISCIPLINA: TÓPICO EMERGENTE EM SEGURANÇA PÚBLICA

**CH.
60h**

EMENTA

Disciplina com ementa definida em razão do caráter circunstancial, vinculado ao contexto social.



NÚCLEO LIVRE – OPTATIVAS	
DISCIPLINA: ANTOPOLOGIA MILITAR	CH. 60h
EMENTA Conceitos de antropologia. Cultura, aculturação e subculturas. Cultura militar. Etnografia dos militares.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. CASTRO, Celso. Espírito militar, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.2. . Osmilitares e a república: um estudo sobre a cultura e a ação política, São Paulo: Zahar, 1995.3. KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política, São Paulo: Zahar, 2007.4. LEIRNER, Pier de Camargo. Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo, Rio de Janeiro: FGV, 2009.5. VELARDE, Jaime Cuellar. Memórias e sentimentos do golpe civil militar. Editora Prisma, 2015. 263p.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. AGIER, Michel. Antropologia da cidade, São Paulo: Terceiro Nome, 2015.2. PAMPOLS, Carles Feixé. Antropologia criminal: delinquentes y marginados, Madri: Kobo, 2016.3. VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal, São Paulo: Zahar, 2000.	

NÚCLEO LIVRE – OPTATIVAS	
DISCIPLINA: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA	CH. 60h
EMENTA Reflexão sobre representações sociais. Ambiguidades da vitimização. Violência sexual, de gênero e étnicas. Cultura da violência e mídia. Violências contrarrazões. Exclusão e marginalização social.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">1. AMENDOLA, Paulo. Segurança Pública: a proposta de como aumentar a capacidade preventiva da polícia. Editora Ciência Moderna, 2002. 128p.2. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento das prisões, São Paulo: Edições 70, 2013.3. PARADA, Carolina. Representações sociais de gênero na violência contra a mulher, São Paulo: Gramma, 2015.4. RIBEIRO, António Sousa (org.). Representações da violência, São Paulo: Almedina, 2013.5. SOUZA, Marcos Santana de. A violência da ordem: polícia e representações sociais. Annablume editora, 2012. 294p.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">1. PEDRINHA, Roberta Dulcécio. Escrito transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal. Revan editora, 2014. 1152p.2. PRIORE, Marydel; MÜLLER, Angélica (orgs.). História do crime e da violência no Brasil, São Paulo: Unesp, 2018.3. SOARES, Luiz Eduardo. Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo. Nova Fronteira editora, 2011. 200p.	



NÚCLEO LIVRE – OPTATIVAS	
DISCIPLINA: DEONTOLOGIA MILITAR	CH. 60h
EMENTA Conceitos e definições de deontologia. Normas, valores, deveres e obrigações do policial militar. Profissão e profissionalismo do policial militar. Ética profissional e accountability. Marketing profissional.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS <ol style="list-style-type: none">CANO, Ignácio. Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997.COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Condutas policiais e código de Deontologia: o controle da atividade policial no Brasil e no Canadá. Editora Unb, 2014. 176p.CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e militância, São Paulo: Unesp, 2014.SOARES, Luiz Eduardo. Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos, São Paulo: Boitempo, 2019.VALLA, Wilson Odirley. Deontologia policial militar: ética profissional. 5ed., v. 2, Associação da Vila Militar publicação de técnicas Editora. 2010.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES <ol style="list-style-type: none">COSTA, Arthur. Entre a Lei e a Ordem: violência e reformas nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.DAS, Dilip; PALMIOTTO, Michael. International Human Rights Standards: Guidelines for the World's Police Officers. Police Quarterly, vol. 5 (2), 2002.MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia? São Paulo: Ed. USP, 2003.	

APÊNDICE B – ALTERAÇÕES ENTRE COMPONENTES CURRICULARES

Quadro – Equivalência entre componentes curriculares

Disciplina alterada	CH	Ementa de 2019	Disciplina proposta	CH	Nova ementa
Armamento e equipamento policial	60h	Histórico e Evolução das Armas de Fogo. Conceito e classificação das armas de fogo. Armamentos convencionais da PMMA (simples, semi-automático e automático). Armas Longas: características. Divisão da Arma. Nomenclatura das peças. Desmontagem e montagem. Manejo e Sistema de Funcionamento. Limpeza e conservação. Mecanismos e Normas de Segurança. Equipamento Policial. Algemas. Cassetete. Bastão Policial. Armamentos convencionais da PMMA. Armas curtas (simples, semi-automática e automática). Divisão da Arma. Nomenclatura das peças. Desmontagem e montagem. Manejo e Funcionamento. Limpeza e conservação. Mecanismos e Normas de segurança. Balística. Munições convencionais. Processo do disparo. Emprego operacional. Condução da arma. Munições e artefatos explosivos.	Armamento, Equipamento e fundamentos do tiro	60h	História das armas de fogo. Classificação e nomenclatura das armas de fogo e munições. Legislação aplicada ao uso de armas de fogo. Balística: interna, transição, externa, terminal e forense. Blindagens. Equipamentos de Proteção Individual de emprego Policial. Armas de dotação da PMMA. Regras de Segurança com armas de fogo. Munições de emprego da PMMA. Desmontagem e montagem de 1º escalão de arma curta de emprego da PMMA. Regras de segurança no Estande de tiro. Fundamentos do tiro policial de emprego da PMMA. Disparo com armas curtas (pistola) de emprego da PMMA a curta distância.
Educação Física Militar	60h	Manutenção de qualidades básicas do condicionamento físico do aluno (resistência, força, resistência muscular localizada, velocidade, coordenação). Introdução a cinesiologia	Educação Física Militar Básica	60h	Introdução à Educação Física. História da Educação Física. Avaliação prática do conhecimento físico individual de cada aluno. Introdução a fisiologia do exercício. Noções gerais de nutrição. Valência física. Prática de atividade de aeróbica e anaeróbica.
Tiro policial defensivo intermediário	60h	Instrução Intermediária de Tiro (1ª e 2ª etapa). Preparação para execução de tiro rápido (1ª e 2ª etapa). Pista de Tiro Policial (1ª e 2ª etapa). Execução do Tiro com armas curtas e longas. Método Giraldi.	Tiro policial – armas curtas	60h	Revisão de regras de manuseio de armas de fogo, regras de segurança e regras em estande de tiro. Fundamentos do tiro policial aplicado ao tiro com pistola. Habilidades de tiro: Saque, apresentação, recargas, disparos em alvos múltiplos a curta distância, tiro em posições não ortodoxas a curta e média distância, tiro abrigado a média distância. Solução de epanes. Disparos comuns a das mãos a curta distância. Disparos rápidos a curta e média distância. Disparos com estímulos de estresse. Pista de fundamentos
Tiro policial Defensivo avançado	60h	Metodologia da instrução de tiro na PM. Instrução preparatória de Tiro. Métodos de Avaliação. Mecanismos de controle de Instrução. Normas de Segurança. Planejamento da Instrução de Tiro. Instrução de Tiro Policial. Tiro rápido com armas curtas (simples automáticas e semi-automáticas).	Tiro policial – armas longas	60h	Revisão de regras de manuseio de armas de fogo, regras de segurança e regras em estande de tiro. Desmontagem e montagem de fuzil, carabina e espingardas. Fundamentos do tiro policial aplicado ao tiro com armas longas. Habilidades de tiro: apresentação, recargas, disparos em alvos

		Pista Policial com Obstáculos (Método Giraldi).			múltiplos a médiadistância, tiro em posições não ortodoxas a média e longa distância, tiro abrigado a média e longadistância, técnicas de transição de armas. Solução de panes. Balística externa e terminal de munições de altavelocidade. Disparos rápidos a curta e médiadistância. Disparos com estímulos estressores. Pista de fundamentos..
Tiro policial defensivo voltado para instruções	60h	Metodologia da instrução de tiro na PM. Instrução preparatória de tiro. Métodos de avaliação. Mecanismos de controle de instrução. Normas de segurança. Planejamento da instrução de tiro. Instrução de tiro policial. Tiro rápido com armas curtas (simples, automáticas e semi automáticas). Pista policial com obstáculos (método Giraldi)	Tiro policial – pistas policiais (Método Giraldi)	60h	Revisão dos fundamentos de tiro. Revisão das habilidades de tiro (saque, tiro comum a das mãos, solução de panes). Giros estacionários. Tiro em movimento. Pista policial de instrução Método Giraldi com armas curtas e longas. Pista policial de aplicação com armas curtas e longas. Técnicas policiais em dupla em ambiente confinado.
Instrução tática individual	60h	Maneabilidade. Marchas e Estacionamentos. Conhecimento e Nomenclatura do Terreno. Nós e Laçadas. Técnicas de Aplicação Tática. Orientação em Campanha. Acampamento Militar. Operações Tipo Patrulhas. Natação Utilitária. Acampamento Militar	Introdução tática policial militar	60h	TÁTICAS POLICIAIS: Princípios táticos; Proteções no terreno; Deslocamentos táticos; Transição de armas; Técnicas de varreduras e entradas em edificações; PATRULHA POLICIAL: Patrulha Urbana; Patrulha Rural; Transposição de obstáculos e pontos críticos; Natação utilitária; Acampamento militar: Construção de abrigos; Nós e amarrações; Obtenção de fogo, água e alimentos; Orientação no terreno; Marchas e estacionamentos.
Metodologia do Ensino	60h	O papel da Educação. História da educação no Brasil: Educação Militar. Didática: pressupostos teóricos e objetivos do Ensino. Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 – LDB: análise pedagógica. Abordagens do processo ensino-aprendizagem: humanística; cognitivista; sociocultural. Docência e o compromisso político-pedagógico. Planejamento de ensino: conceito; planejamento da disciplina e da aula. Métodos e técnicas de Ensino: referencial teórico e prático. Laboratório didático-pedagógico: apresentação e avaliação das aulas elaboradas. Elaboração de Planejamento de aulas. Regência.	Metodologia do ensino em Segurança Pública	60h	O papel da Educação. História da educação no Brasil: Educação Militar. Didática: pressupostos teóricos e objetivos do Ensino. Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 – LDB: análise pedagógica. Abordagens do processo ensino-aprendizagem: humanística; cognitivista; sociocultural. Docência e o compromisso político-pedagógico. Planejamento de ensino: conceito; planejamento da disciplina e da aula. Métodos e técnicas de Ensino: referencial teórico e prático. Laboratório didático-pedagógico: apresentação e avaliação das aulas elaboradas. Elaboração de Planejamento de aulas. Regência.
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	90h	Fundamentos teóricos da pesquisa e os novos paradigmas da análise dos problemas de segurança pública. Métodos de pesquisa quantitativa. Elaboração de pesquisa em criminologia. Policiologia e análise dos novos modelos de pesquisa em segurança pública. Regras do trabalho acadêmico.	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	60h	Fundamentos teóricos da pesquisa e os novos paradigmas da análise dos problemas de segurança pública. Métodos de pesquisa quantitativa. Elaboração de pesquisa em criminologia. Policiologia e análise dos novos modelos de pesquisa em segurança pública. Regras do trabalho acadêmico.

Legislação Especial	60h	<p>Ementa: Crimes de abuso de autoridade. Leis dos entorpecentes. Crimes Hediondos. Crimes de tortura. Crimes de trânsito. Estatuto do desarmamento. Estatuto da criança e do adolescente. Contravenções penais. Crimes contra os idosos. Lei dos juzados especiais. Lei de execuções penais. Lei de prisão temporária. Crimes de genocídio. Lei nº 13.104, de 09/03/2015 (feminicídio). Lei nº 13.142, de 06/06/2015 (crimes contra servidores do sistema de segurança pública).</p>	Legislação Penal Especial	60h	<p>Ementa: Crimes de abuso de autoridade. Leis dos entorpecentes. Crimes Hediondos. Crimes de tortura. Crimes de trânsito. Estatuto do desarmamento. Estatuto da criança e do adolescente. Contravenções penais. Crimes contra os idosos. Lei dos juzados especiais. Lei de execuções penais. Lei de prisão temporária. Crimes de genocídio. Lei nº 13.104, de 09/03/2015 (feminicídio). Lei nº 13.142, de 06/06/2015 (crimes contra servidores do sistema de segurança pública).</p>
----------------------------	------------	---	----------------------------------	------------	---

Fonte: NDE, 2022

APÊNDICE C - ESTRUTURA EM VIGOR

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE CFO/PM						
DISCIPLINAS 1º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	1º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
1.		Leitura e Produção Textual	60	04	00	04
2.		Introdução à Sociologia	60	04	00	04
3.		Introdução ao Direito	60	04	00	04
4.		Introdução à Administração	60	04	00	04
5.		Filosofia Aplicada à Segurança Pública	60	04	00	04
6.		Metodologia do Trabalho Científico	60	04	00	04
SUBTOTAL			360	24	00	24
DISCIPLINAS 1º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	1º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
7.		Introdução à Educação Física	60	01	01	2
8.		Fundamentos da Defesa Pessoal Policial	60	01	01	2
9.		Ordem Unida	60	01	01	2
10.		Fundamentos do Tiro Policial Defensivo	60	01	01	2
11.		Armamento e Equipamento Policial	60	01	01	2
12.		Policiamento Ostensivo Geral	60	01	01	2
13.		Sistema de Segurança Pública	60	04	00	4
SUBTOTAL			420	10	06	16
DISCIPLINAS 2º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	2º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
14.		Ética e Cidadania	60	04	00	04
15.		Direito Constitucional	60	04	00	04
16.		Psicologia Social	60	04	00	04
17.		Direito Penal – Parte Geral	60	04	00	04
18.		Planejamento Estratégico	60	04	00	04
SUBTOTAL			300	20	00	20
DISCIPLINAS 2º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	2º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
19.		Educação Física Militar	60	01	01	02
20.		Tiro Policial Defensivo Intermediário	60	01	01	02
21.		Legislação Organizacional	60	04	00	04
22.		Instrução Tática Individual	60	01	01	02
23.		Policiamento Ostensivo Especial	60	01	01	02
24.		Técnica de Abordagem	60	01	01	02
25.		Técnica de Redação de Documentos	60	04	00	04
26.		Estágio nas Unidades Operacionais da Capital	90	00	02	02
SUBTOTAL			510	13	07	20
DISCIPLINAS 3º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	3º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
27.		Gestão de Talentos Humanos	60	04	00	04
28.		Direito Penal – Parte Especial	60	04	00	04
29.		Direito Processual Penal	60	04	00	04
30.		Ciência Política	60	04	00	04
31.		Administração Financeira e Orçamentária	60	04	00	04

32.		Abordagem Sociopsicológica da Violência e do Crime	60	04	00	04
SUBTOTAL			360	24	00	24
DISCIPLINAS 3º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	3º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
33.		Educação Física Militar Aplicada	60	01	01	02
34.		Ordem Unida Especial	60	01	01	02
35.		Defesa Pessoal Policial Intermediária	60	01	01	02
36.		Tiro Policial Defensivo Avançado	60	01	01	02
37.		Policciamento Ostensivo de Trânsito	60	01	01	02
38.		Direitos Humanos	60	04	00	04
39.		Tecnologia Aplicada à Segurança Pública	60	01	01	02
SUBTOTAL			420	10	06	16
DISCIPLINAS 4º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	4º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
40.		Estatística Aplicada à Segurança Pública	60	04	00	04
41.		Gestão de Pessoas no Setor Público	60	04	00	04
42.		Gestão de Qualidade	60	04	00	04
43.		Estado e Políticas Públicas	60	04	00	04
44.		Direito Administrativo	60	04	00	04
45.		Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	04	00	04
SUBTOTAL			360	24	00	24
DISCIPLINAS 4º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	4º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
46.		Educação Física Militar Integrada	60	01	01	02
47.		Tiro Policial Defensivo voltado para Instruções	60	01	01	02
48.		Direito Penal Militar	60	04	00	04
49.		Pronto Socorrismo e Defesa Civil	60	01	01	02
50.		Comunicação Organizacional	60	04	00	04
51.		Policciamento Ostensivo Ambiental	60	01	01	02
52.		Inteligência e Segurança Pública	60	04	00	04
53.		Estágio nas Unidades Especializadas da Capital	90	00	02	02
SUBTOTAL			510	16	06	22
DISCIPLINAS 5º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	5º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
54.		Optativa I	60	04	00	04
55.		Direito Militar	60	04	00	04
56.		Metodologia de Ensino	60	04	00	04
57.		Administração Pública	60	04	00	04
58.		Direito Civil	60	04	00	04
59.		Sociologia do Crime e da Violência	60	04	00	04
SUBTOTAL			360	24	00	24
DISCIPLINAS 5º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	5º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
60.		Educação Física Militar e organização de eventos esportivos	60	01	01	02
61.		Defesa Pessoal Policial Avançada	60	01	01	02
62.		Ações Antitumulto	60	01	01	02
63.		Direito Processual Penal Militar	60	04	00	04
64.		Criminalística Aplicada	60	04	00	04
65.		Medicina Legal	60	01	01	02

66.		Trabalho de Comando, Chefia e Liderança	60	04	00	04
SUBTOTAL			420	16	04	20
DISCIPLINAS 6º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	6º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
67.		Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	90	04	00	04
68.		Optativa II	60	04	00	04
69.		Direito de Trânsito	60	01	01	02
70.		Direito Ambiental	60	04	00	04
71.		Didática Aplicada à Segurança Pública	60	04	00	04
72.		Administração de Materiais e Patrimônio	60	04	00	04
SUBTOTAL			390	21	01	22
DISCIPLINAS 6º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	6º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
73.		Educação Física Militar Interdisciplinar	60	01	01	02
74.		Direito Administrativo Disciplinar Militar	60	04	00	04
75.		Gerenciamento de Crises	60	01	01	02
76.		Legislação Especial	60	04	00	04
77.		Policimento Comunitário	60	01	01	02
78.		Policimento Ostensivo Montado	60	01	01	02
79.		Elaboração e Análises de Projetos	60	01	01	02
80.		Estágio nas Unidades do Interior	90	00	02	02
SUBTOTAL			510	13	07	20
DISCIPLINAS 7º PERÍODO - CCSA						
Ord	Cód	7º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
82.		Trabalho de Conclusão de Curso	-	-	-	-
SUBTOTAL			-	-	-	-
DISCIPLINAS 7º PERÍODO - APMGD						
Ord	Cód	7º PERÍODO-DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
83.		Polícia Judiciária Militar	60	04	00	04
84.		Atividades Complementares	180	00	04	04
SUBTOTAL			240	04	04	08
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			5.160			

Disciplinas de Núcleo Específico

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
1		Introdução à Educação Física	60	01	01	02
2		Fundamentos da Defesa Pessoal Policial.	60	01	01	02
3		Ordem Unida	60	01	01	02
4		Fundamentos do Tiro Policial Defensivo	60	01	01	02
5		Armamento e Equipamento Policia	60	01	01	02
6		Policimento Ostensivo Geral	60	01	01	02
7		Sistema de Segurança Pública	60	04	00	02
8		Educação Física Militar	60	01	01	02
9		Tiro Policial Defensivo Intermediário	60	01	01	02
10		Legislação Organizacional	60	04	00	02
11		Instrução Tática Individual	60	01	01	02
12		Policimento Ostensivo Especial	60	01	01	02

13		Técnica de Abordagem	60	01	01	02
14		Técnica de Redação de Documentos	60	04	00	04
15		Estágio nas Unidades Operacionais da Capital	90	00	02	02
16		Educação Física Militar Aplicada	60	01	01	02
17		Ordem Unida Especial	60	01	01	02
18		Defesa Pessoal Policial Intermediária	60	01	01	02
19		Tiro Policial Defensivo Avançado	60	01	01	02
20		Policiamento Ostensivo de Trânsito	60	01	01	02
21		Direitos Humanos	60	04	00	04
22		Tecnologia Aplicada à Segurança Pública	60	01	01	02
23		Educação Física Militar Integrada	60	01	01	02
24		Tiro Policial Defensivo voltado para instruções	60	01	01	02
25		Direito Penal Militar	60	04	00	04
26		Pronto Socorrismo e Defesa Civil	60	01	01	02
27		Comunicação Organizacional	60	04	00	04
28		Policiamento Ostensivo Ambiental	60	01	01	02
29		Inteligência e Segurança Pública	60	04	00	04
30		Estágio nas Unidades Especializadas da Capital	90	00	02	02
31		Educação Física Militar e organização de eventos esportivos	60	01	01	02
32		Defesa Pessoal Policial Avançada	60	01	01	02
33		Ações Antitumulto	60	01	01	02
34		Direito Processual Penal Militar	60	04	00	04
35		Criminalística Aplicada	60	04	00	04
36		Medicina Legal	60	01	01	02
37		Trabalho de Comando, Chefia e Liderança	60	04	00	04
38		Educação Física Militar Interdisciplinar	60	01	01	02
39		Direito Administrativo Disciplinar Militar	60	04	00	04
40		Gerenciamento de Crises	60	01	01	02
41		Legislação Especial	60	04	00	04
42		Policiamento Comunitário	60	01	01	02
43		Policiamento Ostensivo Montado	60	01	01	02
44		Elaboração e Análises de Projetos	60	01	01	02
45		Estágio nas Unidades do Interior	90	00	02	02
46		Polícia Judiciária Militar	60	04	00	04
			2850	82	36	118
CARGA HORÁRIA TOTAL			2.850			

Disciplinas de Núcleo Comum

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
1		Leitura e Produção Textual	60	04	00	04
2		Introdução à Sociologia	60	04	00	04
3		Introdução ao Direito	60	04	00	04
4		Introdução à Administração	60	04	00	04

5		Filosofia Aplicada à Segurança Pública	60	04	00	04
6		Metodologia do Trabalho Científico	60	04	00	04
7		Ética e Cidadania	60	04	00	04
8		Direito Constitucional	60	04	00	04
9		Psicologia Social	60	04	00	04
10		Direito Penal – Parte Geral	60	04	00	04
11		Planejamento Estratégico	60	04	00	04
12		Gestão de Talentos Humanos	60	04	00	04
13		Direito Penal – Parte Especial	60	04	00	04
14		Direito Processual Penal	60	04	00	04
15		Ciência Política	60	04	00	04
16		Administração Financeira e Orçamentária	60	04	00	04
17		Abordagem Sociopsicológica da Violência e do Crime	60	04	00	04
18		Estatística Aplicada à Segurança Pública	60	04	00	04
19		Gestão de Pessoas no Setor Público	60	04	00	04
20		Gestão de Qualidade	60	04	00	04
21		Estado e Políticas Públicas	60	04	00	04
22		Direito Administrativo	60	04	00	04
23		Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	04	00	04
24		Direito Militar	60	04	00	04
25		Metodologia de Ensino	60	04	00	04
26		Administração Pública	60	04	00	04
27		Direito Civil	60	04	00	04
28		Sociologia do Crime e da Violência	60	04	00	04
29		Métodos e Técnicas de Pesquisa em Segurança Pública	90	06	00	06
30		Direito de Trânsito	60	04	00	04
31		Direito Ambiental	60	04	00	04
32		Didática Aplicada à Segurança Pública	60	04	00	04
33		Administração de Materiais e Patrimônio	60	04	00	04
				134	00	134
CARGA HORÁRIA TOTAL			2010			

Disciplinas de Núcleo Livre

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
1		Tópicos Emergentes...	60	04	00	60
2		Antropologia Militar	60	04	00	60
3		Representações Sociais de Violência	60	04	00	60
4		Chefia e Liderança	60	04	00	60
5		Deontologia Policial Militar	60	04	00	60
CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA PARA NL			120			



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



ANEXOS



Emitido em 23/12/2022

PROJETO PEDAGÓGICO Nº 94/2022 - CTP (11.14.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/12/2022 14:16)

VERA LÚCIA BEZERRA SANTOS

DIRETOR DE CURSO

6803

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sis.sig.uema.br/documentos/> informando seu número:
94, ano: **2022**, tipo: **PROJETO PEDAGÓGICO**, data de emissão: **23/12/2022** e o código de verificação:
f8be94322c

